AO JUIZO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINAS – SP

PROCESSO ORIGINÁRIO Nº 1042172-83.2023.8.26.0114

Cumprimento de sentença

BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº. 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília – Distrito Federal, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre I, vem à presença de Vossa Excelência, requerer o **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** em desfavor de **LUIS RENATO BLUMLEIN VIEIRA,** CPF nº 219.234.248-90, endereço Rua Celso Egídio Sousa Santos, 22, Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP 13070-057 e **LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS,** CPF nº 215.640.228-03, endereço Avenida João Erbolato, 455, Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP 13070-070, herdeiros do devedor falecido LUIZ NELSON JOSE VIEIRA, CPF nº 143.136.348-00, conforme manifesta a seguir.

Trata-se de ação monitória proposta pelo banco autor para constituição de dívida oriunda da operação da Crédito Direto Ao Consumidor – CDC Empréstimo - BB Renovação Consignação nº 978.819.262

Os herdeiros representantes do espólio do devedor falecido foram citados 05/12/2023 e 07/12/2023 (fl. 152/153), e apresentaram embargos à monitória, atuando em causa própria (fl. 155-168). A sentença fl. 226-227 deu procedência à monitória, nos seguintes termos:

+55 (67) 3056-8050
Rua Goiás, 461
Jardim dos Estados - 79026-100
nwadv.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código EevOYilj.

"*Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido monitório e IMPROCEDENTES os embargos monitórios para constituir de pleno direito o título executivo com obrigação de pagar quantia certa de R$ 142.959,18 (cento e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), sendo devedora a parte requerida e credora a parte autora, com incidência de correção monetária pela Tabela Prática do E. TJSP a partir do vencimento da obrigação e com juros de mora de 1% ao mês a partir do vencimento da dívida, até o limite da herança nos termos do art. 796 do Código de Processo Civil. Nesses termos, JULGO EXTINTO o feito, com conhecimento de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil. Por fim, JULGO IMPROCEDENTE o pedido reconvencional e EXTINTO o feito, com conhecimento de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno os embargantes/reconvintes ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação.*"

Interposto recurso de apelação pelos herdeiros, a sentença de improcedência dos embargos monitórios e procedência da ação monitória foi integralmente mantida.

O débito do título constituído pelo juízo foi corrigido da seguinte forma:

• Correção monetária do débito de R$ 142.959,18 pelo índice TJSP desde 23/09/2023 e juros de mora de 1% ao mês (data da última atualização do débito);
• Honorários advocatícios de 15%;
• Custas processuais de R$ 1.515,56:

Custas distribuição da ação	R$ 1.429,59	Fls. 133
Custas citação postal	R$ 62,70	Fls. 134
Custas processuais	R$ 23,27	Fls. 135

Desta forma, para regular processamento deste cumprimento de sentença, requer a intimação dos herdeiros para que paguem o valor do débito atualizado na forma prevista em sentença até o limite do quinhão recebido a título de herança, que perfaz o montante de **R$ 232.183,26 (duzentos e trinta e dois mil cento e oitenta e três**

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código Eev0Yilj.

mil e vinte e seis centavos), conforme demonstrativo de débito atualizado que segue em anexo.

Desta forma, requer-se:

a) A intimação para que, no prazo de 15 (quinze) dias, paguem a importância de **R$ 232.183,26 (duzentos e trinta e dois mil cento e oitenta e três mil e vinte e seis centavos)**, sob pena de aplicação de multa de 10% (dez por cento), bem como honorários advocatícios de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 523, §1º, do Código de Processo Civil;

b) Não ocorrendo tempestivamente o pagamento voluntário, requer, desde já, a penhora sob ativos financeiros através do sistema SISBAJUD.

Requer também que seja habilitado nos autos eletrônicos exclusivamente o advogado **NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES**, inscrito na **OAB/SP nº 128.341**, constituído na procuração outorgada, bem como que sejam feitas as publicações de todos os atos processuais em nome do mesmo, sob pena de nulidade nos termos do §5º do art. 272 do CPC.

Por oportuno informa que possui uma equipe negocial, que busca sempre a viabilização de acordo caso a parte ré tenha interesse em realizar autocomposição extrajudicial informa contato para tratativas: **(67) 3056-8070** ou **0800-024-4388**.

Termos em que, pede deferimento.
Campo Grande/MS, 25 de fevereiro de 2026

NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
OAB/SP nº 128.341

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código Eev0Yilj.

Demonstrativo de Conta Vinculada

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Cliente	CPF / CNPJ	Operação / Finalidade
LUIZ NELSON JOSE VIEIRA	143.136.348-00	00000000978819262 - CDC EMPRESTIMO
Instrumento de crédito	**Valor da operação**	**Vencimento**
Operação 00000000978819262	R$ 129.453,26	05.05.2023 - Primeira parcela em aberto - FALTA DE PAGAMENTO

Observação(ões):

TAXAS UTILIZADAS NO CÁLCULO:

- CORREÇÃO MONETÁRIA com base na variação positiva do TJSP;
- JUROS DE MORA à taxa de 1,000% ao mês, sem capitalização, debitados no final, com incidência a partir de 23.09.2023;
- HONORÁRIOS ADVOCATICIOS à taxa de 15,000%;
- CUSTAS PROCESSUAIS NO Valor: R$ 1.515,56

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplemento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
23.09.2023	SLD DEV NESTA DATA				-	-142.959,18			-142.959,18	**-142.959,18**
05.10.2023	Correção monetária				-	-62,88			-143.022,06	**-143.022,06**
05.11.2023	Correção monetária				-	-171,63			-143.193,69	**-143.193,69**
05.12.2023	Correção monetária				-	-143,19			-143.336,88	**-143.336,88**
05.01.2024	Correção monetária				-	-788,35			-144.125,23	**-144.125,23**
05.02.2024	Correção monetária				-	-821,51			-144.946,74	**-144.946,74**
05.03.2024	Correção monetária				-	-1.174,07			-146.120,81	**-146.120,81**
05.04.2024	Correção monetária				-	-277,63			-146.398,44	**-146.398,44**
05.05.2024	Correção monetária				-	-541,67			-146.940,11	**-146.940,11**
05.06.2024	Correção monetária				-	-675,92			-147.616,03	**-147.616,03**
05.07.2024	Correção monetária				-	-369,04			-147.985,07	**-147.985,07**
05.08.2024	Correção monetária				-	-384,76			-148.369,83	**-148.369,83**
05.09.2024	Correção monetária				-	-281,90			-148.651,73	**-148.651,73**
05.10.2024	Correção monetária				-	-193,25			-148.844,98	**-148.844,98**
05.11.2024	Correção monetária				-	-803,76			-149.648,74	**-149.648,74**
05.12.2024	Correção monetária				-	-927,82			-150.576,56	**-150.576,56**
05.01.2025	Correção monetária				-	-511,96			-151.088,52	**-151.088,52**
05.02.2025	Correção monetária				-	-166,20			-151.254,72	**-151.254,72**
05.03.2025	Correção monetária				-	-1.860,43			-153.115,15	**-153.115,15**
05.04.2025	Correção monetária				-	-979,94			-154.095,09	**-154.095,09**
05.05.2025	Correção monetária				-	-662,61			-154.757,70	**-154.757,70**
05.06.2025	Correção monetária				-	-557,13			-155.314,83	**-155.314,83**
05.07.2025	Correção monetária				-	-403,82			-155.718,65	**-155.718,65**
05.08.2025	Correção monetária				-	-513,87			-156.232,52	**-156.232,52**

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código l2wdcrfi.

Demonstrativo de Conta Vinculada

Data	Histórico / Documento	Extrato de normalidade				Extrato de inadimplemento				Saldo geral
		Débito	Crédito	Transferência	Saldo	Débito	Crédito	Transferência	Saldo	
05.09.2025	Correção monetária				-		218,73		-156.013,79	**-156.013,79**
05.10.2025	Correção monetária				-	-748,87			-156.762,66	**-156.762,66**
05.11.2025	Correção monetária				-	-282,17			-157.044,83	**-157.044,83**
05.12.2025	Correção monetária				-	-314,09			-157.358,92	**-157.358,92**
05.01.2026	Correção monetária				-	-47,21			-157.406,13	**-157.406,13**
31.01.2026	Juros de Mora				-	-43.174,48			-200.580,61	**-200.580,61**
31.01.2026	Honorários Advocatícios				-	-30.087,09			-230.667,70	**-230.667,70**
31.01.2026	Custas Judiciais				-	-1.515,56			-232.183,26	**-232.183,26**

Saldo Devedor em 31.01.2026 -232.183,26

Taxas utilizadas no cálculo de inadimplência

Descrição	Data	Taxa	Obs.	Descrição	Data	Taxa	Obs.	Descrição	Data	Taxa	Obs.
TJ-SP	23.09.2023	92,3538		TJ-SP	05.10.2023	92,4554		TJ-SP	05.11.2023	92,5663	
TJ-SP	05.12.2023	92,6589		TJ-SP	05.01.2024	93,1685		TJ-SP	05.02.2024	93,6996	
TJ-SP	05.03.2024	94,4586		TJ-SP	05.04.2024	94,6380		TJ-SP	05.05.2024	94,9882	
TJ-SP	05.06.2024	95,4251		TJ-SP	05.07.2024	95,6637		TJ-SP	05.08.2024	95,9124	
TJ-SP	05.09.2024	96,0947		TJ-SP	05.10.2024	96,2196		TJ-SP	05.11.2024	96,7392	
TJ-SP	05.12.2024	97,3389		TJ-SP	05.01.2025	97,6699		TJ-SP	05.02.2025	97,7773	
TJ-SP	05.03.2025	98,9800		TJ-SP	05.04.2025	99,6135		TJ-SP	05.05.2025	100,0418	
TJ-SP	05.06.2025	100,4020		TJ-SP	05.07.2025	100,6630		TJ-SP	05.08.2025	100,9952	
TJ-SP	05.09.2025	100,8538		TJ-SP	05.10.2025	101,3379		TJ-SP	05.11.2025	101,5203	
TJ-SP	05.12.2025	101,7233									

Legenda:

TJ-SP = Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Cálculo = 3917706

BB Tecnologia e Serviços, por representação estabelecida em contrato de prestação de serviços

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código l2wdcrfi.

P R O C U R A Ç Ã O bastante que faz(em):**BANCO DO BRASIL S.A.**

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois **(08/12/2022)** nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s), **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediado no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o número 00.000.000/0001-91, registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - NIRE 5330000063-8, neste ato representado, na forma prevista no artigo 27 do Estatuto, por sua Diretora Jurídica, **LUCINÉIA POSSAR**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 19.599 e OAB/DF 40.297, portadora da carteira de identidade 38.704.370-SSP/PR e do CPF 540.309.199-87, residente nesta Capital e com domicílio profissional na Sede da Empresa, eleita conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. na reunião ocorrida em 02 de julho de 2021, cuja ata foi registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal em 09 de agosto de 2021, sob o número 1717531, que por solicitação do(a)(s) outorgante(s), este(a)(s) assinará(am) digitalmente o presente instrumento de procuração, com fulcro no disposto no provimento n.º 100/2020 do CNJ; identificado(a)(s) como o(a)(s) próprio(a)(s) em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ele(a)(s) me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia(m) e constitui(em) seu(ua)(s) procurador(a)(es)(as), **NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 136118 e no CPF sob o nº 668.018.009-06, **ANNE CAROLLINE WILIANS VIEIRA RODRIGUES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 429239 e no CPF/MF sob o nº 511.790.242-49, **ARTHUR PIMENTEL DIOGO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 156788 e no CPF sob o nº 108.481.337-81, **BRUNA RODRIGUES DE OLIVEIRA GUIMARÃES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 145645 e no CPF sob o nº 056.693.387-07, **RENATA CRISTINA SILVA MOURÃO**, brasileira, casada, advogada, inscrito(a) na OAB/MG 131505 e no CPF 071.044.446-02, sócios da sociedade de advogados **NELSON WILIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS** registrada na **OAB/RJ 30372007-2**, inscrita no CNPJ nº **03.584.647/0003-68**, sediada na **Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco n.º 8, salas 101/116, Tijuca, Rio de Janeiro - RJ** (DADOS FORNECIDOS POR DECLARAÇÃO), que foi contratada ao amparo do **Edital de Licitação Eletrônica nº 2020/03120 (7421)**, para prestar serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao outorgante, no(s) Estado(os) d(e)o **São Paulo,** de acordo e nos limites do(s) contrato(s) administrativo(s) entabulado(s) com o Banco do Brasil, aos quais confere os poderes da cláusula *ad judicia*, quer para a prática de atos em processos no âmbito judicial, quer para a prática de atos em processos no âmbito administrativo e na esfera extrajudicial, e os **poderes especiais,** quando autorizados pelo outorgante, de: transigir, desistir, dar e receber quitação, somente mediante depósito judicial realizado em favor do Banco do Brasil S.A, sem poderes para levantamento do alvará**,** firmar compromisso, apresentar reclamação e representação correicionais, ingressar em recinto no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que participe, possa participar ou deva comparecer o outorgante para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos judiciais ou administrativos, defender os direitos e interesses do outorgante, podendo, para tanto, impetrar mandados de segurança, propor ou contestar ações, inclusive ações rescisórias e reclamações, apresentar incidentes processuais e opor exceção de qualquer natureza, reconvir, solicitar a abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crime, prestar informações e usar de todos os meios de recursos em direito permitidos, em todas as instâncias, turmas recursais ou tribunais, apenas ressalvado que o acompanhamento de processos e a atuação em Tribunais Superiores ficarão exclusivamente a cargo dos advogados empregados do outorgante, aceitar ou embargar concordatas, requerer falências, declarar, habilitar e impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial e extrajudicial, representar o outorgante perante quaisquer órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora outorgados, receber intimações para a ciência e andamento dos

Esse documento foi assinado por RODRIGO GENESIO MARQUES BARROSO.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código HSHJC-72AH2-QGS3W-W43SD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código TVmLh0rW.

respectivos pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas unicamente ao outorgante. **Fica vedado ao(s) outorgado(s) o levantamento de valor depositado em favor do outorgante, podendo o(s) outorgado(s), no entanto, requerer a expedição de alvará de levantamento, apenas em nome do outorgante, e retirá-lo em cartório ou serventia judicial para entrega ao outorgante.** O presente mandato não revoga outros mandatos que anteriormente tenham sido firmados e outorgados. **Os poderes ora conferidos poderão ser exercidos em conjunto ou individualmente e podem ser substabelecidos, com reservas de iguais poderes.** (LAVRADO SOB MINUTA). .Esclareço ao(s) outorgante(s) o significado deste ato após o que lhe(s) li em voz alta e pausada o presente instrumento que aceitou(aram) e assinou(aram), por meio de processo digital, utilizando-se a plataforma e-notariado. DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI. DOU FÉ. Eu, ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, a lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fé, assino e subscrevo. **(aa.)MARCELO ROBERTO DE LIRA, Tabelião Substituto, LUCINÉIA POSSAR, nada mais.** Trasladada em seguida. E eu, _____, subscrevo, dou fé, e assino em público e raso. Os emolumentos e o ISSQN, foram pagos por meio da guia de recolhimento nº **00464549**, nos valores de **R$ 47,60** e **R$ 2,38**, respectivamente, totalizando **R$ 49,98**. Sinal Público disponível para consulta no site: "http://www.censec.org.br"(acesso restrito aos cartórios). Selo Digital nº TJDFT20220100415801XQFB, disponível para consulta no site:"www.tjdft.jus.br".

EM TESTEMUNHO ( ) DA VERDADE.

Assinado digitalmente por:
RODRIGO GENESIO MARQUES BARROSO
CPF: 046.987.781-23
Certificado emitido por AC SERASA RFB v5
Data: 16/12/2022 10:59:52 -03:00

Colégio Notarial do Brasil CONSELHO FEDERAL

Esse documento foi assinado por RODRIGO GENESIO MARQUES BARROSO.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código HSHJC-72AH2-QGS3W-W43SD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código TVmLh0rW.

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: HSHJC-72AH2-QGS3W-W43SD

Matrícula Notarial Eletrônica: 021287.2022.12.08.00004017-36

Este documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✔ RODRIGO GENESIO MARQUES BARROSO (CPF 046.987.781-23) em 16/12/2022 10:59

Para verificar as assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código de validação ou siga o link a abaixo:

https://assinatura.e-notariado.org.br/validate/HSHJC-72AH2-QGS3W-W43SD

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código TVmLh0rW.

PROCURAÇÃO bastante que faz(em):**BANCO DO BRASIL S.A**

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois **(05/05/2022)** nesta cidade de Taguatinga, Distrito Federal, em Cartório, lavro este instrumento público, em que, comparece(m) como outorgante(s), **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, sediado no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o número 00.000.000/0001-91, registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - NIRE 5330000063-8, neste ato representado, na forma prevista no artigo 27 do Estatuto, por sua Diretora Jurídica, **LUCINÉIA POSSAR**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PR 19.599 e OAB/DF 40.297, portadora da carteira de identidade 38.704.370-SSP/PR e do CPF 540.309.199-87, residente nesta Capital e com domicílio profissional na Sede da Empresa, eleita conforme decisão do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. na reunião ocorrida em 02 de julho de 2021, cuja ata foi registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal em 09 de agosto de 2021, sob o número 1717531; identificada e reconhecida como a própria em face dos documentos que me foram exibidos e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ela me foi dito que, por este instrumento público e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **I)** Consultores Jurídicos: **ALEXANDRE BOCCHETTI NUNES**, inscrito na OAB/DF 66.684 e CPF 981.753.277-15; **ANDRÉ LUIZ DE MEDEIROS E SILVA**, inscrito na OAB/DF 5.539 e CPF 317.369.801-06; **CLÁUDIO BISPO DE OLIVEIRA**, inscrito na OAB/DF 61.643 e CPF 386.515.725-49; **FERNANDO ALVES DE PINHO**, inscrito na OAB/RJ 97.492 e CPF 023.414.437-88; **JUNE ELCE MATOSO DE MEDEIROS**, inscrita na OAB/MG 65.701 e CPF 570.443.846-68; brasileiros, advogados, com domicílio profissional na Sede do outorgante, localizada no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, 8º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF; **RENATO CHAGAS MACHADO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 109.072-B e CPF 271.939.558-70, com domicílio profissional na Av. Paulista, 1230, 10º andar, Edifício BB São Paulo, Torre Matarazzo, Bela Vista, São Paulo/SP; **II)** Consultores Jurídicos Adjuntos: **ALESSANDRO ZERBINI RUIZ BARBOSA**, inscrito na OAB/RJ 108.741 e CPF 078.611.477-03; **ANA LUCIA FRANCISCO DOS SANTOS BOTTAMEDI**, inscrita na OAB/SC 21902-B e CPF 005.406.969-60; **ANTONIO CARLOS DA ROSA PELLEGRIN**, inscrito na OAB/SC 15.672 e CPF 449.776.200-97; **ANTÔNIO CARLOS ROSA**, inscrito na OAB/MT 4.990-B, OAB/DF 38.824 e CPF 291.233.569-87; **BETÂNIA MARA COELHO GAMA**, inscrita na OAB/BA 14.331 e CPF 505.547.945-00; **CARLOS GUILHERME ARRUDA SILVA**, inscrito na OAB/MG 68.106 e CPF 726.465.196-72; **FABRÍCIO GONÇALVES DOS SANTOS**, inscrito na OAB/SP 268.238 e CPF 326.914.358-30; **JORGE ELIAS NEHME**, inscrito na OAB/MT 4.642-O e CPF 329.555.291-68; **LUZIMAR DE SOUZA**, inscrita na OAB/GO 7.680 e CPF 166.518.631-34; **MARCELO SIQUEIRA DE MENEZES**, inscrito na OAB/RJ 147.339 e CPF 102.891.367-25; **MARCOS MARTINS DUTRA**, inscrito na OAB/SC 25.661 e CPF 029.080.499-02; **MÁRIO EDUARDO BARBERIS**, inscrito na OAB/SP 148.909 e CPF 096.266.228-30; **PABLO SANCHES BRAGA**, inscrito na OAB/DF 42.866 e CPF 806.562.695-53; **PAULO SÉRGIO FRANÇA**, inscrito na OAB/SP 115.012 e CPF 086.307.358-13; **SOLON MENDES DA SILVA**, inscrito na OAB/RS 32.356 e CPF 645.945.640-20; **VITOR DA COSTA DE SOUZA**, inscrito na OAB/DF 17.542 e CPF 856.301.951-15; **WAGNER MARTINS PRADO DE LACERDA**, inscrito na OAB/SP 111.593 e CPF 067.952.978-02; brasileiros, advogados, com domicílio profissional na Sede do outorgante, localizada no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, 8º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF; **ALEXANDRE SILVA DOS SANTOS**, inscrito na OAB/RJ 104.731 e CPF 002.734.377-47; **ANA CLAUDIA CARDOSO BORGES BESSA DE SOUZA ABDALLA**, inscrita na OAB/SP 184528 e CPF 106.975.878-78; **JOSÉ AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO**, inscrito na OAB/SP 138.424 e CPF 093.024.278-54; **JOSÉ ROBERTO CHIEFFO JÚNIOR**, inscrito na OAB/SP 203.922 e CPF 269.266.968-10; **PLÍNIO MARCOS DE SOUSA E SILVA**, inscrito na OAB/SP 148.171 e CPF 756.790.516-72; brasileiros, advogados, com domicílio profissional na Av. Paulista, 1230, 10º andar, Edifício BB São Paulo, Torre Matarazzo, Bela Vista, São Paulo/SP; **III)** Gerentes Jurídicos Regionais: **ALESSANDRA FARIAS DE OLIVEIRA BARBOZA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/PA 7.141 e CPF 392.978.452-15, com domicílio profissional na Av. Rio Branco, 240, 5º andar, Recife/PE; **ALEXANDRE FERREIRA DE REZENDE**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MG 82.312 e CPF 926.819.996-34, com domicílio profissional na Rua Guilherme Moreira, 315, 7º andar, Centro, Manaus/AM; **ALTEMIR BOHRER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 41.844 e CPF 478.700.360-72, com domicílio profissional no SAUN - Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, Torre III, 5º andar, Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF; **ÂNGELO CESAR LEMOS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MG 64.228 e CPF 718.429.506-49, com domicílio profissional na Av. Presidente Vargas,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código TVmLh0rW.

248, 7º andar, Comércio, Belém/PA; **ARI ALVES DA ANUNCIAÇÃO FILHO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 34.752 e CPF 505.500.630-72, com domicílio profissional na Rua do Livramento, 120, 8º andar, Centro, Maceió/AL; **ARTUR MATOS DOS SANTOS JUNIOR,** brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PI 8398 e CPF 229.380.793-20, com domicílio profissional na Av. Pedro II, 78, 1º andar, Centro, São Luís/MA; **ASTOR BILDHAUER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MS 19.882-B e CPF 462.037.881-04, com domicílio profissional na Rua Direita da Piedade, 25, 7º andar, Centro, Salvador/BA; **ATÍLIO SANCHEZ COSTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 240.692 e CPF 283.460.898-99, com domicílio profissional na Av. Pedro II, 78, 1º andar, Centro, São Luís/MA; **CELSO YUAMI**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 116.613, OAB/RJ 110.017 e CPF 082.647.638-47, com domicílio profissional na Av. República do Líbano, 1875, 8º andar, Edifício Vera Lúcia, Setor Oeste, Goiânia/GO; **CLÁUDIA PORTES CORDEIRO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP 219.265 e CPF 286.434.208-16, com domicílio profissional na Praça Pio XII, 30, 6º andar, Centro, Vitória/ES; **EDUARDO ALVEZ WEIMER**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/TO 8.699-B e CPF 988.436.050-20, com domicílio profissional na Quadra 103 Sul, Rua SO-9, Lote 2, térreo, Centro, Palmas/TO; **ERIKA SEFFAIR RIKER**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/AM 7.735 e CPF 517.258.272-04, com domicílio profissional na Rua Desembargador Freitas, 977, 4º andar, Centro, Teresina/PI; **EVANDRO LÚCIO PEREIRA DE SOUZA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 133.091 e CPF 078.634.488-16, com domicílio profissional na Rua Lélio Gama, 105, 14º e 15º andares, Edifício Senador Dantas, Centro, Rio de Janeiro/RJ; **FÁBIO SPAGNOLLI**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RS 117.709-B e CPF 649.207.209-04, com domicílio profissional na Rua Uruguai, 185, 10º andar, Centro, Porto Alegre/RS; **JORGE MARCELO CÂMARA ALVES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/BA 13.724 e CPF 326.908.275-49, com domicílio profissional na Praça General Valadão, 377, Centro, Aracaju/SE; **LUIZ CARLOS CÁCERES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR 26.822 e CPF 396.701.201-87, com domicílio profissional na Av. Afonso Pena, 2202, Centro, Campo Grande/MS; **MARCELO GUIMARÃES MAROTTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/AM 10.856 e CPF 020.763.597-88 com domicílio profissional na Av. Doutor Hélio Ribeiro, 487, 3º andar, Edifício Concorde, Residencial Paiaguás, Cuiabá/MT; **MÁRCIO RIBEIRO PIRES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PR 25.849 e CPF 698.723.689-53, com domicílio profissional na Rua Visconde de Nácar, 1440, 28º Andar, Edifício Século XXI, Centro, Curitiba/PR; **MARCUS ANTONIO CORDEIRO RIBAS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SC 9.491 e CPF 653.330.559-04, com domicílio profissional na Rua da Bahia, 2500, 9º andar, Lourdes, Belo Horizonte/MG; **PRISCILA BITTENCOURT COSTA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SC 18.572 e CPF 005.827.479-02, com domicílio profissional na Av. Rio Branco, 510, 4º andar, Cidade Alta, Natal/RN; **ROMEU DE AQUINO NUNES**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/MT 3.770-O e CPF 274.264.751-15, com domicílio profissional na Rua Quinze de Novembro, 111, 6º, 7º e 8º andares, Centro, São Paulo/SP; **SANDRO DOMENICH BARRADAS**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SP 115.559 e CPF 148.778.098-21, com domicílio profissional na Av. Duque de Caxias, 560, 4º andar, Centro, Fortaleza/CE; **SANDRO NUNES DE LIMA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/DF 24.693 e CPF 485.415.320-20, com domicílio profissional na Praça XV de Novembro, 321, 6º e 7º andares, Centro, Florianópolis/SC; **SÉRGIO MURILO DE SOUZA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/DF 24.535 e CPF 499.787.721-20, com domicílio profissional na Rua José de Alencar, 3115, 1º andar, Centro, Porto Velho/RO; **SOLANGE GONCALVES FUTIDA MAGRI**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/SP 184507 e CPF 267.428.078-65, com domicílio profissional na Praça 1817, 129, 8º e 9º andares, Centro, João Pessoa/PB; **IV)** Especialista Jurídica: **ACELMA CRISTINA SILVA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/RJ 14.8887 e CPF 690.663.881-53, com domicílio profissional na Sede do outorgante, localizada no SAUN – Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre I, 8º andar do Edifício Banco do Brasil, Brasília/DF (dados fornecidos por declaração, ficando o outorgante responsável por sua veracidade, bem como por qualquer incorreção), aos quais confere os poderes da cláusula *ad judicia*, quer para a prática de atos em processos no âmbito judicial, quer para a prática de atos em processos no âmbito administrativo e os poderes especiais de: receber citação, reconhecer a procedência do pedido, desistir, dar e receber quitação, firmar compromisso, apresentar reclamação correicional e representação correicional e ingressar em recinto no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que participe, possa participar ou deva comparecer o outorgante, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos ou administrativos, defender os direitos e interesses do outorgante, podendo, para tanto, impetrar mandados de segurança, propor ou contestar ações, inclusive ações rescisórias, apresentar incidentes processuais e opor exceção de qualquer natureza, reconvir, nomear e impugnar peritos, solicitar a abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crime, prestar informações e usar de todos os meios de recursos em direito permitidos, em todas as instâncias, turmas recursais ou tribunais, aceitar ou embargar concordatas, requerer falências, declarar, habilitar e impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial e extrajudicial, representar o outorgante perante quaisquer órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora outorgados, receber intimações para a ciência e andamento dos respectivos pleitos, exceto as que,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código TVmLh0rW.

por força de lei, devam ser feitas unicamente ao outorgante. Nas hipóteses em que o outorgante atue como convenente, conveniado, mandante, mandatário, gestor, mantenedor, os outorgados ficam investidos de todos os poderes constantes dos respectivos contratos ou instrumentos de mandato que não excedam dos poderes antes descritos. O presente mandato não revoga outros mandatos que anteriormente tenham sido firmados e ratifica todos os atos praticados pelos advogados acima nominados que não extrapolem os poderes ora outorgados. **Os poderes ora conferidos poderão ser exercidos em conjunto ou individualmente e também podem ser substabelecidos, com ou sem reservas de iguais poderes, exceto o de receber citação.** *(LAVRADO SOB MINUTA). Esclareci ao(s) outorgante(s) o significado deste ato, após o que lhe li em voz* alta e pausada o presente instrumento que aceita(m) e assina(m). DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS DE ACORDO COM A LEI. DOU FÉ. Eu, ELIENE GOMES LIMA SAMPAIO SILVA, Escrevente Autorizada, a lavrei, conferi, li e encerro o presente ato colhendo as assinaturas. E eu, Tabelião Substituto, dou fé, assino e subscrevo. **(aa.)MARCELO ROBERTO DE LIRA, Tabelião Substituto, LUCINÉIA POSSAR, nada mais.** Trasladada em seguida. E eu, _____, subscrevo, dou fé, e assino em público e raso. Guia de recolhimento nº 00436274, no valor de R$ 47,60, referente aos emolumentos cartorários. Sinal Público disponível para consulta no site: "http://www.censec.org.br" (acesso restrito aos cartórios). Selo Digital nº TJDFT20220100163918WCAM, disponível para consulta no site: "www.tjdft.jus.br".

EM TESTEMUNHO ( ) DA VERDADE.

CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE NOTAS
Eliene Gomes Lima Sampaio Silva
Escrevente
TAGUATINGA - DF

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código TVmLh0rW.

BANCO DO BRASIL S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 7 DE AGOSTO DE 2019

2019/24

Em sete de agosto de dois mil e dezenove, às dez horas, na Avenida Paulista, 1230, Torre Matarazzo, 20° andar - São Paulo (SP), sob presidência do Sr. Hélio Lima Magalhães, realizou-se reunião ordinária do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8) com a participação dos Conselheiros Débora Cristina Fonseca, Guilherme Horn, Luiz Serafim Spinola Santos, Marcelo Serfaty, Paulo Roberto Evangelista de Lima, Rubem de Freitas Novaes e, por videoconferência, o Sr. Waldery Rodrigues Júnior. Também estiveram presentes a Sra. Lucinéia Possar, Diretora Jurídica; os Srs. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores e Carlos Renato Bonetti, Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos. (...) Dando continuidade, o Conselho de Administração (CA): 1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1S19 - tomou conhecimento das demonstrações contábeis referentes ao 1S19, apresentadas pela Diretoria de Contadoria - Pt Secex 2019/3572; 2. AUDITORIA INDEPENDENTE - tomou conhecimento da apresentação realizada pelo Sr. Luiz Carlos Oseliero, representante da Deloitte Auditoria Independente, sobre o trabalho de auditoria acerca das demonstrações contábeis do 1S19 - Pt Secex 2019/3553; 3. RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA (COAUD) - aprovou o resumo do relatório do Coaud referente ao 1S19, conforme expediente Coaud 2019/62, de 07.08.2018 - Pt Secex 2019/3638; 4. RESULTADO GERENCIAL - tomou conhecimento da análise do resultado do Banco do Brasil referente ao 1S19, apresentado pela Diretoria de Controladoria - Pt Secex 2019/3505; 5. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - aprovou o Relatório da Administração referente ao 1S19, conforme Nota URI 017/2019, de 1º.8.2019, aprovada pelo Conselho Diretor em 5.8.2019 - Pt Secex 2019/3419; 6. DECLARAÇÃO DE APETITE E TOLERÂNCIA A RISCOS (RAS) - aprovou a revisão da RAS, conforme Nota Diris-2019/00189, de 1.8.2019, aprovada pelo Conselho Diretor em 5.8.2019 - Pt Secex 2019/3504; 7. ELEIÇÃO DE MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA - aprovou, em consonância com o art. 21, inciso X, do Estatuto Social do Banco do Brasil, a eleição dos indicados abaixo qualificados como membros da Diretoria Executiva do BB, para completar o mandato 2019-2021, em razão das renúncias apresentadas pelos Srs. Leonardo Silva de Loyola Reis ao cargo de Diretor de Finanças, Wagner Aparecido Mardegan ao cargo de Diretor de Atendimento e Canais e Fernando Florêncio Campos ao cargo de Diretor de Mercado de Capitais e Infraestrutura, esclarecido que os eleitos atendem às exigências legais e estatutárias: Diretor de Finanças (Difin): Mauricio Nogueira, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 991.894.537-00, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00114017503, expedida em 15.9.2016 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, Brasília (DF); Diretor de Atendimento e Canais (Dirac): Thompson Soares Pereira César, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 995.503.187-53, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00647283518, expedida em 3.10.2017 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado de São Paulo. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, Brasília (DF); Diretor de Mercado de Capitais e Infraestrutura (Dimec): Erik da Costa Breyer, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 955.093.217-68, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00433111261, expedida em 12.3.2019 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, Brasília (DF); Ao eleger o Sr. Erik da Costa Breyer para o cargo de Diretor da Dimec, o Conselho condicionou sua posse à renúncia ao cargo de Conselheiro de Administração da empresa AES Tiete S.A. (...) 11. ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA (AUDIT) - tomou conhecimento do Sumário de Atividades da Audit referente a jul/2019 - Pt Secex 2019/3557; (...) 13. REGIMENTOS DO COAUD E CORIS - decidiu pela alteração dos Regimentos Internos do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital, conforme redação a seguir, de forma a adequá-los à nova dinâmica das reuniões do Conselho: a) Regimento Interno do Comitê de Auditoria: "Art. 11. O Coaud reunir-se-á: [...] §2º A participação do Comitê nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração dar-se-á mediante: a representação pelo seu coordenador ou, em caso de ausência justificada, de substituto por ele indicado; ou b) a presença de todos os membros do Comitê, quando requisitado pelo Conselho de Administração, ressalvadas as ausências por motivos justificados." b) Regimento Interno do Comitê de Riscos e de Capital: "Art. 10 O Comitê reunir-se-á: [...] II - mensalmente com o Conselho de Administração; [...] §2º A participação do Comitê nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração dar-se-á mediante: a) a representação pelo seu coordenador ou, em caso de ausência justificada, de substituto por ele indicado; ou b) a presença de todos os membros do Comitê, quando requisitado pelo Conselho de Administração, ressalvadas as ausências por motivos justificados." Permanecem inalterados os demais dispositivos dos Regimentos Internos do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e de Capital - Pt Secex 2019/3566; (...) Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, (Ass. Ana Claudia Kakinoff Corrêa), Secretária, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros. Ass.) Hélio Lima Magalhães, Débora Cristina Fonseca, Guilherme Horn, Luiz Serafim Spinola Santos, Marcelo Serfaty, Paulo Roberto Evangelista de Lima, Rubem de Freitas Novaes e Waldery Rodrigues Júnior. ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 29, PÁGINAS 186 a 190. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro em 09/12/2019 sob o número 1340898 - Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a implementação do Projeto Sinais, no âmbito do Ministério da Cidadania e do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituto, e o MINISTRO DE ESTADO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), resolvem:

Art. 1º Fica instituído o Projeto Sinais, com objetivo de proporcionar acesso ao esporte, lazer, à cultura e à cidadania para crianças, a partir de seis anos de idade, adolescentes, jovens e adultos, portadores de deficiência auditiva, que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, conforme diretrizes de trabalho.

Art. 2º O Projeto Sinais será desenvolvido conjuntamente pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Cidadania, que coordenará os trabalhos.

Art. 3º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - Rede socioassistencial: conjunto da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência e desenvolvimento social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

II - Comitê Gestor: órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas;

III - Estação Cidadania: instalações concebidas dentro do conceito de integração de programas e ações para promoção da cidadania, conforme disposto na Portaria nº 876, de 15 de maio de 2019, do Ministério da Cidadania - MC;

IV - Gestores da assistência social: agentes públicos responsáveis pela política de assistência e desenvolvimento social nos municípios e nos estados;

V - Programa Pátria Voluntária: criado pelo Decreto nº 9.906, de 9 de julho de 2019, com a finalidade de promover o voluntariado de forma articulada entre o governo, as organizações da sociedade civil e o setor privado, e incentivar o engajamento social e a participação cidadã em ações transformadoras da sociedade; e

VI - Plataforma Pátria Voluntária: ferramenta digital para estimular o engajamento do cidadão em ações de voluntariado; atua como uma rede de voluntariado para unir quem quer colaborar com quem precisa de colaboração.

Art. 4º As atividades do Projeto Sinais serão desenvolvidas prioritariamente nas instalações das unidades da Estação Cidadania.

Art. 5º Compete ao Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, realizar a seleção e indicação dos profissionais que atuarão na execução do projeto.

Parágrafo único. A participação de servidores do Ministério da Educação de que trata o caput será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada, e exercida sem prejuízo das atribuições funcionais regulares.

Art. 6º Além de coordenar a elaboração do plano de trabalho, compete ao Ministério da Cidadania:

I - na qualidade de responsável pela coordenação do Programa Pátria Voluntária, fazer a articulação para a participação de entidades de ensino superior, e seus corpos discentes e docentes, na execução e nos aprimoramentos do projeto e disponibilizar a plataforma Pátria Voluntária;

II - por intermédio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI/MC, realizar a mensuração do quantitativo de pessoas portadoras de surdez e da sua demografia;

III - mediante a Secretaria Especial do Esporte, por intermédio da Secretária Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social - SEE/SNELIS/MC:

a) desenvolver a metodologia de acompanhamento das parcerias firmadas com os municípios, nos moldes definidos nas diretrizes do Projeto;

b) acompanhar a efetiva execução do Projeto;

c) receber o projeto e o plano de trabalho para análise quanto à existência de interesse recíproco da demanda a justificar sua inclusão nos mapas de controle para contemplação pelas ações orçamentárias apoiadoras;

d) monitorar os repasses concedidos, de forma que os recursos financeiros e materiais sejam disponibilizados, tempestivamente, para realização do projeto, nos termos do plano de trabalho aprovado; e

e) capacitar os recursos humanos envolvidos na execução e no desenvolvimento do Projeto;

IV - por intermédio da Secretaria Especial da Cultura - SEC/MC:

a) monitorar as ações culturais do Projeto que serão desenvolvidas nas Estações Cidadania;

b) participar da capacitação dos Recursos Humanos envolvidos na execução e desenvolvimento das atividades culturais do Projeto; e

c) realizar o levantamento do equipamento, Estação Cidadania;

V - por intermédio da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social - SEDS/MC:

a) orientar os gestores da assistência social, em relação ao papel da rede socioassistencial na identificação e sensibilização do público-alvo;

b) elaborar orientações técnicas para a rede socioassistencial, com sugestões de estratégia de mobilização do público;

c) fomentar a articulação local dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS com as demais políticas setoriais envolvidas no Projeto; e

d) prestar suporte técnico, capacitar e orientar os profissionais responsáveis pelas oficinas na temática "Cuidados e Prevenção às Drogas".

Art. 7º Para fins de execução do projeto, será criado, mediante Decreto, Comitê Gestor composto preferencialmente por representante e suplente dos seguintes órgãos:

I - três pelo Ministério da Cidadania - da Secretaria Especial do Esporte, da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e do Gabinete do Ministro;

II - um pelo Ministério do Turismo - da Secretaria Especial da Cultura;

III - um pelo Ministério da Educação - da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação;

IV - um pela Confederação Brasileira de Desportos de Surdos - CBDS; e

V - um pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS.

Art. 8º Os recursos financeiros destinados à implementação do Projeto Sinais serão originárias de rubricas e dotações orçamentárias do Ministério da Cidadania, complementadas, se necessário.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS
Ministro de Estado da Educação
Substituto

OSMAR GASPARINI TERRA
Ministro de Estado da Cidadania

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 572, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Caso discorde da decisão de indeferimento, as entidades terão o prazo improrrogável de 30 dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 26 da Lei nº 12.101, de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BRAGA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	76.882.463/0001-96	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO BAIRRO VILA GUSSO E JARDIM PARANÁ	Curitiba/PR	23000.009846/2015-03	971/2019
2	20.764.379/0001-13	CRECHE COMUNITÁRIA TIA FRANCISCA	Belo Horizonte/MG	23000.014720/2016-23	562/2019
3	12.447.962/0001-72	ASSOCIAÇÃO INTERAÇÃO MODELO	São Paulo/SP	23000.020539/2015-75	377/2019
4	43.371.392/0001-08	INSTITUTO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	São Paulo/SP	23000.000403/2015-49	959/2019

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código TVmLh0rW.

BANCO DO BRASIL

SUBSTABELECIMENTO

Por este instrumento particular, substabeleço, com reserva, parte dos poderes que me foram conferidos pelo **BANCO DO BRASIL S.A.**, por intermédio de sua Diretora Jurídica, Dra. LUCINÉIA POSSAR, nos termos do instrumento de procuração lavrado no Cartório do 5º Ofício de Notas de Taguatinga - DF, às fls. 065, do livro 3561, em 05/05/2022 (Protocolo 869764), aos advogados **RENATA CRISTINA SILVA MOURÃO,** brasileira, casada, advogada, inscrito(a) na OAB/MG 131.505 e no CPF/MF 071.044.446-02, **NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito(a) na OAB/RJ 136.118 e no CPF/MF 668.018.009-06, **BRUNA RODRIGUES DE OLIVEIRA GUIMARÃES**, brasileira, casada, advogada, inscrito(a) na OAB/RJ 145.645 e no CPF/MF 056.693.387-07, **ARTHUR PIMENTEL DIOGO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito(a) na OAB/RJ 156.788 e no CPF/MF 108.481.337-81 e **ANNE CAROLLINE WILIANS VIEIRA RODRIGUES,** brasileira, casada, advogada, inscrito(a) na OAB/SP 429.239 e no CPF/MF 511.790.242-49, sócios da sociedade de advogados **NELSON WILIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS,** registrada na OAB/RJ 30372007-2 e inscrita no CNPJ/MF 03.584.647/0003-68, sediada na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco n.º 8, salas 101/116, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, que foi contratada ao amparo de contratação emergencial, para prestar serviços advocatícios e técnicos de natureza jurídica ao Banco do Brasil no(s) Estado(s) do Maranhão e São Paulo, de acordo e nos limites do(s) contrato(s) administrativo(s) entabulado(s) com o Banco do Brasil S.A. Ficam conferidos os poderes necessários à defesa dos interesses do Banco do Brasil S.A. nas esferas administrativa e extrajudicial, além de poderes da cláusula ***ad judicia***, para a prática de atos em processos no âmbito cível, fiscal, administrativo, previdenciário, trabalhista e penal, para : atuar em primeiro e segundo graus de jurisdição, nos juizados especiais, colégios e turmas recursais, compreendendo inclusive interpor recursos e apresentar contrarrazões a recursos interpostos aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, apenas **ressalvado** que o acompanhamento de processos e a atuação nesses tribunais ficarão exclusivamente a cargo dos advogados empregados do Banco do Brasil S.A., propor e contestar ações, reconvir, nomear e impugnar peritos, prestar informações e usar de todos os recursos em direito permitidos, requerer falências, declarar ou impugnar créditos, praticar todos os atos necessários em processos de recuperação judicial ou extrajudicial, inclusive em assembleias de credores, representar o Banco do Brasil S.A. perante órgãos públicos, solicitar informações escritas necessárias ao desempenho dos poderes ora substabelecidos, e ainda os **poderes especiais**, quando autorizados pelo Banco do Brasil S.A., de: reconhecer a procedência do pedido, desistir, firmar compromisso, receber e dar quitação em autos de processo judicial, com recebimento de créditos do Banco do Brasil S.A. somente mediante depósito judicial em favor do Banco do Brasil S.A., apresentar reclamação e representação correicional e ingressar em recinto, repartição ou outro local no qual esteja sendo realizada assembleia ou reunião de que tenha interesse, participe ou possa participar o Banco do Brasil, ou perante a qual este deva ou tenha interesse em comparecer, para, em quaisquer processos ou procedimentos contenciosos judiciais ou administrativos, inclusive de recuperação judicial ou extrajudicial, defender os direitos e interesses do Banco do Brasil, podendo impetrar mandados de segurança, propor ações rescisórias, opor exceção de qualquer natureza, solicitar abertura de inquéritos policiais, oferecer queixas-crimes com observância ao artigo 44 do Código de Processo Penal, apresentar representação, ajuizar medidas cautelares, preventivas ou assecuratórias, bem com incidente de falsidade na esfera penal; receber intimações para ciência e andamento dos respectivos

MISTO Papel FSC FSC® C114317

Mod. 0.03.007-4 - SISBB 99176
Novembro/2014 - Grafi Rio

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código TVmLHoHW.

BANCO DO BRASIL

pleitos, exceto as que, por força de lei, devam ser feitas unicamente ao Banco do Brasil S.A. Fica **vedado** ao(s) substabelecidos(s) o saque de valor depositado em favor do Banco do Brasil S.A., podendo o(s) substabelecido(os), no entanto, requerer a expedição de alvará de levantamento apenas em nome do Banco do Brasil S.A. e retirá-lo em cartório ou serventia judicial para entrega ao Banco do Brasil S.A. Os poderes ora substabelecidos poderão ser exercidos conjunta ou individualmente. O presente substabelecimento ratifica todos os atos praticados, desde que não extrapolem os poderes ora outorgados. Os poderes ora conferidos podem ser substabelecidos, com reserva.

São Paulo, quinta-feira, 1 de dezembro de 2022.

Evandro L. Souza

EVANDRO LÚCIO PEREIRA DE SOUZA
OAB/SP 133.091

Mod. 0.03.007-4 - SISBB 99176
Novembro/2014 - Grafi Rio

MISTO
Papel
FSC FSC® C114317

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.0114 e código TVmLH0rW.

NELSON WILIANS ADVOGADOS

SUBSTABELECIMENTO

NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES, inscrito na OAB/RJ nº 136.118, substabelece, na pessoa do (a) advogado (a) **NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES**, **inscrito na OAB/SP nº 128.341,** os poderes que lhe foram outorgados por **BANCO DO BRASIL S/A**, podendo praticar todos os atos necessários, iguais aos que me foram outorgados.

Nestes termos, espera deferimento.

São Paulo/SP, 02 de dezembro de 2022.

NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES:66801800906

Assinado de forma digital por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES:66801800906
Dados: 2022.12.02 12:45:04 -03'00'

NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
OAB/SP nº 128.341

Tel.: +55 11 3330.2299 | +55 11 3330.2277
Av. das Nações Unidas, 12.901
Torre Oeste, 17º Andar - Brooklin
São Paulo / SP - 04578-910
OAB/SP 5030

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código TVmLh0rW.

NELSON WILIANS ADVOGADOS

AO JUÍZO DA ___ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINAS NO ESTADO DE SÃO PAULO – TJ/SP

BANCO DO BRASIL S/A, sociedade de economia mista sediada no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Bloco C, Lote 32, Edifício Sede III, em Brasília/DF, CEP 70.070-140, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, e-mail cenopserv.oficioscwb@bb.com.br**,** com seus atos constitutivos registrados e arquivados no Departamento Nacional do Registro do Comércio sob nº 83, neste ato representado por seu advogado que esta subscreve (DOC1), e-mail nwbbintimacoes@nwadv.com.br, com fundamento no artigo 700 e seguintes do Código de Processo Civil, propor a presente:

AÇÃO MONITÓRIA

em face do espólio de LUIZ NELSON JOSE VIEIRA, inscrito no CPF/MF sob o nº 143.136.348-00, falecido aos 19 dias do mês de novembro do ano de 2022, neste ato representado por seus herdeiros:

LUIS RENATO BLUMLEIN VIEIRA, brasileiro, inscrita no CPF/MF sob o nº 219.234.248-90 (endereço eletrônico desconhecido), residente e domiciliada na Rua Celso Egídio Sousa Santos Nº 22, Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP: 13070-057.

LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 215.640.228-03 (endereço eletrônico desconhecido), residente e domiciliada na Avenida João Erbolato Nº 455, Jardim Chapadão, Campinas/SP, CEP: 13070-070.

Para tanto, expõe as razões de fato e de direito que amparam a pretensão.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WEB 0042152-89.2026.8.26.0114 e código 00DOL46.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0042152-89.2026.8.26.0114 e código 00DOL46.

NELSON WILIANS ADVOGADOS

I – DA PROPOSITURA DA AÇÃO CONTRA OS SUCESSORES – PARTILHA JÁ FORMALIZADA

Cabe esclarecer que o contrato objeto da presente demanda foi celebrado entre o Requerente e **LUIZ NELSON JOSE VIEIRA**, cujo óbito veio a ocorrer em 19/11/2022.

Após o falecimento, foi lavrada a ESCRITURA PÚBLICA DE INVENTARIO E PARTILHA (em anexo), na qual foram transferidos os bens e dívidas aos herdeiros **LUIS RENATO BLUMLEIN VIEIRA** e **LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS.**

Diante disso, conclui-se pela plena possibilidade de propositura da ação monitória contra os herdeiros do devedor, uma vez que os mesmos possuem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, conforme dispõe o artigo 1.997, do Código Civil, *in verbis*:

> *1.997 - A herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido; mas, feita a partilha, só respondem os herdeiros, cada qual em proporção da parte que na herança lhe coube".*

Nesse sentido é a lição de Misael Montenegro Filho sobre o assunto: "*Legitimidade passiva do espólio, dos herdeiros ou dos sucessores do devedor. Falecimento anterior à instauração da execução: Se o devedor falece antes da instauração da ação, esta é proposta (diretamente) contra o espólio (até a partilha) ou contra os herdeiros ou sucessores, quando a partilha houver sido concluída. "*

Outrossim, o artigo 700 do Código de Processo Civil, prevê que, *in verbis*:

> *Art. 700.* ***A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita*** *sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz:*
> ***I - o pagamento de quantia em dinheiro;***

Diante do exposto, resta superada qualquer alegação futura de ilegitimidade arguida pelos Requeridos, tendo em vista que os herdeiros são partes legítimas para figurarem no polo passivo da presente ação.

II – DA EXPRESSA RECUSA AO JUÍZO 100% DIGITAL

Diante da inexistência de ferramenta de gestão processual apta a processar o recebimento de intimações exclusivamente na forma estabelecida pela Resolução no. 345/2020 do CNJ (e-mail e telefone móvel), **apresenta nesta oportunidade a sua expressa RECUSA ao "JUÍZO 100% DIGITAL"**.

Tel.: 67 3056.8050
Rua Goiás, 461
Campo Grande/MS

www.nwadv.com.br
Email: nwbbintimacoes@nwadv.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCAS26320222600014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002412-89.2026.8.26.0114 e código 5CDDL46.

NELSON WILIANS ADVOGADOS

Por oportuno, protesta pela manutenção da disponibilização das intimações através do sistema eletrônico e/ou diário oficial, sob pena de violação aos artigos 194, 197 do CPC e artigo 37 da Carta Magna.

III – DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Inicialmente insta salientar que **o Requerente não tem interesse na realização da audiência de conciliação ou de mediação**, conforme preceitua o artigo 319, VII do Código de Processo Civil, haja vista que busca constantemente contatos com as partes, para tratativas extrajudiciais, no sentido de resolver a pendência objeto da demanda em tela.

IV - DO ARTIGO 319 DO CPC

Informa a parte Requerente que todos os requisitos necessários para a admissibilidade da peça exordial encontram-se devidamente presentes nesta peça, com exceção do endereço eletrônico da parte Requerida, cuja obtenção restou impossibilitada.

Entretanto, tal fato não é passível de ocasionar nenhum prejuízo ao regular processamento e prosseguimento do feito, nos termos do parágrafo 2º do artigo 319 do CPC.

V - DO RECEBIMENTO DAS CÓPIAS – PRESUNÇÃO LEGAL DE VERACIDADE

Por oportuno, reitera a fé pública do advogado quando da juntada de reproduções de qualquer documento público ou particular nos autos, na forma como preconiza o Art. 425 VI do Novo CPC.

Cabendo destacar que, por ser documento munido de fé pública, deverá ser presumida a veracidade das informações nele vinculadas, nos termos do inciso IV do Art. 374 também do CPC, considerando-se como presunção *juris tantum*, ou seja, presunção relativa válida até prova em contrário.

Deste modo, requer que as cópias apresentadas produzam os exatos mesmos efeitos de suas vias originais, eis que apresentadas por advogado com plenos poderes para gerar a indiscutível validade ao seu conteúdo.

VI– DOS FATOS

Na data de 08/11/2021, o Requerente firmou com o Requerido, o **CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR – CDC EMPRÉSTIMO - BB RENOVAÇÃO CONSIGNAÇÃO nr. 978819262 (Operação nº 00000000978819262 - Numeração Interna Sistêmica)**, com o valor solicitado de **R$ 129.404,58 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos e quatro reais e cinquenta e oito centavos)**.

Tel.: 67 3056.8050
Rua Goiás, 461
Campo Grande/MS

www.nwadv.com.br
Email: nwbbintimacoes@nwadv.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56, sob o número WCAS26322022260014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0021452-89.2026.8.26.0114 e código 6DDDLZ6.

NELSON WILIANS ADVOGADOS

O referido crédito, cujo valor para ser financiando resultou em **R$ 129.453,26 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e seis centavos),** parcelado em 96 (noventa e seis) prestações mensais, **com o vencimento inicial em 05/05/2022 e vencimento final para 05/04/2030**, o empréstimo está devidamente comprovado no extrato da conta do Requerido em anexo.

Cumpre salientar que o Contrato foi assinado eletronicamente pelo Requerido no dia 08/11/2021 às 12:09:20, conforme consta no Contrato anexo.

Muito embora o aludido objeto do contrato tenha sido devidamente disponibilizado pelo Autor, não houve o cumprimento da obrigação por parte do Requerido na forma e prazo pactuados, fato que ocasionou o vencimento antecipado do contrato e, consequentemente, a mora.

Não obstante tenha o Autor empreendido todos os esforços no sentido de obter a satisfação da contraprestação devida pela parte Requerida, extrajudicialmente, não obteve êxito, não tendo restado alternativa senão a de buscar a guarida do Poder Judiciário.

VII – DADOS DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

A importância da operação de crédito originalmente perfazia o montante de **R$ 129.453,26 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte e seis centavos),** parcelado em 96 (noventa e seis) prestações mensais, **com o vencimento inicial para 05/05/2022 e final para 05/04/2030**

No entanto, o Requerido deixou de adimplir o pagamento que se obrigou em **05/05/2023**, ocorrendo assim o previsto na Cláusula Décima Segunda - ``VENCIMENTO EXTRAORDINÁRIO``, das Cláusulas Gerais do Contrato de Abertura de Crédito Rotativo - CDC Automático, anexo.

Dessa forma, resta configurada a hipótese de vencimento antecipado em razão da falta de pagamento, descrita na referida Cláusula, acarretando a exigibilidade de toda a dívida, sendo exigida comissão de permanência à taxa de mercado do dia do pagamento. sendo encargos de inadimplemento entre: Entre: 05.05.2023 e 23.09.2023: juros à taxa de 1,050 % ao mês, debitados e capitalizados mensalmente; juros de mora à taxa de 1,0% ao mês, debitados e capitalizados mensalmente e multa de 2,000 % sobre o saldo devedor final.

Considerando o inadimplemento do contrato, foram aplicados os encargos de inadimplemento calculados a partir do vencimento, com o detalhamento do período de carência onde são amortizados os juros, a correção monetária, bem como o pagamento do saldo principal da dívida em tela, conforme discriminado no Demonstrativo de Conta Vinculada anexo. Abaixo, breve demonstrativo:

Tel.: 67 3056.8050
Rua Goiás, 461
Campo Grande/MS

www.nwadv.com.br
Email: nwbbintimacoes@nwadv.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCAS26320222600014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0021510-89.2026.8.26.0114 e código 00DL46v.

NELSON WILIANS ADVOGADOS

Número Contrato	Número operação	Valor inicial	Valor Atualizado em 23/09/2023
978819262	**00000000978819262**	**R$ 129.453,26**	**R$ 142.959,18**

Desta feita, tem-se que o Banco Autor é credor da quantia atualizada **R$ 142.959,18 (cento e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos)**, indicada no incluso quadro demonstrativo atualizado em anexo.

VIII - DO DIREITO

Nestas condições, precisado o fato constitutivo do crédito do Autor ante a negativa do Réu em cumprir a obrigação no prazo avençado, à regularização do pacto, interpõe o Banco credor a presente demanda, com fulcro no artigo 700 do Código de Processo Civil c/c Sumula 247 do STJ, o qual prevê, em caso de inadimplência, que o contrato de abertura de crédito acompanhado do demonstrativo do débito, constituem documentos hábeis para o ajuizamento de ação monitória.

Outrossim, o artigo 700 do Código de Processo Civil, prevê que, *in verbis*:

> *Art. 700.* ***A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita*** *sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz:*
> ***I - o pagamento de quantia em dinheiro;***

Neste sentido:

> *APELAÇÃO CIVIL.* ***AÇÃO MONITÓRIA****. PROVA ESCRITA.* ***CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR (CDC). JUNTADA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL COM ASSINATURA ELETRÔNICA DO DEVEDOR.*** *TÍTULO HÁBIL. ADEQUAÇÃO DO RITO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. NÃO CABIMENTO. 1. Nos termos do art. 700, inc. I, do CPC,* ***a ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor o pagamento de quantia em dinheiro.*** *Sobre o tema, a doutrina leciona que a prova escrita deve revelar probabilidade quanto à existência do direito e não certeza. Na hipótese,* ***ainda que assinado eletronicamente, o contrato de crédito direito ao consumidor (CDC)- BB Crédito Renovação, o demonstrativo da conta vinculada e demais informações da relação contratual estabelecida entre as partes, são documentos suficientes para o ajuizamento da ação monitória.*** *2. Apelação conhecida e provida. Sentença cassada. (TJ-DF 07072642920228070020 1720387, Relator: FÁBIO EDUARDO MARQUES, Data de Julgamento: 22/06/2023, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: 27/07/2023). (Grifo nosso)*

Por fim, consolidando a jurisprudência supramencionada, preconiza a súmula 247 do STJ que, *in verbis*: *"O contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória". (GN)*

Isso posto, tem-se que a existência do direito do Autor e a legitimidade do débito estão devidamente comprovadas através do contrato pactuado entre as partes acompanhadas do

Tel.: 67 3056.8050
Rua Goiás, 461
Campo Grande/MS

www.nwadv.com.br
Email: nwbbintimacoes@nwadv.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2023 às 15:56, sob o número WCAS26320230000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0021512-89.2026.8.26.0114 e código 00DOLZ605.

NELSON WILIANS ADVOGADOS

demonstrativo de evolução do débito, uma vez que tais documentos constituem documentos hábeis para o ajuizamento da AÇÃO MONITÓRIA, conforme dispõe o artigo 700 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido já decidiu recentemente o Egrégio Superior Tribunal de Justiça acerca da eficácia executiva do contrato assinado eletronicamente:

> *APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.* ***CONTRATOS ELETRÔNICOS.*** *EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.* ***ASSINATURA DIGITAL. CERTIFICAÇÃO. VALIDADE. FORÇA EXECUTIVA. AUTENTICIDADE. COMPROVAÇÃO. ÔNUS DO EXECUTADO.*** *SENTENÇA ANULADA 1. Para se deflagrar a pretensão executiva, é necessário que exista obrigação líquida, certa e exigível, que o título esteja elencado na lei como título executivo extrajudicial, como disposto pelo legislador no art. 784 e incisos, do Código de Processo Civil. 2. Observa-se, ainda, que o Código Civil dispõe em seu art. 107 que ?A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir?. 3****. Não se verifica óbice ao título executivo extrajudicial, assinado eletronicamente pelo devedor,*** *quando comprovada a sua existência e higidez, a qual (prova) pode ser efetuada, excepcionalmente, por outros mecanismos presentes no próprio instrumento ou no processamento da execução. 4. A autenticidade e integridade dos contratos eletrônicos, celebrados entre as partes, podem ser aferidas mediante a certificação eletrônica, que utiliza a assinatura digital, verificada por autoridade certificadora legalmente constituída, o que permite, sem dúvida, que seja reconhecida a higidez do contrato eletrônico, objeto da execução.* ***5. Incumbe ao réu, nos termos do art. 373, II, do CPC, o ônus de provar fato impeditivo do direito do autor, impugnando a execução, inclusive, a não autenticidade da assinatura eletrônica.*** *6. Recurso provido. (TJ-DF 07223096720218070001 DF 0722309-67.2021.8.07.0001, Relator: JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS, Data de Julgamento: 06/10/2021, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 20/10/2021 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)*

Cabe ainda esclarecer ainda que, a assinatura digital não reduz a eficácia do Instrumento, pois a autenticidade da assinatura é certificada pela autoridade certificadora, mediante prévio cadastro do usuário com a apresentação de seus documentos pessoais para validação do certificado.

IX - DOS PEDIDOS

Nestas condições, precisado o fato constitutivo do crédito do Autor ante a negativa do Réu em cumprir a obrigação no prazo avençado, vem requerer se digne Vossa Excelência, a expedir mandado citatório para o Réu, no endereços já fornecidos, para o pagamento da importância total da dívida constante na planilha em anexo, satisfazendo assim o direito do credor, com o prazo de **15 (quinze) dias** para que cumpra a ordem judicial, podendo caso queira, apresentar embargos ao mandado, no prazo legal, e, caso não forem opostos ou rejeitados, constituir-se-ão em títulos executivos judiciais, prosseguindo-se a execução na forma prevista no Código de Processo Civil, acrescendo-se as despesas processuais, custas e honorários advocatícios.

Caso os embargos não sejam opostos, requer a expedição de mandado executivo, observadas as disposições dos artigos 701 e seguintes do Código de Processo Civil.

Tel.: 67 3056.8050
Rua Goiás, 461
Campo Grande/MS

www.nwadv.com.br
Email: nwbbintimacoes@nwadv.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATTON RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCAS26320222600014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002150-89.2026.8.26.0114 e código 00DDL26.

NELSON WILIANS ADVOGADOS

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente por oitiva de testemunhas, depoimento pessoal do Réu, bem como a juntada de demais documentos necessários à elucidação dos fatos.

Por fim, requer seja anotado na contracapa e/ou habilitado nos autos eletrônicos exclusivamente o advogado **NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES**, inscrito na **OAB/SP sob o nº 128.341,** bem como sejam feitas as publicações de todos os atos processuais em nome do mesmo, **sob pena de nulidade e/ou republicação do ato judicial, com devolução do prazo**, nos termos do §5º do art. 272 do CPC.

Para fins dos artigos 246, §1º e 319, inciso II, ambos do CPC, informamos o seguinte endereço eletrônico: cenopserv.oficioscwb@bb.com.br;

Outrossim, para fins do artigo 287 do CPC, informamos o seguinte endereço eletrônico: nwbbintimacoes@nwadv.com.br**;**

Dá-se à causa o valor de **R$ 142.959,18 (cento e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos)**, comprovando o recolhimento das custas respectivas.

Nestes termos, espera deferimento.
Campo Grande/MS, 06 de setembro de 2023.

NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
OAB/SP Nº 128.341

NPJ 20230160613000

Tel.: 67 3056.8050
Rua Goiás, 461
Campo Grande/MS

www.nwadv.com.br
Email: nwbbintimacoes@nwadv.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2023 às 15:56, sob o número WCAS26320023260014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0024150-89.2026.8.26.0114 e código 5DDDL46.

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
17/07/2023 AUTOATENDIMENTO 15:19:05

Credito Direto ao Consumidor
Comprovante de Emprestimo/Financiamento

Cliente: 200200537 LUIZ NELSON JOSE VIEIRA
CPF....: 143.136.348-00 Agencia: 4893-3

Operacao..: 978819262 ESPECIAL
Modalidade: 2881 BB RENOVAÇÃO CONSIGNAÇÃO
Convenio..: 215441 GOVERNO DE SAO PAULO - CONSIG
Data do contrato...: 08/11/2021
Ag./Conta debito...: 4893-3 / 190.273-3
Indice atualizacao.: 0000 - PREFIXADO
Taxa de juros.....: 1,05% a.m. 13,35% a.a.
Qt.prestacoes.....: 96
Dia do debito.....: 05
Dias carencia.....: 149
Financiamento IOF..: 1 - FINANCIADO
Vl. solicitado.....: 129.404,58
Vl. do troco.....: 0,00
Vl. sldo renovado* : 129.404,58
Vl. juros carencia.: 6.845,58
Vl. financiado.....: 129.453,26
Vl. base prestacao.: 2.260,42
Data de vencimento.: 05/04/2030
Tributos.....: 48,68
Seguros.....: 0,00
TAC.....: 0,00
Registros.....: 0,00
Outras Despesas....: 0,00

Vl.Base para o CET.: 129.453,26
Custo Efet. AM(%)..: 1,05
Custo Efet. AA(%)..: 13,37
Vl. Total Parcelas.: 217.000,32

---

*OPERACOES RENOVADAS

..164 BB CRÉDITO CONSIGNAÇÃO

SOMA DO SALDO DEVEDOR: 129.404,58

INFORMACOES COMPLEMENTARES DO CET

	EM R$	%
VL.TOTAL EMPRESTIMO:	129.453,26	-
VALOR LIBERADO.....:	129.404,58	99,96
DESPESAS.....:	48,68	0,04
-TARIFAS.....:	0,00	0,00
-TRIBUTOS (IOF)....:	48,68	0,04
-SEGURO.....:	0,00	0,00
-OUTRAS.....:	0,00	0,00

Cronograma de pagamentos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCAS26520026260014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 6DVS246qw.

Pcl	Dt.vencto	Vl.capital	Vl.juros	Vl.parcela
1	05/05/2022	2.124,58	135,84	2.260,42

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTON RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56, sob o número WCAS26520022600114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2028.8.26.0114 e código 5DVS246qw.

2	05/06/2022	2.102,51	157,91	2.260,42
3	05/07/2022	2.080,66	179,76	2.260,42
4	05/08/2022	2.059,04	201,38	2.260,42
5	05/09/2022	2.037,64	222,78	2.260,42
6	05/10/2022	2.016,47	243,95	2.260,42
7	05/11/2022	1.995,52	264,90	2.260,42
8	05/12/2022	1.974,78	285,64	2.260,42
9	05/01/2023	1.954,26	306,16	2.260,42
10	05/02/2023	1.933,96	326,46	2.260,42
11	05/03/2023	1.913,86	346,56	2.260,42
12	05/04/2023	1.893,97	366,45	2.260,42
13	05/05/2023	1.874,29	386,13	2.260,42
14	05/06/2023	1.854,82	405,60	2.260,42
15	05/07/2023	1.835,55	424,87	2.260,42
16	05/08/2023	1.816,47	443,95	2.260,42
17	05/09/2023	1.797,60	462,82	2.260,42
18	05/10/2023	1.778,92	481,50	2.260,42
19	05/11/2023	1.760,43	499,99	2.260,42
20	05/12/2023	1.742,14	518,28	2.260,42
21	05/01/2024	1.724,04	536,38	2.260,42
22	05/02/2024	1.706,13	554,29	2.260,42
23	05/03/2024	1.688,40	572,02	2.260,42
24	05/04/2024	1.670,85	589,57	2.260,42
25	05/05/2024	1.653,49	606,93	2.260,42
26	05/06/2024	1.636,31	624,11	2.260,42
27	05/07/2024	1.619,31	641,11	2.260,42
28	05/08/2024	1.602,48	657,94	2.260,42
29	05/09/2024	1.585,83	674,59	2.260,42
30	05/10/2024	1.569,35	691,07	2.260,42
31	05/11/2024	1.553,05	707,37	2.260,42
32	05/12/2024	1.536,91	723,51	2.260,42
33	05/01/2025	1.520,94	739,48	2.260,42
34	05/02/2025	1.505,13	755,29	2.260,42
35	05/03/2025	1.489,49	770,93	2.260,42
36	05/04/2025	1.474,02	786,40	2.260,42
37	05/05/2025	1.458,70	801,72	2.260,42
38	05/06/2025	1.443,54	816,88	2.260,42
39	05/07/2025	1.428,54	831,88	2.260,42
40	05/08/2025	1.413,70	846,72	2.260,42
41	05/09/2025	1.399,01	861,41	2.260,42
42	05/10/2025	1.384,47	875,95	2.260,42
43	05/11/2025	1.370,09	890,33	2.260,42
44	05/12/2025	1.355,85	904,57	2.260,42
45	05/01/2026	1.341,76	918,66	2.260,42
46	05/02/2026	1.327,82	932,60	2.260,42
47	05/03/2026	1.314,02	946,40	2.260,42
48	05/04/2026	1.300,37	960,05	2.260,42
49	05/05/2026	1.286,86	973,56	2.260,42
50	05/06/2026	1.273,49	986,93	2.260,42
51	05/07/2026	1.260,25	1.000,17	2.260,42
52	05/08/2026	1.247,16	1.013,26	2.260,42
53	05/09/2026	1.234,20	1.026,22	2.260,42
54	05/10/2026	1.221,37	1.039,05	2.260,42
55	05/11/2026	1.208,68	1.051,74	2.260,42
56	05/12/2026	1.196,12	1.064,30	2.260,42
57	05/01/2027	1.183,70	1.076,72	2.260,42
58	05/02/2027	1.171,40	1.089,02	2.260,42

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2026 às 15:56, sob o número WCAS26000262014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002150-89.2026.8.26.0114 e código 6DVS246qw.

59	05/03/2027	1.159,22	1.101,20	2.260,42
60	05/04/2027	1.147,18	1.113,24	2.260,42
61	05/05/2027	1.135,26	1.125,16	2.260,42

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTON RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2026 às 15:56, sob o número WCAS26202000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 6D5E46qw.

62	05/06/2027	1.123,46	1.136,96	2.260,42
63	05/07/2027	1.111,79	1.148,63	2.260,42
64	05/08/2027	1.100,24	1.160,18	2.260,42
65	05/09/2027	1.088,80	1.171,62	2.260,42
66	05/10/2027	1.077,49	1.182,93	2.260,42
67	05/11/2027	1.066,29	1.194,13	2.260,42
68	05/12/2027	1.055,21	1.205,21	2.260,42
69	05/01/2028	1.044,25	1.216,17	2.260,42
70	05/02/2028	1.033,40	1.227,02	2.260,42
71	05/03/2028	1.022,66	1.237,76	2.260,42
72	05/04/2028	1.012,03	1.248,39	2.260,42
73	05/05/2028	1.001,52	1.258,90	2.260,42
74	05/06/2028	991,11	1.269,31	2.260,42
75	05/07/2028	980,81	1.279,61	2.260,42
76	05/08/2028	970,62	1.289,80	2.260,42
77	05/09/2028	960,54	1.299,88	2.260,42
78	05/10/2028	950,55	1.309,87	2.260,42
79	05/11/2028	940,68	1.319,74	2.260,42
80	05/12/2028	930,90	1.329,52	2.260,42
81	05/01/2029	921,23	1.339,19	2.260,42
82	05/02/2029	911,66	1.348,76	2.260,42
83	05/03/2029	902,18	1.358,24	2.260,42
84	05/04/2029	892,81	1.367,61	2.260,42
85	05/05/2029	883,53	1.376,89	2.260,42
86	05/06/2029	874,35	1.386,07	2.260,42
87	05/07/2029	865,27	1.395,15	2.260,42
88	05/08/2029	856,28	1.404,14	2.260,42
89	05/09/2029	847,38	1.413,04	2.260,42
90	05/10/2029	838,57	1.421,85	2.260,42
91	05/11/2029	829,86	1.430,56	2.260,42
92	05/12/2029	821,24	1.439,18	2.260,42
93	05/01/2030	812,70	1.447,72	2.260,42
94	05/02/2030	804,26	1.456,16	2.260,42
95	05/03/2030	795,90	1.464,52	2.260,42
96	05/04/2030	787,73	1.472,69	2.260,42

TERMO DE AUTORIZACAO DE DEBITOS

AUTORIZO o Banco do Brasil a debitar os valores referentes a liquidacao, prestacoes, encargos financeiros e acessorios quando dos respectivos vencimentos e exigibilidade do emprestimo/financiamento acima indicado, que me foi concedido.

No caso de operacoes com prestacoes mediante consignacao em folha ou em beneficio, o debito sera realizado caso o Empregador nao efetue a consignacao.

AUTORIZO o debito dos valores na conta corrente, poupanca ou salario da agencia 4893-3 e conta 00000190273-3.

Na hipotese de inexistencia de saldo suficiente para pagamento integral do valor da parcela, AUTORIZO debitar as parcelas vencidas, inclusive de forma parcial e sucessiva. Ocorrendo o debito parcial, o saldo devedor remanescente sera considerado parcela inadimplida da operacao.

AUTORIZO a utilizacao do limite do cheque especial para pagamento das parcelas.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2026 às 15:56, sob o número WCAS26600014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 6DVS246qw.

Caso a parcela nao seja recebida ate a data do vencimento, a operacao sera considerada VENCIDA, havera a incidencia de encargos de INADIMPLEN-

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTON RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2026 às 15:56, sob o número WCAS26000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 6DVS246qw.

CIA, conforme previsto no contrato e podera gerar anotacoes restritivas junto aos orgaos de protecao ao credito.
OS TERMOS DESTA AUTORIZACAO TEM VALIDADE ATE A LIQUIDACAO TOTAL DA OPERACAO.
O cancelamento da autorizacao podera ser feito a qualquer momento por meio da Central de Relacionamento BB.

DECLARO ADERIR EXPRESSAMENTE E ESTAR CIENTE E DE ACORDO com as disposicoes contidas nas Clausulas Gerais do Contrato de Abertura de Credito Rotativo - CDC Automatico, vigentes nesta data.

Para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos, o Banco do Brasil disponibiliza os telefones:

- Central de Atendimento BB 4004-0001 (Capitais) ou 0800-729-0001 (Demais localidades);
- Central de Atendimento para Deficientes Auditivos ou de Fala 0800-729-0088;
- SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor 0800-729-0722;
- Ouvidoria BB 0800-729-5678.

Declaro, para todos os fins de direito, que fui devida e previamente informado(a) sobre as condicoes da presente operacao de emprestimo / financiamento (Valores, Taxas, Prazos e Custo Efetivo Total - CET), por mim contratada, e que li e estou de acordo com as Clausulas Gerais de Abertura de Credito Rotativo - CDC AUTOMATICO, bem como de que o CET informado representa as condicoes vigentes na data do calculo.

_____, 17/07/2023.
(LOCAL)

_____
(assinatura)

Assinado Eletronicamente 2021-11-08 às 12.09.20 pelo mobile.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2023 às 15:56, sob o número WCA22652023000260014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002150-89.2023.8.26.0114 e código 6VGS246qw.

fls. 30

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

CLÁUSULAS GERAIS que regem o Contrato de Abertura de Crédito Rotativo - CDC Automático, tendo de um lado o BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Distrito Federal, localizada no Setor de Autarquia Norte (SAUN), Quadra 05, Lote B, Torre I, 2º andar, Edifício Banco do Brasil, neste instrumento abreviadamente denominado **BANCO**, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o número 00.000.000/0001-91, e de outro lado, como **MUTUÁRIO**, o correntista indicado e qualificado na Proposta/Contrato de Abertura de Conta Corrente e de Poupança - Pessoa Física, que aderir a este Contrato mediante assinatura do Contrato de Adesão a Produtos e Serviços - Pessoa Física.

CLÁUSULA PRIMEIRA - EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO - O **BANCO** disponibiliza, e o **MUTUÁRIO** aceita, os valores de referência sujeitos à confirmação na data da efetivação da operação, observadas as normas operacionais de crédito e análise cadastral pelo **BANCO**, destinado aos clientes que recebam salário ou benefício previdenciário por intermédio do **BANCO** e/ou detentores de contas correntes e/ou contas de poupança.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores de referência estão sujeitos a confirmação até a data da efetivação da operação e são destinados ao **MUTUÁRIO** para empréstimos sem direcionamento, antecipação de recebíveis ou financiamentos para aquisição de bens e serviços, inclusive produtos comercializados por agências de turismo, equipamentos de microinformática, eletroeletrônicos, eletrodomésticos e materiais de construção destinados à reformas, construção ou ampliação de imóveis residenciais urbanos e financiamento do saldo devedor da conta especial ou do cartão de crédito emitido pelo **BANCO**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **BANCO** poderá, observada suas políticas de crédito, estabelecer como valores de referência para contratação de operações de empréstimos/financiamentos, eventual limite parcelado existente no Cartão de Crédito.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para solicitação de empréstimos/financiamentos mediante consignação em folha de pagamento, débito em conta corrente ou débito em conta poupança, o **MUTUÁRIO** declara estar ciente e de pleno acordo com as condições apresentadas na proposta de contratação, disposições estas pactuadas no Convênio para Concessão de Empréstimos e/ou Financiamentos para aquisição de bens de consumo a empregados/servidores do conveniado, firmado entre o **BANCO** e o **EMPREGADOR**.

PARÁGRAFO QUARTO - O valor solicitado pelo **MUTUÁRIO** será acrescido do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguro e Títulos ou Valores Mobiliários - IOF, constituindo, assim, o valor total do empréstimo/financiamento.

PARÁGRAFO QUINTO - O **BANCO** poderá admitir, observada a sua política de crédito, o financiamento da Tarifa de Abertura de Crédito sobre as operações de microcrédito, sendo o respectivo valor incluído no valor total do empréstimo/financiamento.

PARÁGRAFO SEXTO - Os valores de referência e o valor máximo da prestação serão informados diariamente ao **MUTUÁRIO** por meio dos Terminais de Autoatendimento do **BANCO**, da Internet (www.bb.com.br), nas agências do **BANCO** ou de outros canais disponibilizados pelo **BANCO**. Os valores de referência somente serão válidos para o dia em que indicados e estarão sujeitos a confirmação na data da contratação.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATON RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22092700002601
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002452-89.2028.8.26.0114 e código 1000001

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

PARÁGRAFO SÉTIMO - Poderá haver, observada a política interna de crédito do BANCO, a alteração dos valores de referência e do valor máximo da prestação, não prejudicando, entretanto, os empréstimos/financiamentos aprovados antes da alteração e pendentes de liberação do crédito.

PARÁGRAFO OITAVO - A ocorrência das hipóteses adiante descritas, no tocante às operações contratadas ao abrigo do presente Contrato, implicará cancelamento do(s) empréstimo(s)/financiamento(s) pendente(s) de liberação e vencimento antecipado de todas as dívidas junto ao **BANCO**, suas subsidiárias, controladas e coligadas, tornando-se exigíveis pela sua integralidade, ficando o **BANCO** autorizado a promover a cobrança judicial de todo o débito, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial: a) o **MUTUÁRIO** deixar de pagar qualquer das prestações a que se obrigar neste Contrato; b) o **MUTUÁRIO** não dispuser de margem consignável e/ou saldo suficiente em conta corrente ou em conta poupança para débito das prestações; c) forem devolvidos cheques do **MUTUÁRIO** por insuficiência de fundos; d) o **MUTUÁRIO** que contratou a operação de crédito baseada no recebimento de salário ou benefício previdenciário, por intermédio do **BANCO**, transferir o respectivo crédito para outra instituição financeira.

PARÁGRAFO NONO - O(s) mutuário(s) declara(m)se ciente(s) que foi(foram) comunicado(s) que: a) os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito por ele(s) realizadas serão registrados no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central - SCR; b) que o SCR tem por finalidades fornecer informações ao Bacen para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e propiciar o intercâmbio de informações entre essas instituições com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios; c) que poderá(ão) ter acesso aos dados constantes em seu(s) nome(s) no SCR por meio da Central de Atendimento ao Público do Bacen (CAP); d) que os pedidos de correções, de exclusões e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR devem ser dirigidas ao Bacen ou à instituição responsável pela remessa das informações, por meio de requerimento escrito e fundamentado, ou, quando for o caso, pela respectiva decisão judicial; e) que a consulta a quaisquer informações disponibilizadas pelas instituições financeiras e registradas em seu(s) nome(s), na qualidade de responsável(is) por débitos ou garantias de operações, depende de prévia autorização.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Para o **MUTUÁRIO** recebedor de benefício previdenciário do INSS, o valor do empréstimo mediante consignação no referido benefício, o número e vencimento das prestações e os encargos financeiros incidentes para o período de normalidade do contrato serão estabelecidos na Proposta de Empréstimo com Amortização Mediante Consignação em Benefício Previdenciário do INSS - Instituto Nacional de Seguro Social firmada pelo **MUTUÁRIO**, presencial ou por meio eletrônico, mediante utilização de senha pessoal.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O **MUTUÁRIO**, além da proposta de empréstimo de que trata o parágrafo nono, deverá assinar formulário próprio de Autorização para

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22097000014
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002452-89.2028.8.26.0114 e código 6C0C7A6

fls. 39

Consignação em Benefício na forma estabelecida pelo INSS, de forma presencial ou por meio eletrônico, mediante utilização de senha pessoal.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22092600014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002452-89.2028.8.26.0114 e código 1000276.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Para contratações de operações vinculadas à conta poupança, o(s) **MUTUÁRIO(S)** declara(m) ter sido previamente informado(s) e estar(em) ciente(s) de que operações de empréstimos/financiamentos, com data de cobrança da parcela (débito) diversa da data base da poupança poderão impactar a remuneração mensal dos depósitos de poupanças, bem como que as contas de cadernetas de poupança abertas nos dias 29, 30 e 31 têm como data base o dia 1º do mês subsequente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO - A solicitação dos empréstimos/ financiamentos pelo **MUTUÁRIO** dar-se-á alternativamente das seguintes formas: a) nos Terminais de Autoatendimento do **BANCO**; b) na Internet (www.bb.com.br); c) nas agências do **BANCO**; d) nos terminais eletrônicos instalados nos estabelecimentos comerciais afiliados, no caso de empréstimos / financiamentos vinculados a compras realizadas com cartão de débito ou de crédito do **BANCO**; e) Mobile Banking; f) Central de Atendimento BB (CABB); g) outros canais disponibilizados pelo **BANCO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Custo Efetivo Total - CET da operação será apresentado previamente ao **MUTUÁRIO** no momento da solicitação do empréstimo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para todas as linhas, quando liberado o crédito, será disponibilizado ao **MUTUÁRIO** o Comprovante de Empréstimo/Financiamento, onde constarão as condições específicas referentes à operação contratada, inclusive demonstrativo de despesas, todas já previamente informadas e disponibilizadas ao **MUTUÁRIO** quando da solicitação/simulação do empréstimo/financiamento, o qual passará a fazer parte integrante deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A 2ª via do Comprovante de Empréstimo/ Financiamento poderá ser obtida em qualquer agência do **BANCO**, mediante solicitação do **MUTUÁRIO**.

PARÁGRAFO QUARTO - A liberação do empréstimo/financiamento será realizada na conta corrente ou na conta poupança mantida pelo **MUTUÁRIO** junto ao **BANCO**, das seguintes formas: a) na apresentação, pelo estabelecimento comercial da transação de compras com cartões emitidos pelo **BANCO** com as bandeiras VISA/MASTERCARD/ELO, no caso de empréstimos/financiamentos solicitados via terminais eletrônicos P.O.S. (Point of Sale); b) na data da confirmação da operação pelo **BANCO**, nos casos de operação vinculada ao recebimento da restituição do Imposto de Renda Pessoa Física e nos financiamentos descritos no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Primeira; c) na data da confirmação pelo conveniado, onde a liberação é de responsabilidade deste; d) na data da confirmação da operação pelo **BANCO**, após confirmação da margem consignável junto ao conveniado, quando couber, nos casos de empréstimos com amortização mediante consignação em folha de pagamento; e) na data de solicitação do empréstimo, para os demais casos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22837202209121456 0002 0000 0000 0000 0001 4 0000 0000 0000 0000 0001 4
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009452-89.2028.8.26.0114 e código 6C2C7A6

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

PARÁGRAFO QUINTO - Tratando-se de empréstimo com amortização mediante consignação em folha de pagamento, o valor contratado poderá, a critério exclusivo do **BANCO** e observadas as demais exigências, ser liberado na conta corrente ou conta poupança em que o **MUTUÁRIO** recebe o(s) vencimento/benefício, ainda que mantida em outra instituição financeira.

PARÁGRAFO SEXTO - A liberação do financiamento para aquisição de bens e serviços de fornecedores conveniados será realizada na conta corrente mantida pelo fabricante/fornecedor conveniado no **BANCO**, na data fixada no respectivo Convênio.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os valores relativos a empréstimo/financiamento de conta especial ou de cartão de crédito serão liberados na conta corrente ou na conta poupança do **MUTUÁRIO**. No caso do financiamento do cartão de crédito, os valores liberados serão transferidos automaticamente para liquidação ou amortização do saldo devedor do cartão previamente definido pelo **MUTUÁRIO**.

PARÁGRAFO OITAVO - Após a contratação de operações de empréstimo na modalidade BB Crédito Parcelamento Cheque Especial, o limite do Cheque Especial do **MUTUÁRIO** será reduzido pelo mesmo valor da operação contratada, ou para valor imediatamente inferior, que possibilite o enquadramento nos interstícios de limite do produto, mantida a mesma modalidade contratada. O limite do Cheque Especial poderá ser recomposto somente após a liquidação total da operação BB Crédito Parcelamento Cheque Especial, observadas as normas operacionais de crédito e análise cadastral do **MUTUÁRIO**.

PARÁGRAFO NONO - Para contratação de empréstimo/financiamento com consignação em folha de pagamento o empregado/servidor deverá dispor de margem consignável suficiente para amparar as prestações decorrentes da operação contratada, na forma da legislação em vigor.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O MUTUÁRIO, detentor de benefício previdenciário recebido por intermédio do BANCO declara estar ciente de que, durante o período da operação e até a sua liquidação, não poderá substituir a instituição financeira de recebimento do crédito, permanecendo o recebimento do benefício por meio de crédito em conta corrente mantida pelo MUTUÁRIO no BANCO.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O(s) lançamento(s) correspondente(s) ao(s) crédito(s) e débitos processado(s) em meio eletrônico na conta corrente ou na conta poupança do **MUTUÁRIO**, em decorrência da utilização de senha pessoal e intransferível, referente ao empréstimo/financiamento, são reconhecidos como válidos pelo **MUTUÁRIO**, a quem, contudo, é assegurado o direito de contestá-lo(s) perante o **BANCO**, ao qual caberá proceder à análise da contestação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na hipótese de a margem consignável disponível ser insuficiente, o **PROPONENTE** autoriza e solicita que o **BANCO**, em vez de cancelar esta proposta, reduza o valor do empréstimo de forma a adequar o valor das prestações à margem disponível para consignação a ser confirmada pelo INSS/DATAPREV. Neste caso, o valor do empréstimo, o valor a ser entregue, o valor do IOF, o valor das prestações e do CET serão alterados e constarão na presente Proposta de Empréstimo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22287200276000, 14 páginas.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002452-89.2028.8.26.0114 e código 6C0C7A6.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

CLÁUSULA TERCEIRA - DO SERVIÇO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA DE LIMITES - Mediante adesão prévia, que poderá ser feita nas agências de relacionamento do **BANCO** ou por meio dos canais de autoatendimento (Caixas Eletrônicos, Internet Banking e Mobile Banking), o **MUTUÁRIO** poderá utilizar o serviço de Transferência Automática de Limites, a ser gerido, de acordo com o perfil de utilização dos produtos empréstimos/financiamentos e cartão de crédito do **MUTUÁRIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O limite parcelado pode ser definido como valor de referência disponibilizado pelo **BANCO** para a contratação de operações de empréstimos/financiamentos, sujeito à confirmação no momento da contratação da operação, ou existente no cartão de crédito para amparar compras parceladas na função crédito, liberando o limite único.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o **MUTUÁRIO**, tendo aderido previamente ao serviço de Transferência Automática de Limites, manifeste interesse em contratar empréstimos/financiamentos e possua limite parcelado para compras no cartão de crédito, este limite poderá, no todo ou em parte, ser transferido de forma automática do cartão de crédito para o CDC, de forma a disponibilizar para o **MUTUÁRIO** maior valor disponível para a contratação da operação de empréstimo/financiamento desejada, podendo ocasionar a redução do limite parcelado disponível para compras.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o **MUTUÁRIO**, tendo aderido previamente ao serviço de Transferência Automática de Limites, manifeste interesse em efetuar uma compra no cartão na função crédito (à vista ou parcelada), não possua limite único suficiente para autorizar a transação, mas possua limite parcelado disponível no CDC, este limite poderá, no todo ou em parte, ser transferido de forma automática do CDC para o cartão de crédito, de forma a autorizar a compra pretendida, podendo ocasionar a redução dos valores de referência para contratação de empréstimos/financiamentos.

PARÁGRAFO QUARTO - A partir da adesão ao serviço de Transferência Automática de Limites e mensalmente, após o pagamento da fatura do cartão de crédito, eventual limite parcelado transferido do CDC para o cartão de crédito e porventura não utilizado retornará a valor de referência para contratação de empréstimos/financiamentos, sem prejuízo de eventuais novas transferências automáticas, a serem oportunamente avaliadas pelo **BANCO**.

PARÁGRAFO QUINTO - A simples adesão do **MUTUÁRIO** ao serviço de Transferência Automática de Limites previsto nesta Cláusula não significa a garantia de aprovação das transações de compras no Cartão de Crédito e nem a disponibilização de valores de empréstimos/financiamentos acima dos valores de referência estabelecidos anteriormente pelo **BANCO**, estando todas as solicitações de empréstimo/financiamento e compras na função crédito do cartão sujeito à confirmação do limite no momento da contratação.

PARÁGRAFO SEXTO - A Transferência Automática de Limites de empréstimos/financiamentos para o cartão de crédito ficará indisponível no período de 00:00 às 03:00 (horário de Brasília).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O **MUTUÁRIO** poderá solicitar, a qualquer momento, o cancelamento do serviço de Transferência Automática de Limites, nas agências do

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22092700001460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0024152-89.2028.8.26.0114 e código 6C2C7A6

BANCO ou nos canais de autoatendimento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA52837202209121556000000000114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código fcc02a5.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

PARÁGRAFO OITAVO - Na hipótese do cancelamento do serviço Transferência Automática de Limites, o **BANCO** deixará de fazer a gestão automática dos limites de empréstimo/financiamento e cartão de crédito, ficando a critério do **MUTUÁRIO**, a partir deste momento e se for de seu interesse, a realização de eventual transferência de limites de forma manual nos canais de autoatendimento.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS FINANCEIROS - Incidirão, sobre o valor total do empréstimo/financiamento, a partir da data da concessão do crédito, juros prefixados, praticados pelo **BANCO**, inclusive IOF, os quais serão informados ao **MUTUÁRIO** no ato da solicitação do empréstimo/financiamento, por meio dos canais de acesso ao crédito (Terminais de Autoatendimento do **BANCO** e agências do **BANCO**), bem como no extrato disponível ao **MUTUÁRIO** em qualquer agência do **BANCO**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nas operações de microcrédito, poderá ser debitada na conta corrente ou na conta poupança do **MUTUÁRIO**, mantida junto ao **BANCO**, tarifa de abertura de crédito, se for o caso, cujo valor e data do débito serão informados no ato da solicitação do empréstimo/financiamento, por meio dos canais de acesso ao crédito (Terminais de Autoatendimento do **BANCO**, Internet - www.bb.com.br e agências do **BANCO**) ou ainda mediante extrato disponível ao **MUTUÁRIO** em qualquer agência do **BANCO**.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento do valor do empréstimo/financiamento e respectivos encargos financeiros será efetuado por uma das seguintes formas: a) mediante débito na conta corrente, na conta poupança ou em outra conta indicada e mantida pelo **MUTUÁRIO** junto ao **BANCO**, que ocorrerá no primeiro momento do dia de débito autorizado para a operação, tornando assim os respectivos valores indisponíveis na conta corrente ou na conta poupança; b) mediante consignação em folha de pagamento, na hipótese da existência de convênio celebrado entre o **BANCO** e o pagador do **MUTUÁRIO**; c) mediante consignação em benefício previdenciário do INSS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para qualquer uma das formas de pagamento o **MUTUÁRIO** obriga-se a manter saldo suficiente nas referidas contas para a acolhida de tais débitos, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento do saldo devedor do empréstimo/financiamento poderá ser feito em parcela única ou em prestações calculadas pelo Sistema Price, o qual consiste em um plano de amortização de dívida em prestações periódicas, iguais e sucessivas, em que o valor de cada prestação é composto por uma parcela de juros e outra de capital. Respeitada a política de crédito do **BANCO**, poderá ser admitido o pagamento parcial das prestações ou o pagamento de prestações intermediárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nas operações onde o pagamento for efetuado em prestações, o valor base da prestação será calculado de acordo com o Sistema Price de Amortização, a partir do valor total do empréstimo/financiamento (valor solicitado + IOF + Tarifa de Abertura de Crédito, esta se for o caso), acrescido de eventuais juros de carência, quando a data do vencimento das prestações não coincidir com a data da liberação do crédito. Referidos juros de carência serão calculados proporcionalmente ao

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22092700002601
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002452-89.2028.8.26.0114 e código 6C2C7A6

período compreendido entre a data da liberação do crédito e a primeira data-base.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22092700002600
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002452-89.2026.8.26.0114 e código 1C0000276AB.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

Entende-se por data-base, em cada mês, para efeito do que dispõe esta Cláusula, o dia correspondente em cada mês ao do vencimento da prestação. As operações vinculadas ao recebimento de benefício previdenciário terão como data-base o dia do mês correspondente ao número final do benefício do **MUTUÁRIO**.

PARÁGRAFO QUARTO - Nas operações vinculadas à restituição do Imposto de Renda Pessoa Física ou gratificação natalina/13º salário, o pagamento será efetuado em uma única parcela, sendo os encargos aplicáveis no período compreendido entre a data da contratação do empréstimo e a data do seu vencimento/liquidação, calculados pela taxa equivalente (método exponencial), por dias corridos, e exigidos integralmente na data do vencimento/liquidação da operação. No caso de operações vinculadas à restituição do Imposto de Renda Pessoa Física, o vencimento será na data do crédito da restituição ou o dia 15 de janeiro do ano seguinte à solicitação do empréstimo, o que ocorrer primeiro. Caso a data seja dia não útil, o vencimento será o dia útil imediatamente posterior. No caso de operações vinculadas à gratificação natalina/13º salário, o débito da operação será efetuado na Data de Cobrança, a qual equivale à data provável de pagamento da gratificação natalina/13º salário informada pelo **EMPREGADOR**. Se houver alteração de data de pagamento pelo **EMPREGADOR**, a cobrança/débito será feita na nova data de pagamento da gratificação natalina/13º salário informada, limitada à Data de Vencimento, a qual representa o prazo final para pagamento do empréstimo. As Datas de Cobrança e de Vencimento serão informadas ao **MUTUÁRIO** no Comprovante de Empréstimo/Financiamento.

PARÁGRAFO QUINTO - O valor da restituição do Imposto de Renda Pessoa Física ou gratificação natalina/13º salário serão aplicados integralmente na amortização ou liquidação das operações vinculadas a estes recebíveis, revertendo em favor do **MUTUÁRIO**, após quitação do saldo devedor existente, o valor remanescente porventura apurado. Caso o valor da restituição do Imposto de Renda Pessoa Física ou gratificação natalina/13º salário não seja suficiente para a liquidação da dívida, o **MUTUÁRIO** deverá providenciar o complemento dos mesmos. Caso contrário, serão exigidos para o saldo remanescente, até o vencimento do Contrato, encargos de normalidade, conforme Cláusula Quarta deste Instrumento e, após o vencimento, encargos de inadimplência, previstos na Cláusula Décima Quinta deste Contrato. Desde já o **MUTUÁRIO** autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, o **BANCO** a proceder aos pertinentes e necessários débitos em sua conta corrente ou conta poupança, mantida junto ao **BANCO** obrigando-se a manter na época própria, disponibilidade financeira suficiente para a acolhida de tal lançamento, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial. O **MUTUÁRIO** autoriza, em caso de não coincidência entre o **BANCO**/agência/conta corrente ou conta poupança receptora do crédito da restituição e a conta corrente ou conta poupança de débito do empréstimo, que o crédito seja efetuado integralmente nesta última.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22372002260014
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002452-89.2028.8.26.0114 e código 6C2C7A6

fls. 30

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

PARÁGRAFO SEXTO - Nas operações vinculadas ao recebimento de salário em conta corrente mantida no **BANCO**: a) a data utilizada para débito das prestações será o dia útil correspondente à data do crédito do salário do **MUTUÁRIO** informada pelo empregador ou, na ausência de tal informação, no menor dia apurado entre as datas de crédito de salário registradas nos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação da operação, não incidindo acréscimo de encargos pela falta de coincidência entre as datas de vencimento e cobrança das prestações, **exceto na inexistência de saldo suficiente em conta corrente ou em conta poupança para o pagamento das respectivas prestações do empréstimo/financiamento**; b) na hipótese de pagamento antecipado do salário por parte do **EMPREGADOR**, o **MUTUÁRIO** autoriza que seja efetuada a antecipação do débito da prestação, mediante redução proporcional dos juros, na forma do Parágrafo Segundo desta Cláusula; c) caso o **EMPREGADOR** altere a data do pagamento dos salários, o **MUTUÁRIO** autoriza de forma irrevogável e irretratável o **BANCO** a alterar a data do débito das prestações para a nova data de pagamento, corrigindo o valor das prestações pela variação positiva ou negativa dos encargos básicos, se houver.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nas operações vinculadas ao recebimento de benefício previdenciário: a) a data utilizada para débito das prestações será o dia útil correspondente à data do crédito do benefício do **MUTUÁRIO**, não incidindo acréscimo de encargos pela falta de coincidência entre as datas de vencimento e cobrança das prestações, **exceto na inexistência de saldo suficiente em conta corrente ou em conta poupança para o pagamento das respectivas parcelas do empréstimo;** b) No caso de operações de consignação em folha, vinculadas aos **MUTUÁRIOS** do INSS, a data de liquidação das operações ocorrerá no 5º (quinto) dia útil; c) Caso o INSS altere a data do pagamento dos benefícios, o **MUTUÁRIO** autoriza de forma irrevogável e irretratável o **BANCO** a alterar a data do débito das prestações para a nova data de pagamento, corrigindo o valor das prestações pela variação positiva ou negativa dos encargos básicos, se houver.

PARÁGRAFO OITAVO - Nas operações vinculadas ao Convênio de Empréstimo e/ou Financiamentos com Consignação em Folha: a) havendo coincidência entre a data de liberação do valor do empréstimo/financiamento e a data de crédito dos proventos do **MUTUÁRIO**, o valor das prestações será calculado pelo Sistema Price sobre o valor total do empréstimo/financiamento, conforme descrito no Parágrafo Segundo desta Cláusula; b) não havendo coincidência entre a data de liberação do valor do empréstimo/financiamento e a data do crédito dos proventos prevista no cronograma de pagamento de salário, fornecido pelo **EMPREGADOR**, o valor das prestações será calculado considerando o período entre a data da liberação do valor emprestado e a data do próximo crédito de proventos do **MUTUÁRIO**, no qual incidirá juros proporcionais sobre a soma do valor solicitado mais valor do IOF. Para as operações consignadas, levar-se-á em conta a data de vencimento das parcelas avençadas com o conveniado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22092000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0024152-89.2028.8.26.0114 e código 1000001.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

PARÁGRAFO NONO - Na hipótese de pagamento antecipado do salário por parte do **EMPREGADOR** e/ou não havendo saldo suficiente na conta corrente ou na conta poupança vinculada à operação para amortização ou liquidação do saldo devedor, seja a operação de qualquer uma das modalidades previstas neste documento, o **MUTUÁRIO** autoriza o **BANCO**, em caráter irrevogável e irretratável, a efetuar os referidos débitos em qualquer conta que o **MUTUÁRIO** mantenha ou venha a manter em qualquer agência do **BANCO**, incluindo as contas de registro (conta salário) objeto da Resolução CMN 3.402, de 06.09.2006 e/ou as contas de poupança, exceto Poupex, nessa ordem.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Não havendo margem consignável disponível e/ou não havendo consignação da(s) prestação(ões) na folha de pagamento, por qualquer motivo, o **MUTUÁRIO** autoriza o **BANCO**, em caráter irrevogável e irretratável, a efetuar o débito da(s) prestação(ões) do empréstimo/financiamento diretamente na conta corrente ou na conta poupança vinculada à operação. O **MUTUÁRIO** obriga-se a manter saldo suficiente nas referidas contas para acolhida de tais débitos, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, e autoriza, também, o **BANCO**, em caráter irrevogável e irretratável, a realizar tentativas de débito diárias em qualquer conta que o **MUTUÁRIO** mantenha ou venha a manter em qualquer agência do **BANCO**, incluindo as contas de registro (conta salário) objeto da Resolução CMN 3.402, de 06.09.2006 e ou as contas poupança, exceto Poupex, nessa ordem, até a liquidação da(s) prestação(ões) não consignada(s).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo a descontinuidade do Convênio de Empréstimos e/ou Financiamentos com Consignação em Folha, a(s) prestação(ões) vencível(eis) não será(ão) consignada(s) na folha de pagamento do **MUTUÁRIO**. Em razão disso, o **MUTUÁRIO** autoriza o **BANCO**, em caráter irrevogável e irretratável, a efetuar o débito da(s) prestação(ões) em sua conta corrente, conta poupança ou ainda em qualquer conta que o **MUTUÁRIO** mantenha ou venha a manter em qualquer agência do **BANCO**, incluindo a conta de registro (conta salário) objeto da Resolução CMN 3.402, de 06 de setembro de 2006. A partir do encerramento do referido Convênio o **MUTUÁRIO** não poderá contratar novas operações de crédito mediante consignação em folha de pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O **MUTUÁRIO**, em caráter irrevogável e irretratável, autoriza também: a) o **EMPREGADOR** a descontar em folha de pagamento o valor das prestações e recolher diretamente para crédito ao BANCO, no caso de operações vinculadas ao Convênio de Empréstimos e/ou Financiamentos com Consignação em Folha; b) **o BANCO a ter acesso aos dados de seu contracheque para efeito de apuração de margem consignável; c) o BANCO proceder aos pertinentes e necessários débitos relativos às tarifas e prestações contratadas, a débito de sua conta corrente ou conta poupança, mantida junto ao BANCO, a qual deverá ser conservada enquanto viger o presente Contrato**, obrigando-se o **MUTUÁRIO** a provê-la, nas épocas próprias, de saldo suficiente à acolhida de tais débitos, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22287200276000 14.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002452-89.2028.8.26.0114 e código 1000270 6.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O **MUTUÁRIO** que contratar operações utilizando os valores de referência, com base no recebimento de salários, gratificação natalina (13º salário) e benefício previdenciário, obriga-se a transferir e a manter, junto ao **BANCO**, o crédito de seu salário durante a vigência deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O **MUTUÁRIO** declara que está ciente, de acordo e que tomou prévio conhecimento de que as prestações do empréstimo/financiamento serão lançadas na conta corrente ou na conta poupança, e poderão ser compensadas com quaisquer valores que venham a ser creditados nas respectivas contas.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIQUIDAÇÃO E DA AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA - O BANCO assegura ao MUTUÁRIO o direito de liquidar ou amortizar antecipadamente as operações regidas por este Contrato, mediante redução proporcional dos juros. Para liquidação ou amortização antecipada, o BANCO disponibiliza ao MUTUÁRIO as seguintes opções:

(I) Liquidação antecipada de uma ou mais prestações integrais, na ordem crescente;

(II) Liquidação antecipada de uma ou mais prestações integrais, na ordem decrescente;

(III) Liquidação antecipada de uma ou mais prestações integrais, na ordem crescente, e amortização parcial da prestação subsequente à última prestação liquidada;

(IV) Liquidação antecipada de uma ou mais prestações integrais, na ordem decrescente, e amortização parcial da prestação vencível na data base imediatamente anterior à última prestação liquidada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O BANCO poderá disponibilizar ao MUTUÁRIO em determinadas operações, observada a sua política de crédito, a opção de amortização do saldo devedor do empréstimo/financiamento, apurado na data da solicitação da amortização, com recálculo das prestações vincendas, mantendo-se o prazo e a taxa de juros originalmente contratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para fins da liquidação e da amortização antecipada referidas nesta Cláusula, entende-se por prestações na ordem crescente as prestações progressivamente vencíveis a partir da data da solicitação da liquidação antecipada pelo MUTUÁRIO e por prestações na ordem decrescente as prestações regressivamente vencíveis a contar da última prestação vencível.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para os empréstimos/financiamentos contratados até 04/05/2014 - O valor presente das prestações para liquidação e/ou amortização antecipada será calculado mediante a aplicação da taxa de desconto apurada na forma da Resolução CMN n° 3.516, de 06 de dezembro de 2007, conforme a seguir:

(I) Na hipótese de a liquidação e/ou amortização antecipada ter ocorrido em até 07 (sete) dias após a celebração do Contrato a taxa de desconto será igual à taxa contratada;

(II) Na hipótese de o prazo contado da data da liquidação e/ou amortização antecipada, inclusive, até o vencimento final, exclusive, ser de até 12 (doze) meses, a taxa de desconto será igual à taxa contratada;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22092700002601
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002452-89.2028.8.26.0114 e código 1C0000AB.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 18:56, sob o número WCA22837202209120014
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009452-89.2026.8.26.0114 e código fcc02c7a-5bf-ffw.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

(III) Nas demais hipóteses, a taxa de desconto será apurada da seguinte forma: a) toma-se a taxa contratada e calcula-se a sua equivalente anual; b) toma-se a taxa apurada na forma da alínea "a", subtrai-se a Taxa Selic da data da contratação e soma-se a Taxa Selic mais recente, disponível na data da liquidação e/ou amortização antecipada; c) toma-se a taxa apurada na forma da alínea "b" e calcula-se a sua equivalente periódica para cada prazo faltante, contado da data da liquidação e/ou amortização antecipada, inclusive, até a data de vencimento de cada prestação antecipada, exclusive.

PARÁGRAFO QUARTO - Para os empréstimos/financiamentos contratados a partir de 05/05/2014 - Para o cálculo do valor presente das prestações liquidadas e/ou amortizadas antecipadamente será utilizada, como taxa de desconto, a taxa de juros contratada, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.320, de 27 de março de 2014.

PARÁGRAFO QUINTO - Nas operações vinculadas ao Convênio de Empréstimos e/ou Financiamentos com Consignação em Folha, na hipótese de ocorrer o desconto na folha de pagamento de uma ou mais prestação(ões) que foram liquidadas antecipadamente pelo MUTUÁRIO, o BANCO efetuará a devolução do valor cobrado em duplicidade, mediante crédito em conta corrente ou em conta poupança em nome do MUTUARIO, até o dia do vencimento da respectiva prestação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO - Pagamento em, no mínimo, 03 (três) dias e, no máximo, 48 (quarenta e oito) meses, de acordo com a modalidade de crédito utilizada podendo, o prazo máximo, ser alterado de acordo com a política de crédito do **BANCO**, preservando-se, contudo, o prazo dos empréstimos/financiamentos já deferidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O **MUTUÁRIO** informará, quando da solicitação do empréstimo/financiamento, o prazo em dias, para as operações com vencimento único, ou em número de prestações para as demais, exceto para os empréstimos com base na restituição do Imposto de Renda Pessoa Física ou da gratificação natalina/13º salário. A data da cobrança das prestações, em razão do presente Contrato, será a escolhida pelo **MUTUÁRIO**, EXCETO para: a) as operações vinculadas ao recebimento de benefício previdenciário, vez que a cobrança ocorrerá na data definida no cronograma de recebimento, de acordo com o número final do benefício; b) as operações de financiamento para aquisição de bens e serviços, realizadas ao amparo de convênios, em que a data da cobrança das parcelas poderá ser fixada no respectivo convênio firmado entre o **BANCO** e o fabricante / fornecedor / prestador de serviço; c) as operações vinculadas à restituição do Imposto de Renda Pessoa Física, cujo vencimento ordinário será estabelecido automaticamente para o dia 15 de janeiro do ano seguinte ao da solicitação do empréstimo, o que ocorrer primeiro, ou, caso a data seja dia não útil, o vencimento será o dia útil imediatamente posterior, conforme disposto no Parágrafo Terceiro, da Cláusula Quinta; d) operações vinculadas ao recebimento da gratificação natalina/13º salário, vez que o débito da operação será efetuado na Data de Cobrança, a

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22092700002601 14.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0092452-89.2028.8.26.0114 e código 1000276AB.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

qual equivale à data provável de pagamento da gratificação natalina/13º salário informada pelo **EMPREGADOR**. Se houver alteração de data de pagamento pelo **EMPREGADOR**, a cobrança/débito será feita na nova data de pagamento da gratificação natalina/13º salário informada, limitada à Data de Vencimento, a qual representa o prazo final para pagamento do empréstimo. As Datas de Cobrança e de Vencimento serão informadas ao **MUTUÁRIO** no Comprovante de Empréstimo/Financiamento. e) as operações de empréstimos/financiamentos, realizadas ao amparo de convênio para consignação em folha de pagamento, em que a data da cobrança das parcelas será fixada no cronograma de pagamento mensal, avençada com o conveniado; f) as operações vinculadas ao recebimento de salários, realizadas com ou sem o amparo de convênio estabelecido entre o **BANCO** e o empregador do **MUTUÁRIO**, as quais terão como data de vencimento a data do crédito do salário informada pelo empregador ou, na ausência de tal informação, o menor dia apurado entre as datas de crédito de salário registradas nos 60 (sessenta) dias anteriores à contratação da operação.

CLÁUSULA OITAVA - PULA PARCELAS PF - O **BANCO** poderá conceder ao **MUTUÁRIO** no momento da contratação, observada a política de crédito vigente, as condições da respectiva linha de crédito selecionada e o canal de contratação, a possibilidade de escolher um ou dois meses sem prestações no cronograma de pagamento da operação, para cada período de 12 meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A disponibilidade para escolha de um ou dois meses sem parcelas no cronograma de pagamento estará sujeita às condições da linha de crédito escolhida pelo **MUTUÁRIO** e o respectivo canal de contratação, que serão devidamente informadas ao mutuário na simulação/solicitação da operação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O(s) mês(meses) escolhido(s) como sem parcelas no cronograma de pagamento pelo **MUTUÁRIO** será(ão) definido (s) no momento da contratação e não poderá(ão) ser alterado(s), em nenhuma hipótese.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O **MUTUÁRIO** fica ciente de que o prazo do cronograma de pagamento da operação não será alongado ou alterado em função da escolha do(s) mês (meses) do ano no(s) qual(is) não será(ao) cobrada(s) prestação(ões).

PARÁGRAFO QUARTO - Para as operações cuja a forma de pagamento seja débito em conta corrente ou em conta poupança, ocorrendo a impontualidade no pagamento das prestações, serão efetuadas tentativas de débito diárias para a cobrança da(s) prestação(ões) em atraso, podendo ensejar a cobrança e o débito dessa prestação no(s) mês(meses) escolhidos(s) como sem parcelas no cronograma.

PARÁGRAFO QUINTO - O MUTUÁRIO declara-se ciente de que o não pagamento da(s) parcela(s) no(s) mês (meses) escolhido(s), na forma do caput e dos parágrafos antecedentes desta Cláusula, não representa isenção, desconto ou renúncia por parte do BANCO aos valores dessa (s) parcela (s) e respectivos encargos da linha de crédito escolhida pelo MUTUÁRIO, cujo montante será acrescido e diluído nas demais prestações especificadas no cronograma de pagamento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22637202201400 0
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002452-89.2028.8.26.0114 e código 1000270 6

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

CLÁUSULA NONA - DA RENOVAÇÃO - O **BANCO**, observada sua política interna de crédito, poderá admitir, a pedido do **MUTUÁRIO**, a alteração do prazo de pagamento e do valor base das prestações, bem como a reutilização parcial dos valores das prestações amortizadas do(s) empréstimos/financiamentos vigente(s), observando que: a) o saldo devedor remanescente, acrescido do valor do IOF, não ultrapasse os valores de referência; b) o valor da prestação mensal, recalculado pelos encargos vigentes, não ultrapasse o limite máximo de prestação admitida; c) a quantidade de prestações não ultrapasse o prazo máximo estabelecido para as respectivas linhas de crédito.

PARÁGRAFO ÚNICO - O **BANCO** poderá admitir, a pedido do **MUTUÁRIO**, a prorrogação da data para pagamento do empréstimo, por mais um período, desde que seja efetuado o pagamento antecipado dos juros e IOF incidentes na nova operação para o(s) empréstimo(s) efetuado(s) em parcela única, exceto para os empréstimos com base no recebimento da restituição do Imposto de Renda Pessoa Física ou da gratificação natalina/13º salário.

CLÁUSULA DÉCIMA - Verificada a situação de inadimplência ou iminente risco de inadimplemento do **MUTUÁRIO**, acerca das dívidas decorrentes de empréstimos/financiamentos, Cartão de Crédito e Conta Especial, o **BANCO**, a seu critério e de acordo com a sua política de crédito, poderá, por solicitação do **MUTUÁRIO**, mediante adesão às Cláusulas Especiais referentes ao Contrato de CDC Automático, novar tais dívidas, que serão unificadas com uso de empréstimo de CDC sem direcionamento, não importando essa contratação liberação de recursos novos para o **MUTUÁRIO**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A partir da novação, os valores de referência serão reduzidos de acordo com a capacidade de pagamento do MUTUÁRIO, apurada pelo BANCO, sendo informados ao MUTUÁRIO na forma do Parágrafo Sexto da Cláusula Primeira deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As taxas e prazos contratados para a operação a que se refere o "caput" deste dispositivo serão informados nas Cláusulas Especiais, que o **MUTUÁRIO** receberá, automaticamente, a partir da sua adesão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS GARANTIAS - Para segurança do principal da dívida e das demais obrigações oriundas deste Contrato, no caso de operação vinculada ao recebimento da restituição do Imposto de Renda Pessoa Física, o **MUTUÁRIO** dá em penhor ao **BANCO**, em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, o crédito de que é beneficiário junto à Secretaria da Receita Federal, proveniente da restituição do Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para viabilizar a operacionalização do Penhor de Crédito do caput desta Cláusula, o **MUTUÁRIO** desde já, expressamente autoriza que o valor da restituição do IRPF do presente ano, seja levado a crédito de sua conta corrente de depósitos ou de sua conta poupança, que mantém junto ao **BANCO**, bem como autoriza o **BANCO**, a amortizar/liquidar a dívida objeto do empréstimo, através de débito na referida conta corrente ou conta poupança.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22837202209121456 e código de validação 00021076B.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0092452-89.2028.8.26.0114 e código 00021076B.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22837202209126000 14
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0092452-89.2026.8.26.0114 e código fcc02c7a-5b0 fw.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Penhor de Créditos ora efetivado, resolver-se-á de pleno direito, nos termos dos Artigos 127 e 128 do Código Civil, se a dívida for integralmente paga até a data do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VENCIMENTO EXTRAORDINÁRIO - O BANCO poderá considerar vencido antecipadamente o presente Contrato, ocorrendo, além das hipóteses previstas nos Artigos 333 e 1.425 do Código Civil, quaisquer dos seguintes casos: a) se o **MUTUÁRIO** deixar de cumprir qualquer obrigação contraída neste Contrato; b) se o **MUTUÁRIO** entrar em estado de insolvência ou sofrer protesto de títulos; c) se o **MUTUÁRIO** possuir qualquer operação em situação irregular junto ao BANCO ou suas Subsidiárias; d) se o **MUTUÁRIO** possuir operações vinculadas ao Convênio de Empréstimo Consignação em Folha e ocorrer o seu desligamento (demissão, exoneração ou aposentadoria).

PARÁGRAFO ÚNICO - O MUTUÁRIO declara-se ciente de que ocorrerá, também, o vencimento antecipado do contrato, com exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na hipótese de existência de decisão administrativa final sancionadora, exarada por autoridade ou órgão competente, em razão da prática de atos, pelo MUTUÁRIO, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil e trabalho análogo ao de escravo e sentença condenatória transitada em julgado, proferida em decorrência dos referidos atos, ou ainda, de outros que caracterizem assédio moral ou sexual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUTORIZAÇÃO PARA COBRANÇA EXTRAJUDICIAL DA DÍVIDA - Em caso de inadimplência da operação, ou nos casos de vencimento extraordinário, em que o presente instrumento de crédito seja considerado vencido antecipadamente, fica autorizado o **BANCO** em caráter irrevogável e irretratável, a proceder a cobrança da dívida por meio extrajudicial, conforme a legislação vigente, através de seus canais de cobrança e recuperação de créditos (agências, Central de Atendimento Banco do Brasil-CABB e empresas terceirizadas de cobrança extrajudicial e judicial), inclusive por meio de ligação telefônica ou de envio de SMS, ou ainda por meio do envio de correspondência ou de boleto bancário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESLIGAMENTO DO MUTUÁRIO - Ocorrendo desligamento (demissão, exoneração ou aposentadoria) do **MUTUÁRIO**, item "d" da Cláusula Décima Segunda, fica o **EMPREGADOR** autorizado a descontar das verbas rescisórias, na forma da legislação em vigor, valor para amortizar ou liquidar o saldo devedor do empréstimo ou financiamento, com redução proporcional dos juros pela quitação antecipada, ficando o **BANCO**, desde já, igualmente autorizado a fornecer ao **EMPREGADOR** o valor do saldo devedor da operação contratada ao amparo do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando o valor repassado pelo **EMPREGADOR** for insuficiente para quitação do saldo devedor da operação, caberá ao **MUTUÁRIO** efetuar a imediata liquidação da operação diretamente ao **BANCO**.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22637202260114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002150-89.2028.8.26.0114 e código 1C0000AB6Bw.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de restar acordado entre o **BANCO** e o **MUTUÁRIO** o pagamento do saldo remanescente da operação, nas mesmas condições previamente pactuadas, o **MUTUÁRIO** se declara ciente e concorda que o pagamento deverá ser efetuado por intermédio de sua conta corrente ou conta poupança, ficando o **BANCO** desde já autorizado a efetuar os respectivos débitos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na ausência de previsão expressa no Convênio celebrado entre o **BANCO** e o **EMPREGADOR** acerca da utilização das verbas rescisórias para amortização ou liquidação do saldo devedor desta operação, poderá o **BANCO**, observada sua política de crédito, permitir que o **MUTUÁRIO** continue efetuando o pagamento das prestações mediante débito em conta corrente ou conta poupança, mantida no **BANCO** - débito este desde já autorizado pelo **MUTUÁRIO** - observado o cronograma de pagamento definido para efetivação das consignações, até a liquidação total do empréstimo ou financiamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso as prestações não sejam consignadas no benefício previdenciário, independente do motivo, o **MUTUÁRIO** titular de conta corrente ou conta poupança mantida junto ao **BANCO**, deverá prover a conta de saldo suficiente para liquidar as referidas prestações, autorizando expressamente que o Banco efetue o débito respectivo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO INADIMPLEMENTO - Em caso de descumprimento de qualquer obrigação legal ou convencional, ou no caso de vencimento antecipado da operação, a partir do inadimplemento e sobre o valor inadimplido, serão exigidos, nos termos da Resolução 4.558, de 23.02.2017, do Conselho Monetário Nacional: a) Juros Remuneratórios contratados para o período de adimplência da operação, previstos neste instrumento de crédito; b) Juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, incidentes sobre o valor inadimplido, acrescidos dos juros remuneratórios previstos na alínea anterior; c) Multa de 2% (dois por cento), calculada e exigida nos pagamentos parciais, sobre os valores amortizados, e na liquidação final, sobre o saldo devedor da dívida.

PARAGRÁFO PRIMEIRO - Os juros remuneratórios contratados para o período de normalidade e os juros moratórios previstos nas alíneas "a" e "b" retro serão calculados, por dia de atraso, e exigidos nos pagamentos parciais e na liquidação da dívida, juntamente com as amortizações de principal, proporcionalmente aos seus valores nominais.

PARAGRÁFO SEGUNDO - Para os empréstimos/financiamentos contratados até 31/08/2017, será exigida comissão de permanência à taxa de mercado do dia do pagamento, nos termos da Resolução 1.129, de 15.05.86, do Conselho Monetário Nacional, em substituição aos encargos de normalidade pactuados. Referida comissão de permanência será calculada diariamente, debitada e exigida nos pagamentos parciais e na liquidação do saldo devedor inadimplido.

PARAGRÁFO TERCEIRO - Sem prejuízo dos encargos anteriormente previstos, o devedor responderá por prejuízos a que sua mora der causa, nos termos do artigo 395 do código Civil, inclusive despesas de cobrança e honorários advocatícios

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22092000014
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002150-89.2028.8.26.0114 e código 6C0000A5B.

fls. 90

quando devidos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22837202201400 14.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0092452-89.2026.8.26.0114 e código 6C0C07AB.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

PARÁGRAFO QUARTO - Para efeito de apuração dos encargos de inadimplemento, nas operações vinculadas ao recebimento de benefício previdenciário, será considerada como data de vencimento das prestações o dia do mês correspondente ao número final do benefício do **MUTUÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CESSÃO DE CRÉDITOS EM GARANTIA - Fica o **BANCO** autorizado, a qualquer tempo, ceder, transferir, caucionar ou dar em penhor o crédito oriundo deste Instrumento, bem como, ceder os direitos, títulos, garantias ou interesses seus a terceiros, na forma prevista nas Resoluções CMN n.º 2.686 e 2.836, de 26 de janeiro de 2001 e 30 de maio de 2001, respectivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DESPESAS - O **BANCO** cobrará as despesas administrativas e judiciais, porventura imputadas ao **MUTUÁRIO** em decorrência do presente Contrato, inclusive impostos, registros, arquivos e formalizações, ficando assegurado idêntico direito ao **MUTUÁRIO**, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OUTRAS CONDIÇÕES - Este Contrato obriga o **BANCO** e o **MUTUÁRIO**, bem como seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL - Quaisquer alterações - introduzindo, retirando ou modificando as presentes cláusulas - serão comunicadas ao **MUTUÁRIO** via extrato de conta corrente, ou Internet (www.bb.com.br) e averbadas no Registro de Títulos e Documentos. Essas alterações tornar-se-ão eficazes para todos os contratos e todas as prorrogações que se fizerem após a data da averbação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica assegurado ao(s) **MUTUÁRIO(S)** o direito de manifestar(em)-se contrariamente às alterações contratuais em questão, até 15 (quinze) dias da referida comunicação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO - Para informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito do **CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO**, o **BANCO** coloca à disposição do(s) **MUTUÁRIO(S)** os telefones da Central de Atendimento do Banco do Brasil - CABB 4004.0001* ou 0800.729.0001, Serviço de Atendimento ao Cliente (Informações, Sugestão, Reclamação e Cancelamento) - SAC 0800.729.0722, para Deficientes Auditivos ou de Fala 0800.729.0088, Suporte Técnico Pessoa Física 0800.729.0200. Caso o(s) **MUTUÁRIO(S)** considere(m) que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800.729.5678.

* Custos de ligações locais e impostos serão cobradas conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, serão cobrados custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO - Fica eleito o foro da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília (DF) ou o do domicílio do devedor para dirimir as dúvidas oriundas do presente Contrato.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22092600114 e código de validação 0002024152-89.2028.8.26.0114 e código de validação 0002024152-89.2028.8.26.0114.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002024152-89.2028.8.26.0114 e código 0002024152-89.2028.8.26.0114.

BANCO DO BRASIL

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO ROTATIVO - CDC AUTOMÁTICO

Contrato registrado no Cartório Marcelo Ribas - 1º Ofício de Títulos e Documentos, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 08, Bl. B-60, Sala 140-E, 1º Andar, Edifício Venâncio 2000, Brasília (DF), sob o microfilme número 297680, em 13.07.1998 e alterado pelos aditivos números 340120, de 18.10.1999, 355309, de 22.03.2000, 370680, de 05.09.2000, 409061, de 25.04.2001, 443312, de 06.11.2001, 482982, de 09.05.2002, 537282, de 16.01.2003, 543962, de 14.02.2003, 562933, de 13.05.2003, 585016, de 04.09.2003, 592503, de 04.11.2003, 600178, de 22.12.2003, 615704, de 26.05.2004, 646543, de 13.05.2005, 664310, de 25.11.2005, 711008, de 19.03.2007, 725678, de 03.08.2007, 735183, de 08.11.2007, 740104, de 03.01.2008, 744164, de 26.02.2008, 750760, de 05.05.2008, 753246, de 03.06.2008, 757336, de 24.07.2008, 766368, de 17.11.2008, 771204, de 03.02.2009, 775790, de 06.04.2009, 794765 de 12.05.2010, 801623, de 25.08.2010, 809103, de 15.12.2010, 812824, de 24.02.2011, 819977, de 22.06.2011, 820868, de 08.07.2011, 823853, de 30.08.2011, 833745, de 07.02.2012, 851615, de 07.11.2012, 855995, de 15.01.2013, 861136, de 25.04.2013, 863876, de 14.06.2013, 877725, de 02.05.2014, 905468, de 24.02.2016, 919288, de 06.03.2017, 921760, de 03.05.2017 e 925165, de 14.08.2017, 927426, de 30.10.2017 e 940858, de 06.07.2018.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56, sob o número WCA22092600014
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0024152-89.2028.8.26.0114 e código 1002076.

CERTIDÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO

5° TABELIÃO DE NOTAS

CIDADE DE CAMPINAS
COMARCA DE CAMPINAS

LIVRO 1884
PÁGINA 061

ESCRITURA DE INVENTÁRIO E PARTILHA DOS ESPÓLIOS DE MARLENE BLUMLEIN VIEIRA E DE LUIZ NELSON JOSE VIEIRA.

S A I B A M quantos esta virem que, em **vinte e três** de **janeiro** de **dois mil e vinte e três**, no 5º Cartório de Notas de Campinas, Estado de São Paulo, instalado na Praça XV de Novembro, número 16, bairro Cambuí, perante mim, escrevente, compareceram, para o **1º ATO (1 – INVENTÁRIO E PARTILHA DO ESPÓLIO DE MARLENE BLUMLEIN VIEIRA)** que será aqui lavrado, como outorgantes, o viúvo meeiro, **ESPÓLIO DE LUIZ NELSON JOSÉ VIEIRA**, que era brasileiro, natural da cidade de Amparo, deste Estado, onde nasceu aos 22 de março de 1938, e tinha 84 anos de idade, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 3.164.433-SSP/SP, inscrito no CPF o sob nº 143.136.348-00, filho de Nelson Vieira e de Olga Vieira, ambos falecidos, e era residente e domiciliado na cidade de Campinas, deste Estado, na Avenida João Erbolato nº 1407, Jardim Chapadão, CEP 13070-071. Era, ainda, viúvo, e meeiro, de Marlene Blumlein Vieira, de acordo com certidão expedida aos 09 de fevereiro de 2022, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, extraída do termo nº 52528, lavrado na folha 181, do Livro C-155. E faleceu aos 19 de novembro de 2022, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, conforme certidão expedida aos 23 de novembro de 2022, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, extraída do termo de óbito nº 43718, lavrado na folha 34, do Livro C-34, sendo o espólio neste ato representado pelo **inventariante LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA**, abaixo qualificado, nos termos da nomeação adiante realizada, que declarou, sob responsabilidade civil e penal, que o referido viúvo meeiro não mantinha, com pessoa alguma, união estável, caracterizada pela convivência pública, duradoura e contínua, com o objetivo de constituição de família; os herdeiros filhos, (1.1) **LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA**, brasileiro, natural da cidade de Campinas, do Estado de São Paulo, onde nasceu aos 02 de agosto de 1980, atualmente com 42 anos de idade, filho de Luiz Nelson Jose Vieira e de Marlene Blumlein Vieira, advogado, portador da carteira funcional emitida pela OAB-SP, aos 25 de março de 2013, com registro nº 223122, da qual constam o documento de identidade RG nº 27133953-SSP/SP e o CPF nº 219.234.248-90, casado com MARIA LECTICIA PAIVA VIEIRA, brasileira, natural da cidade de Ibia, do Estado de Minas Gerais, onde nasceu aos 24 de março de 1980, atualmente com 42 anos de idade, filha de Inacio Loyola de Paiva e de Hirami Heloisa Rochael Pereira Paiva, portadora da

SP0188001884061

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2026 às 15:56 sob o número WCA26820026000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código ec08256.

cédula de identidade RG nº 37.267.533-5-SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 274.922.838-73, pelo regime de separação total de bens, casamento esse realizado aos 06 de janeiro de 2001, portanto, na vigência da Lei nº 6.515/1977, nos termos da escritura de pacto antenupcial lavrada aos 21 de novembro de 2000, na folha 310 do Livro 667, do 5ª Tabelião de Notas da Comarca de Campinas, deste Estado, devidamente registrada sob o nº 12.186 no Livro 3 - Registro Auxiliar do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas, deste Estado, e de acordo com certidão de casamento expedida aos 10 de janeiro de 2023, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito da Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, residentes e domiciliados na cidade de Campinas, deste Estado, na Rua Celso Egidio Sousa Santos n° 22, Jardim Chapadão, CEP 13070-057; (1.2) **LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS**, brasileira, natural da cidade de Campinas, do Estado de São Paulo, onde nasceu aos 02 de abril de 1975, atualmente com 47 anos de idade, filha de Luiz Nelson Jose Vieira e de Marlene Blumlein Vieira, advogada, portadora da carteira funcional emitida pela OAB-SP, aos 13 de setembro de 2008, com registro nº 278513, da qual constam o documento de identidade RG nº 27.111.755-2-SSP/SP e o CPF nº 215.640.228-03, casada com EDVALDO DA COSTA PASSOS JUNIOR, brasileiro, natural da cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo onde nasceu aos 01 de janeiro de 1962, atualmente com 61 anos de idade, filho de Edvaldo da Costa Passos e de Erminia Fernandes, portador da cédula de identidade RG nº 14.209.965-X-SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 172.733.918-59, pelo regime da comunhão parcial de bens, casamento esse realizado aos 28 de junho de 2003, portanto, na vigência da Lei nº 6.515/1977, de acordo com certidão de casamento expedida aos 16 de dezembro de 2022, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito da Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, residentes e domiciliados na cidade de Campinas, deste Estado, na Avenida João Erbolato nº 455, Jardim Chapadão, CEP 13070-070, e compareceu ainda, como **advogado** por eles constituído, **Dr. LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA**, acima qualificado; para o **2º ATO (2 – INVENTÁRIO E PARTILHA DE LUIZ NELSON JOSE VIEIRA)**, que será aqui lavrado, como outorgantes, os herdeiros filhos, (2.1) **LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA**, acima qualificado; (2.2) **LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS**, acima qualificada; e compareceu ainda, como **advogado** por eles constituído, **Dr. LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA**, acima qualificado. Os presentes foram reconhecidos como pessoas juridicamente **capazes** e **identificados** pelos documentos de identidade acima citados e ora exibidos, do que **dou fé**. Então pelos outorgantes, acompanhados de seu advogado, foi dito que por

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2026 às 15:56 sob o número WCA22602000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código ec08226.

este instrumento formalizam o inventário e a partilha dos bens deixados pela falecida Marlene Blumlein Vieira e o inventário e a partilha dos bens deixados pelo falecido Luiz Nelson Jose Vieira, nos termos abaixo especificados, tendo declarado, sob responsabilidade civil e penal, que: **(1) Da autora da herança:** (1.1) qualificação: **MARLENE BLUMLEIN VIEIRA**, era brasileira, nascida na cidade de Lagoa Branca, deste Estado, aos 13 de novembro de 1951, filha de Alfredo Blumlein e de Izaura Francisco Blumlein, ambos falecidos; ela era, ainda, do lar, portadora da carteira nacional de habilitação emitida pelo Detran-SP, aos 07 de novembro de 2016, com registro nº 02065614351, da qual constam o documento de identidade RG nº 7254458-SSP/SP e o CPF nº 219.562.728-01, residente e domiciliado na cidade de Campinas, deste Estado, na Avenida João Erbolato nº 1407, Jardim Chapadão, CEP 13070-071; (1.2) falecimento: ela faleceu nesta cidade de Campinas, aos 07 de fevereiro de 2022, de acordo com a certidão de óbito expedida aos 09 de fevereiro de 2022, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca de Campinas, deste Estado, extraída do termo nº 52528, lavrado na folha 181 do Livro C-155; (1.3) estado civil: ela era casada com Luiz Nelson Jose Vieira, abaixo qualificado, pelo regime da comunhão de bens, casamento esse realizado aos 06 de outubro de 1972, portanto, anteriormente à vigência da Lei nº 6.515/1977, de acordo com certidão de casamento expedida aos 23 de fevereiro de 2022, pelo 3º Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Campinas, deste Estado, extraída do termo nº 19727, lavrado na folha 234 do Livro B-76. **(2) Do autor da herança:** (2.1) qualificação: **LUIZ NELSON JOSE VIEIRA**, era brasileiro, nascida na cidade de Amparo, deste Estado, aos 22 de março de 1938, filho de Nelson Vieira e de Olga Vieira, ambos falecidos; ele era, ainda, advogado, portador da carteira funcional emitida pela OAB-SP, aos 11 de setembro de 2008, com registro nº 22617, da qual constam o documento de identidade RG nº 3.164.433-SSP/SP e o CPF nº 143.136.348-00, residente e domiciliado na cidade de Campinas, deste Estado, na Avenida João Erbolato nº 1407, Jardim Chapadão, CEP 13070-071; (1.2) falecimento: ele faleceu nesta cidade de Campinas, aos 19 de novembro de 2022, de acordo com a certidão de óbito expedida aos 23 de novembro de 2022, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito da Comarca de Campinas, deste Estado, extraída do termo nº 43718, lavrado na folha 34 do Livro C-199; (1.3) estado civil: ele era viúvo de Marlene Blumlein Vieira, acima qualificada, de acordo com certidão de óbito expedida aos 09 de fevereiro de 2022, pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, extraída do termo nº 52528, lavrado na

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por INELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56 sob o número WCA22620026260014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 6C08256.

folha 181, do Livro C-155, e não mantinha, com pessoa alguma, união estável, caracterizada pela convivência pública, duradoura e contínua, com o objetivo de constituição de família. **(3) Do testamento:** eles não deixaram testamento ou disposição de última vontade conhecidos, conforme certidão do Colégio Notarial do Brasil, datada de 10/01/2023. **(4) Dos herdeiros:** Do casamento dos autores da herança, adveio dois filhos, Luiz Renato Blumlein Vieira e Lidiane Blumlein Vieira Passos, acima qualificados, que são seus únicos herdeiros. **(5) Do inventariante**: Os outorgantes nomeiam inventariante dos espólios de Marlene Blumlein Vieira e Luiz Nelson Jose Vieira, o herdeiro filho, **LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA**, nos termos do artigo 617 do Código de Processo Civil, conferindo-lhe todos os poderes que se fizerem necessários para representar os espólios em juízo ou fora dele, Institutos de Previdências, especialmente o Instituto Nacional de Seguro Social, podendo fazer acertos de resíduos de direitos dos falecidos, receber e dar quitação de valores, inclusive levantar valores de contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Participações (PIS-PASEP), encerrar contas bancárias levantando todos os saldos existentes, com os devidos acréscimos legais e convencionais, podendo, ainda, praticar todos os atos de administração dos bens que possam eventualmente estar fora deste inventário e que serão objeto de futura sobrepartilha, nomear advogado em nome dos espólios, ingressar em juízo, ativa ou passivamente, constituir mandato com poderes gerais e especiais, podendo enfim praticar todos os atos que se fizerem necessários à defesa dos espólios e do cumprimento de suas eventuais obrigações formais, tais como outorga e recebimento de escritura de imóveis já vendidos e quitados, escritura de retificação e ratificação, até mesmo receber e dar quitação. O nomeado declara que aceita este encargo, prestando compromisso de cumprir eficazmente sua função e bem representar os espólios, comprometendo-se desde já, a prestar contas aos demais outorgantes, se por eles solicitadas. O inventariante declara estar ciente da responsabilidade civil e criminal pela declaração de bens e herdeiros e pela veracidade de todos os fatos aqui relatados. **(6) INVENTÁRIO E PARTILHA DO ESPÓLIO DE MARLENE BLUMLEIN VIEIRA: (6.1) Dos bens:** a falecida e o viúvo tinham, por ocasião da abertura da sucessão, os seguintes bens: **(7.1) imóvel**: **(7.1.1)** a **PARTE IDEAL DE 66,6666%, OU 2/3, DO PRÉDIO Nº 121**, da Rua Geraldo Bretas, edificado no lote nº 12, da quadra 08, do Jardim São Gabriel, no Município, Comarca e 3ª Circunscrição Imobiliária de Campinas, Estado de São Paulo, cujas características e confrontações, perante o ofício registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2026 às 15:56 sob o número WCAS26820026000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código ec08226.

alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 3444.11.42.0008.01001**, com os **valores venal e de referência de R$ 353.377,87**, no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de Marlene Blumlein Vieira, conforme certidão municipal nº 000128.8268720.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 66,6666%, ou 2/3, o valor de R$ 235.585,24, e os **valores venal e de referência de R$ 376.209,22**, no exercício fiscal de 2023, conforme certidão municipal nº 000128.8268920.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 66,6666%, ou 2/3, o valor de R$ 250.806,14; a parte ideal de 33,3333%, ou 1/3, do bem foi adquirido por força do **título aquisitivo** consistente no formal de partilha extraído dos autos de arrolamentos dos bens deixados por falecimento de Alfredo Blumlein Filho, do Juízo de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Campinas/SP (autos nº 1.400/85), de 29 de maio de 1986, homologado por sentença de 20/03/86, assinado pelo MM. Juiz de Direito Dr. Alvaro Erix Ferreira, registrado como **R.4**, aos 16 de setembro de 1986, na **matrícula nº 921**, do 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo; e a parte ideal de 33,3333%, ou 1/3, do bem foi adquirida por força de escritura pública de compra e venda, lavrada aos 04 de março de 1999, nas páginas 06/07, do Livro 600, do 5º Cartório de Notas de Campinas/SP, registrada como **R.8**, aos 29 de março de 1999, na sobredita matrícula, cuja certidão, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; o bem está **livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam à parte ideal de 66,6666%, ou 2/3, desse imóvel em R$ 235.585,24 (duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos); **(7.1.2) PRÉDIO RESIDENCIAL Nº 1.407**, pela Avenida João Erbolato, edificado no lote nº 2, da quadra Y-1, do loteamento denominado Jardim Chapadão – Continuação – 2ª Gleba, no Município, Comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária de Campinas, Estado de São Paulo, cujas características e confrontações, perante o ofício registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 3412.41.77.0043.01001**, com os **valores venal e de referência de R$ 1.121.366,95**, no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de Marlene Blumlein Vieira, conforme certidão municipal nº 000128.8269120.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, e os **valores venal e de referência de R$ 1.193.817,21**, no exercício fiscal de 2023,

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2023 às 15:56 sob o número WCAS26520023000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 6C08256.

conforme certidão municipal nº 000128.8269320.230105, datada de 05 de janeiro de 2023; o bem foi adquirido por força de escritura pública de compra e venda, lavrada aos 19 de junho de 1985, nas páginas 190, do Livro 999, do 1º Cartório de Notas de Campinas/SP, registrada como **R.3**, aos 31 de julho de 1985, na **matrícula nº 24.529**, do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, cuja certidão, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; o bem está **livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam esse imóvel em R$ 1.121.366,95 (um milhão, cento e vinte e um mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos); **(7.1.3) APARTAMENTO Nº 520**, do 5º andar, tipo B, do Edifício Pitangueiras, situado na Rua 14 de Dezembro nºs 51, 53, 55, 57 e 59, no Município, Comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária de Campinas, Estado de São Paulo, cujas características e confrontações, perante o ofício registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 3423.11.36.0741.01310**, com os **valores venal e de referência de R$ 91.369,30**, no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de Marlene Blumlein Vieira, conforme certidão municipal nº 000128.8269620.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, e os **valores venal e de referência de R$ 97.272,57**, no exercício fiscal de 2023, conforme certidão municipal nº 000128.8269720.230105, datada de 05 de janeiro de 2023; o bem foi adquirido por força de escritura pública de divisão amigável, lavrada aos 10 de maio de 1983, na página 02, do Livro 931, do 1º Cartório de Notas de Campinas/SP, registrada como **R.1**, aos 10 de junho de 1983, na **matrícula nº 37857**, do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, cuja certidão, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; o bem está **livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam esse imóvel em R$ 91.369,30 (noventa e um mil, trezentos e sessenta e nove reais e trinta centavos); **(7.1.4) APARTAMENTO Nº 43**, do 4º andar, do Edifício Ilha das Palmas, situado na Rua Antonio Alvares Lobo nº 432, no Município, Comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária de Campinas, Estado de São Paulo, cujas características e confrontações, perante o ofício

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2026 às 15:56 sob o número WCAZ26202600014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 6gtvk06.

registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 3414.32.44.0066.01015**, com os **valores venal e de referência de R$ 107.567,29**, no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de Marlene Blumlein Vieira, conforme certidão municipal nº 000128.8269920.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, e os **valores venal e de referência de R$ 114.517,09**, no exercício fiscal de 2023, conforme certidão municipal nº 000128.8270020.230105, datada de 05 de janeiro de 2023; o bem foi adquirido por força de escritura pública de divisão amigável, lavrada aos 29 de abril de 1985, na página 13, do Livro 1009, do 1º Cartório de Notas de Campinas/SP, registrada como **R.1**, aos 30 de julho de 1985, na **matrícula nº 45797**, do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, cuja certidão, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; o bem está **livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam esse imóvel em R$ 107.567,29 (cento e sete mil, quinhentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos); **(7.1.5) PRÉDIO**, terreno e quintal de dois pavimentos, situado na Avenida João Erbolato nº 473, no Município, Comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária de Campinas, Estado de São Paulo, cujas características e confrontações, perante o ofício registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 3412.51.24.0180.01001**, com os **valores venal e de referência de R$ 540.609,77**, no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de Marlene Blumlein Vieira, conforme certidão municipal nº 000128.8270120.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, e os **valores venal e de referência de R$ 575.537,96**, no exercício fiscal de 2023, conforme certidão municipal nº 000128.8270220.230105, datada de 05 de janeiro de 2023; o bem foi adquirido por força de escritura pública de venda e compra, lavrada aos 14 de outubro de 1999, na página 333, do Livro 433, do 7º Cartório de Notas de Campinas/SP, registrada como **R.3**, aos 09 de novembro de 1999, na **matrícula nº 74890**, do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, cuja certidão, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; o bem está **livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56 sob o número WCA22602002660014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 6gtvk06.

condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam esse imóvel em R$ 540.609,77 (quinhentos e quarenta mil, seiscentos e nove reais e setenta e sete centavos); **(7.1.6)** unidades condominiais designadas como **APARTAMENTO Nº 25**, localizada no 2º andar, e **GARAGEM Nº 25**, localizada no andar térreo sob pilotis, ambos do Condomínio Lenamar I, situado a Rua "J", no bairro da Praia Grande, perímetro urbano, Comarca e Circunscrição Imobiliária de Ubatuba, Estado de São Paulo, cujas características e confrontações, perante o ofício registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 12.100.102-4** (apartamento nº 25) e **nº 12.100.249-7** (garagem nº 25), com os **valores venais de R$ 224.716,48** (apartamento nº 25) e **R$ 17.485,76** (garagem nº 25), no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de Marlene Blumlein Vieira, conforme certidão municipal nº 2021043956 e nº 2021043957, datadas de 27 de dezembro de 2022, e os **valores venais de R$ 239.368,14** (apartamento nº 25) e **R$ 18.625,82** (garagem nº 25), no exercício fiscal de 2023, conforme certidão municipal nº 2021044740 e nº 2021044741, datadas de 05 de janeiro de 2023; o bem foi adquirido por força de instrumento particular de especificação de condomínio e atribuição de unidades autônomas, datado de 30 de maio de 1994, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, registrado como **R.1**, na **matrícula nº 29590** (apartamento nº 25) e **nº 29622** (garagem nº 25), do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Ubatuba, Estado de São Paulo, cuja certidão, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; o bem está **livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam esse imóvel em R$ 242.202,24 (duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e dois reais e vinte e quatro centavos), correspondendo R$ 224.716,48 (duzentos e vinte e quatro mil, setecentos e dezesseis reais e quarenta e oito centavos) ao apartamento nº 25 e R$ 17.485,76 (dezessete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos) à garagem nº 25. **(8) Da partilha:** o total líquido do patrimônio ora inventariado, para efeitos fiscais, monta a **R$ 2.338.700,79** (dois milhões, trezentos e trinta e oito mil, setecentos reais e setenta e nove centavos), que será partilhado da seguinte forma: **(8.1) ao viúvo meeiro (espólio)** caberá uma quota parte ideal de cinquenta por cento (50%), ou metade (1/2), desse patrimônio, correspondente ao valor de **R$ 1.169.350,40** (um milhão, cento e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta centavos); **e (8.2) cada**

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2026 às 15:56 sob o número WCAS26820026000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002452-89.2026.8.26.0114 e código 6gtvk06.

herdeiro filho caberá uma quota parte ideal de vinte e cinco por cento (25%), ou um quarto (1/4), desse patrimônio, correspondente ao valor de **R$ 584.675,19** (quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos). **(9) Do pagamento dos quinhões:** convencionam as partes que a partilha dos bens será da seguinte forma: (9.1) o **viúvo meeiro (espólio)** **LUIZ NELSON JOSE VIEIRA** receberá em pagamento de sua meação: o valor de R$ 117.792,63, correspondente a parte ideal de 33,3333%, ou 1/3, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.1 (prédio nº 121, da Rua Geraldo Bretas); o valor de R$ 560.683,47, correspondente a parte ideal de 50%, ou 1/2, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.2 (prédio residencial nº 1.407, pela Avenida João Erbolato); o valor de R$ 45.684,65, correspondente a parte ideal de 50%, ou 1/2, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.3 (apartamento nº 520, do Edifício Pitangueiras, situado na Rua 14 de Dezembro nºs 51, 53, 55, 57 e 59); o valor de R$ 53.783,64, correspondente a parte ideal de 50%, ou 1/2, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.4 (apartamento nº 43, do Edifício Ilha das Palmas, situado na Rua Antonio Alvares Lobo nº 432); o valor de R$ 270.304,89, correspondente a parte ideal de 50%, ou 1/2, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.5 (prédio, terreno e quintal de dois pavimentos, situado na Avenida João Erbolato nº 473); o valor de R$ 121.101,12, correspondendo R$ 112.358,24 ao apartamento nº 25 e R$ 8.742,88 a garagem nº 25, correspondente a parte ideal de 50%, ou 1/2, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.6 (unidades condominiais designadas como apartamento nº 25 e vaga de garagem nº 25, ambos do Condomínio Lenamar I, situado a Rua "J"); **TOTAL RECEBIDO: R$ 1.169.350,40** (um milhão, cento e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta centavos); (9.2) **ao herdeiro filho** LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA, receberá em pagamento de seu quinhão: o valor de R$ **58.896,32, correspondente a parte ideal de 16,6666%, ou 1/6, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.1 (prédio nº 121, da Rua Geraldo Bretas); o valor de R$ 280.341,73, correspondente a parte ideal de 25%, ou 1/4, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.2 (prédio residencial nº 1.407, pela Avenida João Erbolato); o valor de R$ 22.842,32, correspondente a parte ideal de 25%, ou 1/4, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.3 (apartamento nº 520, do Edifício Pitangueiras, situado na Rua 14 de Dezembro nºs 51, 53, 55, 57 e 59); o valor de R$ 26.891,82, correspondente a parte ideal de 25%, ou 1/4, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.4 (apartamento nº 43, do Edifício Ilha das Palmas, situado na Rua Antonio Alvares Lobo nº 432); o valor de R$ 135.152,44, correspondente a parte ideal de 25%, ou 1/4, do bem imóvel acima mencionado**

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56 sob o número WCAS26520022660014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0024150-89.2026.8.26.0114 e código 8FgvK06.

no item 7.1.5 (prédio, terreno e quintal de dois pavimentos, situado na Avenida João Erbolato nº 473); o valor de R$ 60.550,56, correspondendo R$ 56.179,12 ao apartamento nº 25 e R$ 4.371,44 a garagem nº 25, correspondente a parte ideal de 25%, ou 1/4, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.6 (unidades condominiais designadas como apartamento nº 25 e vaga de garagem nº 25, ambos do Condomínio Lenamar I, situado a Rua "J"); TOTAL RECEBIDO: R$ 584.675,19 (quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos); (9.**3) a herdeira filha LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS**, receberá em pagamento de seu quinhão: o valor de R$ 58.896,32, correspondente a parte ideal de 16,6666%, ou 1/6, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.1 (prédio nº 121, da Rua Geraldo Bretas); o valor de R$ 280.341,73, correspondente a parte ideal de 25%, ou 1/4, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.2 (prédio residencial nº 1.407, pela Avenida João Erbolato); o valor de R$ 22.842,32, correspondente a parte ideal de 25%, ou 1/4, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.3 (apartamento nº 520, do Edifício Pitangueiras, situado na Rua 14 de Dezembro nºs 51, 53, 55, 57 e 59); o valor de R$ 26.891,82, correspondente a parte ideal de 25%, ou 1/4, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.4 (apartamento nº 43, do Edifício Ilha das Palmas, situado na Rua Antonio Alvares Lobo nº 432); o valor de R$ 135.152,44, correspondente a parte ideal de 25%, ou 1/4, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.5 (prédio, terreno e quintal de dois pavimentos, situado na Avenida João Erbolato nº 473); o valor de R$ 60.550,56, correspondendo R$ 56.179,12 ao apartamento nº 25 e R$ 4.371,44 à garagem nº 25, correspondente à parte ideal de 25%, ou 1/4, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.6 (unidades condominiais designadas como apartamento nº 25 e vaga de garagem nº 25, ambos do Condomínio Lenamar I, situado a Rua "J"); TOTAL RECEBIDO: R$ 584.675,19 (quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos); **(10) INVENTÁRIO E PARTILHA DO ESPÓLIO DE LUIZ NELSON JOSE VIEIRA: (10.1) Dos bens: o falecido tinha, por ocasião da abertura da sucessão, os seguintes bens: (11.1) imóvel: (11.1.1) a PARTE IDEAL DE 33,3333%, OU 1/3, DO PRÉDIO Nº 121,** da Rua Geraldo Bretas, edificado no lote nº 12, da quadra 08, do Jardim São Gabriel, no Município, Comarca e 3ª Circunscrição Imobiliária de Campinas, Estado de São Paulo, cujas características e confrontações, perante o ofício registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 3444.11.42.0008.01001,** com os valores venal e de referência de R$ 353.377,87, no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2026 às 15:56 sob o número WCA26820026260014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 6gtvk06.

Luiz Nelson Jose Vieira, conforme certidão municipal nº 000128.8268720.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 33,3333%, ou 1/3, o valor de R$ 117.792,63, e os valores venal e de referência de R$ 376.209,22, no exercício fiscal de 2023, conforme certidão municipal nº 000128.8268920.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 33,3333%, ou 1/3, o valor de R$ 125.403,08; a parte ideal de 33,3333%, ou 1/3, do bem foi adquirido por força do **título aquisitivo** consistente nesta mesma escritura, conforme acima mencionado, tendo a necessidade do prévio registro de tal aquisição sido cientificada às partes, que, assumindo a responsabilidade por tal registro e insistindo na lavratura deste instrumento, cuja certidão de **matrícula nº 921,** do 3º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; o bem está **livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam à parte ideal de 33,3333%, ou 1/3, desse imóvel em R$ 117.792,63 (cento e dezessete mil, setecentos e noventa e dois reais e sessenta e três centavos); **(11.1.2) a PARTE IDEAL DE 50%, OU 1/2, DO PRÉDIO RESIDENCIAL Nº 1.407,** pela Avenida João Erbolato, edificado no lote nº 2, da quadra Y-1, do loteamento denominado Jardim Chapadão – Continuação – 2ª Gleba, no Município, Comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária de Campinas, Estado de São Paulo, cujas características e confrontações, perante o ofício registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 3412.41.77.0043.01001,** com os valores venal e de referência de R$ 1.121.366,95, no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de Luiz Nelson Jose Vieira, conforme certidão municipal nº 000128.8269120.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 50%, ou 1/2, o valor de R$ 560.683,47, e os valores venal e de referência de R$ 1.193.817,21, no exercício fiscal de 2023, conforme certidão municipal nº 000128.8269320.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 50%, ou 1/2, o valor de R$ 596.908,61; a parte ideal de 50%, ou 1/2, do bem foi adquirido por força do **título aquisitivo** consistente nesta mesma escritura, conforme acima mencionado, tendo a necessidade do prévio registro de tal aquisição sido cientificada às partes, que, assumindo a responsabilidade por tal registro e insistindo na lavratura deste instrumento, cuja certidão de **matrícula nº 24.529,** do 2º Oficial de Registro de Imóveis

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2026 às 15:56, sob o número WCAS26620026000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código YZAQ4dQ.

da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; o bem está **livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam à parte ideal de 50%, ou 1/2, desse imóvel em R$ 560.683,47 (quinhentos e sessenta mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos); **(11.1.3) a PARTE IDEAL DE 50%, OU 1/2, DO APARTAMENTO Nº 520,** do 5º andar, tipo B, do Edifício Pitangueiras, situado na Rua 14 de Dezembro nºs 51, 53, 55, 57 e 59, no Município, Comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária de Campinas, Estado de São Paulo, cujas características e confrontações, perante o ofício registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 3423.11.36.0741.01310,** com os valores venal e de referência de R$ 91.369,30, no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de Luiz Nelson Jose Vieira, conforme certidão municipal nº 000128.8269620.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 50%, ou 1/2, o valor de R$ 45.684,65, e **os valores venal e de referência de R$ 97.272,57, no exercício fiscal de 2023,** conforme certidão municipal nº 000128.8269720.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 50%, ou 1/2, o valor de R$ 48.636,28; a parte ideal de 50%, ou 1/2, do bem foi adquirido por força do **título aquisitivo** consistente nesta mesma escritura, conforme acima mencionado, tendo a necessidade do prévio registro de tal aquisição sido cientificada às partes, que, assumindo a responsabilidade por tal registro e insistindo na lavratura deste instrumento, cuja certidão de **matrícula nº 37857,** do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, cuja certidão, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; o bem está **livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam à parte ideal de 50%, ou 1/2, desse imóvel em R$ 45.684,65 (quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos); **(11.1.4) a PARTE IDEAL DE 50%, OU 1/2, DO APARTAMENTO Nº 43,** do 4º andar, do Edifício Ilha das Palmas, situado na Rua Antonio Alvares Lobo nº 432, no Município, Comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária de Campinas, Estado de São Paulo, cujas características e

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2026 às 15:56, sob o número WCAS26820026000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código YZA014.

confrontações, perante o ofício registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 3414.32.44.0066.01015,** com os valores venal e de referência de R$ 107.567,29, no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de Luiz Nelson Jose Vieira, conforme certidão municipal nº 000128.8269920.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 50%, ou 1/2, o valor de R$ 53.783,64, e os valores venal e de referência de R$ 114.517,09, no exercício fiscal de 2023, conforme certidão municipal nº 000128.8270020.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 50%, ou 1/2, o valor de R$ 57.258,54; a parte ideal de 50%, ou 1/2, do bem foi adquirido por força do **título aquisitivo** consistente nesta mesma escritura, conforme acima mencionado, tendo a necessidade do prévio registro de tal aquisição sido cientificada às partes, que, assumindo a responsabilidade por tal registro e insistindo na lavratura deste instrumento, cuja certidão de **matrícula nº 45797,** do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; **o bem está livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam à parte ideal de 50%, ou 1/2, desse imóvel em R$ 53.783,64 (cinquenta e três mil, setecentos e oitenta e três reais e sessenta e quatro centavos); **(11.1.5) a PARTE IDEAL DE 50%, OU 1/2, DO PRÉDIO,** terreno e quintal de dois pavimentos, situado na Avenida João Erbolato nº 473, no Município, Comarca e 2ª Circunscrição Imobiliária de Campinas, Estado de São Paulo, cujas características e confrontações, perante o ofício registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 3412.51.24.0180.01001, com os valores venal e de referência de R$ 540.609,77,** no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de Luiz Nelson Jose Vieira, conforme certidão municipal nº 000128.8270120.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte de 50%, ou 1/2, o valor de R$ 270.304,89, e os valores venal e de referência de R$ 575.537,96, no exercício fiscal de 2023, conforme certidão municipal nº 000128.8270220.230105, datada de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 50%, ou 1/2, o valor de R$ 287.768,98; a parte ideal de 50%, ou 1/2, do bem foi adquirido por do **título aquisitivo** consistente nesta mesma escritura, conforme acima mencionado, tendo a necessidade do prévio registro de tal aquisição sido

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2026 às 15:56 sob o número WCAS26202600014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código YZA0104.

cientificada às partes, que, assumindo a responsabilidade por tal registro e insistindo na lavratura deste instrumento, cuja certidão de **matrícula nº 74890,** do 2º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; o bem está **livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam à parte ideal de 50%, ou 1/2, desse imóvel em R$ 270.304,89 (duzentos e setenta mil, trezentos e quatro reais e oitenta e nove centavos); **(11.1.6) a PARTE IDEAL DE 50%, OU 1/2, das unidades condominiais designadas como APARTAMENTO Nº 25,** localizada no 2º andar, e GARAGEM Nº 25, localizada no andar térreo sob pilotis, ambos do Condomínio Lenamar I, situado a Rua "J", no bairro da Praia Grande, perímetro urbano, Comarca e Circunscrição Imobiliária de Ubatuba, Estado de São Paulo, cujas características e confrontações, perante o ofício registral imobiliário competente, as partes conhecem e ratificam, por não terem sofrido alterações; o bem consta do **cadastro municipal sob o nº 12.100.102-4 (apartamento nº 25) e nº 12.100.249-7 (garagem nº 25),** com os valores venais de R$ 224.716,48 (apartamento nº 25) e R$ 17.485,76 (garagem nº 25), no exercício fiscal de 2022, ano do falecimento de Luiz Nelson Jose Vieira, conforme certidão municipal nº 2021043956 e nº 2021043957, datadas de 27 de dezembro de 2022, correspondendo à aludida parte de 50%, ou 1/2, o valor de R$ 112.358,24 (apartamento nº 25) e R$ 8.742,88 (garagem nº 25), e os valores venais de R$ 239.368,14 (apartamento nº 25) e R$ 18.625,82 (garagem nº 25), no exercício fiscal de 2023, conforme certidão municipal nº 2021044740 e nº 2021044741, datadas de 05 de janeiro de 2023, correspondendo à aludida parte ideal de 50%, ou 1/2, o valor de R$ 119.684,07 (apartamento nº 25) e R$ 9.312,91 (garagem nº 25); a parte ideal de 50%, ou 1/2, do bem foi adquirido por força do **título aquisitivo** consistente nesta mesma escritura, conforme acima mencionado, tendo a necessidade do prévio registro de tal aquisição sido cientificada às partes, que, assumindo a responsabilidade por tal registro e insistindo na lavratura deste instrumento, cuja **certidão de matrícula nº 29590** (apartamento nº 25) e nº 29622 (garagem nº 25), do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Ubatuba, Estado de São Paulo, expedida aos 23/01/2023, fica arquivada nesta Serventia, juntamente com os demais documentos de conservação obrigatória para lavratura desta escritura, conforme abaixo mencionado; o bem está **livre e desembaraçado** de quaisquer ônus reais, judiciais ou extrajudiciais, ações reais e

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2026 às 15:56, sob o número WCAZ26600014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código YZA014.

pessoais reipersecutórias, e de outros ônus reais, débitos fiscais e condominiais. Para efeitos fiscais as partes estimam à parte ideal de 50%, ou 1/2, desse imóvel em R$ 121.101,12 (cento e vinte e um mil, cento e um reais e doze centavos), correspondendo R$ 112.358,24 (cento e doze mil, trezentos e cinquenta e oito reais e vinte e quatro centavos) ao apartamento nº 25 e R$ 8.742,88 (oito mil, setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos) à garagem nº 25. **(12) Da partilha:** o total líquido do patrimônio ora inventariado, para efeitos fiscais, monta a **R$ 1.169.350,40** (um milhão, cento e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta centavos), que será partilhado da seguinte forma: **cada herdeiro filho** caberá uma quota parte ideal de vinte e cinco por cento (25%), ou um quarto (1/4), desse patrimônio, correspondente ao valor de R$ 584.675,19 (quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos). **(13) Do pagamento dos quinhões:** convencionam as partes que a partilha dos bens será da seguinte forma: **(13.1) ao herdeiro filho LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA,** receberá em pagamento de seu quinhão: o valor de R$ 58.896,33, correspondente à parte ideal de 1/6, ou 16,6666%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.1 (prédio nº 121, da Rua Geraldo Bretas); o valor de R$ 280.341,73, correspondente à parte ideal de 1/4, ou 25%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.2 (prédio residencial nº 1.407, pela Avenida João Erbolato); o valor de R$ 22.842,32, correspondente à parte ideal de 1/4, ou 25%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.3 (apartamento nº 520, do Edifício Pitangueiras, situado na Rua 14 de Dezembro nºs 51, 53, 55, 57 e 59); o valor de R$ 26.891,82, correspondente a parte ideal de 1/4, ou 25%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.4 (apartamento nº 43, do Edifício Ilha das Palmas, situado na Rua Antonio Alvares Lobo nº 432); o valor de R$ 135.152,44, correspondente a parte ideal de 1/4, ou 25%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.5 (prédio, terreno e quintal de dois pavimentos, situado na Avenida João Erbolato nº 473); o valor de R$ 60.550,56, correspondendo R$ 56.179,12 ao apartamento nº 25 e R$ 4.371,44 à garagem nº 25, correspondente à parte ideal de 1/2, ou 50%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.6 (unidades condominiais designadas como apartamento nº 25 e vaga de garagem nº 25, ambos do Condomínio Lenamar I, situado a Rua "J"); **TOTAL RECEBIDO: R$ 584.675,20** (quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos); **(13.2) a herdeira filha LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS,** receberá em pagamento de seu quinhão: o valor de R$ 58.896,33, correspondente à parte ideal de 1/6, ou 16,6666%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.1 (prédio nº 121, da Rua Geraldo Bretas); o valor de R$ 280.341,73,

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2022 às 15:56 sob o número WCA22620026260014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 355CPCYCW.

correspondente à parte ideal de 1/4, ou 25%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.2 (prédio residencial nº 1.407, pela Avenida João Erbolato); o valor de R$ 22.842,32, correspondente à parte ideal de 1/4, ou 25%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.3 (apartamento nº 520, do Edifício Pitangueiras, situado na Rua 14 de Dezembro nºs 51, 53, 55, 57 e 59); o valor de R$ 26.891,82, correspondente a parte ideal de 1/4, ou 25%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.4 (apartamento nº 43, do Edifício Ilha das Palmas, situado na Rua Antonio Alvares Lobo nº 432); o valor de R$ 135.152,44, correspondente a parte ideal de 1/4, ou 25%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.5 (prédio, terreno e quintal de dois pavimentos, situado na Avenida João Erbolato nº 473); o valor de R$ 60.550,56, correspondendo R$ 56.179,12 ao apartamento nº 25 e R$ 4.371,44 à garagem nº 25, correspondente à parte ideal de 1/2, ou 50%, do bem imóvel acima mencionado no item 7.1.6 (unidades condominiais designadas como apartamento nº 25 e vaga de garagem nº 25, ambos do Condomínio Lenamar I, situado a Rua "J"); TOTAL RECEBIDO: **R$ 584.675,20** (quinhentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte centavos); **(14) Das declarações: (14.1) DO ADVOGADO:** Dr. Luiz Renato Blumlein Vieira declarou que, na qualidade de advogado, assessorou e aconselhou seus constituintes, tendo conferido os bens, direitos e valores e atestado a conformidade desta escritura com os preceitos legais. **(14.2) DOS OUTORGANTES:** As partes declararam, sob as penas da lei, que: **(14.2.1)** na qualidade de pessoas físicas, não são empregadores, equiparados à empresa nem produtores rurais que comercializam a produção, não estando, portanto, incursos nas restrições previstas na Lei Federal n° 8.212 de 24 de julho de 1991, no Decreto Federal n° 3.048 de 06 de maio de 1999, e na Instrução Normativa MF/RFB n° 971 de 13 de novembro de 2009, com suas respectivas e posteriores alterações, motivo pelo qual deixam de apresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros, e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **(14.2.2) que os autores das heranças não deixaram testamento e outros herdeiros**. **(15) Das demais certidões e documentos apresentados**: os outorgantes **dispensaram** a apresentação de quaisquer outras certidões, assumindo as consequências daí resultantes e escusando o Notário de responsabilidade. **(16) Do ITCMD** (Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação): os outorgantes apresentaram: (16.1) no tocante ao **inventário e partilha do Espólio de Marlene Blumlein Vieira**, (16.1.1) as guias de arrecadação estadual – DARE-SP – de ITCMD, pagas aos 23/01/2023, no valor total de R$ 34.198,82 e R$

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2026 às 15:56 sob o número WCAZ26202600014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 355OPCYCW.

34.198,82; e (16.1.2) a Declaração de Transmissão por Escritura Pública e o Demonstrativo de Cálculos do ITCMD número 78409370 emitidos aos 17 de janeiro de 2023. (16.2) no tocante ao **inventário e partilha do Espólio de Luiz Nelson Jose Vieira**, (16.2.1) as guias de arrecadação estadual – DARE-SP – de ITCMD, pagas aos 17/01/2023, no valor total de R$ 23.809,10 e R$ 23.809,10; e (16.2.2) a Declaração de Transmissão por Escritura Pública e o Demonstrativo de Cálculos do ITCMD número 78409389 emitidos aos 17 de janeiro de 2023. Os outorgantes e seu advogado estão cientes que a base de cálculo para aferição de tributos é o **maior valor** dentre o atribuído por eles próprios aos bens, o valor venal, o valor de referência, o valor de avaliação, o valor fixado por ente competente para tanto ou qualquer outro valor previsto no ordenamento jurídico, razão pela qual também estão cientes que, quanto aos **emolumentos**, deve-se considerar que (A) do espólio e partilha de Marlene Blumlein Vieira, o patrimônio líquido monta a **R$ 2.489.944,93**, correspondendo à meação **R$ 1.244.972,47** e à herança de cada herdeiro **R$ 622.486,23**; (B) do inventário e partilha de Luiz Nelson Jose Vieira, o patrimônio líquido monta a **R$ 1.244.972,47**, correspondendo à herança de cada herdeiro **R$ 622.486,23**. Os referidos documentos foram conferidos por eles, bem como pelo advogado supracitado, que afirmaram, sob responsabilidade civil e penal, serem **exatos e verdadeiros** os valores que, segundo suas declarações, correspondiam aos bens na data do óbito, comprometendo-se a cumprir eventuais exigências principais e acessórias, e complementar recolhimentos, caso exigido pelo Fisco, ou apresentar defesa para impugnar eventuais lançamentos. As partes e seu advogado foram alertadas sobre a eventual incidência de juros, multa, correção e perda de direito ao desconto previsto no artigo 17, § 2º, da Lei Estadual 10.705/2000, e no artigo 31, § 1º, item 2, do Decreto Estadual 46.655/2002, caso não tenha sido aqui inventariado, partilhado ou adjudicado algum bem ou direito do falecido. **(17) Dos requerimentos:** ficam aqui expressamente requeridos os atos de inscrição necessários, visto que a presente escritura é título hábil para o registro civil e o registro imobiliário, para a transferência de bens e direitos, bem como para a promoção de todos os atos destinados à materialização das transferências de bens e levantamento de valores. **(18) Das ressalvas:** ressalvam-se eventuais erros, omissões ou direitos de terceiros. Todos os documentos de conservação obrigatória por esta Serventia ficam aqui **arquivados na pasta nº 18/2023**. A consulta à **Central Nacional de Indisponibilidade** não relatou ocorrência relacionada ao CPF do falecido conforme o código hash: "0b67. 9632. d87a. 22c6. 9899. d2d3. 5cf3. 90ee. b2d3. 18d9" e "a4e5. 87c5. e345. 8630. 4b33. 030d. 1bf5.

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILLIANS FRATTONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2026 às 15:56 sob o número WCAS26202600014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 25CCFCW.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO
5º TABELIÃO DE NOTAS
CIDADE DE CAMPINAS
COMARCA DE CAMPINAS

LIVRO 1884
PÁGINA 078

5cb7. 51e8. 3b64". Será emitida a **DOI** (Declaração sobre Operação Imobiliária). Feitas as declarações acima, os comparecentes pediram-me e eu lavrei esta escritura, que, **lida** e achada conforme, aceitam, outorgam e **assinam**, com idônea vontade e sem vício de consentimento, tendo sido observadas todas as **formalidades** legais e fiscais do ato, do que **dou fé**. Eu, _____, (Jose Henrique Ricci Grossi), Escrevente, lavrei e assino. Eu, _____, (Tabelião ou Escrevente Substituto), assino e subscrevo.

LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA

LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS

CUSTAS E EMOLUMENTOS: Ao Cartório R$ 7096,84; Ao Estado: R$ 2017,00; A Secretaria da Fazenda: R$ 1380,52; Santa Casa: R$ 70,96; Ao Registro Civil: R$ 373,52; Ao Tribunal da Justiça: R$ 487,06; Ao Município: R$ 372,58; Ministerio Público: R$ 340,64; **TOTAL: R$ 12139,12**

PROTOCOLO Nº: **255.087**
SELO DIGITAL: 1136211ES0000000487059237 - R$ 6069,56
, 1136211ES0000000487058239 - R$ 6069,56

Bel. Luis Antonio Durante
Escrevente Substituto
5º Tabelião de Notas de Campinas

SP0188001884078

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 12/09/2026 às 15:56 sob o número WCAS26820026000014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 8SYLOPCYCWy.

CERTIDÃO. Com base no artigo 19 da Lei Federal nº 6.015/1973 e no artigo 6º da Lei Federal nº 8.935/1994, o 5º Tabelião de Notas da Comarca de Campinas CERTIFICA e da fé que o(s) ato(s) impresso(s) neste público instrumento é(são) reprodução(es) autêntica(s) do(s) original(is), lavrado(s) no livro 1884 fls 61 á 78 e/ou arquivado(o) nesta Serventia. Eu, Auxiliar/ Escrevente autorizado(a) abaixo identificado(a), digitei e conferi. Eu, Tabelião/Escrevente Substituto(a) abaixo identificado(a), subscrevi.Campinas/SP,18/08/2023.

Assinado digitalmente por:
JAQUELINE LIRA MURANAKA
CPF: 214.526.898-73
Certificado emitido por AC Certisign RFB G5
Data: 18/08/2023 17:15:19 -03:00

Colégio Notarial do Brasil

CUSTAS E EMOLUMENTOS: Ao Cartório R$ 49,67; Ao Estado: R$ 14,11; A Secretaria da Fazenda: R$ 9,66; Santa Casa: R$ 0,50; Ao Registro Civil: R$ 2,61; Ao Tribunal da Justiça: R$ 3,41; Ao Município: R$ 2,60; Ministério Público: R$ 2,38; **TOTAL: R$ 84,94.**

SELO DIGITAL: **1136211CE000000050454923Y - R$ 84,94**

Esse documento foi assinado por JAQUELINE LIRA MURANAKA.
Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinatura.e-notariado.org.br/validate e informe o código KGKNJ-QYNCX-C8HNA-77UZH

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 26/09/2022 às 15:56 sob o número WCA22620026260014.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002450-89.2026.8.26.0114 e código 25LOPCVCW.

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

29/11/2023
LOTE: 172372

DESTINATÁRIO

Lidiane Blumlein Vieira Passos

AVENIDA JOAO ERBOLATO, 455, -, JARDIM CHAPADAO

Campinas, SP

13070-070

AR629701425JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª 2/12/23 14:40 h

2ª ___/___/___ ___:___ h

3ª ___/___/___ ___:___ h

AR

Correios

ATENÇÃO: Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

[1] Mudou-se
[2] Endereço insuficiente
[3] Não existe o número
[4] Desconhecido
[5] Recusado
[6] Não procurado
[7] Ausente
[8] Falecido
[9] Outros _____

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

CDD CASTELO
05 DEZ 2023
CAMPINAS-SE/SP

BV

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Noiane Vieira

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
02/12/23

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE
[illegible]

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

CLAUDIO
Agente de Correios
Mat: 8898197
CDD - CASTELO

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DEVOLVIDO PARA O REMETENTE (TESTE) em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0082450-89.2026.8.26.0114 e código B0025Bpu.

AVISO DE RECEBIMENTO

Digital

29/11/2023
LOTE: 172372

AR
9012960497 - 09/23
SJ/SP
Correios

DESTINATÁRIO

Luiz Renato Blumlein Vieira

Rua Celso Egidio Sousa Santos, 22, -, Jardim Chapadao

Campinas, SP

13070-057

AR629701417JF

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª 05/12/23 15:50 h

2ª 07/12/23 ___:___ h

3ª ___/___/___ ___:___ h

ATENÇÃO:
Posta restante de 20 (vinte) dias corridos.

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA

GDD CASTELO
07 DEZ 2023
BV

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

[1] Mudou-se
[2] Endereço insuficiente
[3] Não existe o número
[4] Desconhecido
[5] Recusado
[6] Não procurado
[7] Ausente
[8] Falecido
[9] Outros _____

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Centralizador Regional

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

8107124

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Ana Maria Pinheiro

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

DATA DE ENTREGA
07/12/23

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE
24 493 591

D 00000162

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MELISSA VOLPERIO BERGAMASCO DE BRITO, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003180-89.2028.8.26.0114 e código MEB49BW.

Vieira & Vieira
ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE CAMPINAS/SP

Processo nº 1042172-83.2023.8.26.0114

LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB.SP sob nº 223.122, portador da cédula de identidade RG nº 27.133.953-6, inscrito no CPF sob nº 219.234.248-90, domiciliado e residente na Rua Celso Egídio Sousa Santos, 22, Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-057 e LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB.SP sob nº 278.513, portadora de cédula de identidade RG nº 27.111.755-2, inscrita no CPF sob nº 215.640.228-03, domiciliada e residente na Av. João Erbolato, 455, bairro Jardim Chapadão, Campinas-SP, CEP 13070-070, ambos atuando em causa própria, vêm, tempestivamente, perante Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 702 e §§ e 343, do Código de Processo Civil – NCPC, opor **EMBARGOS COM PEDIDO RECONVENCIONAL à AÇÃO MONITÓRIA** promovida por BANCO DO BRASIL S.A., pelas razões a seguir expostas.

DOS EMBARGOS:

A Embargada ajuizou Ação Monitória que ora se embarga, alegando que o pai dos Embargantes, LUIZ NELSON JOSÉ VIEIRA, falecido em 19/11/2022, firmou contrato de Empréstimo Consignado, em 08/11/2021, data em que estava com 83 anos de idade, no valor de R$129.404,58 (cento e vinte nove mil, quatrocentos e quatro reais

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NATALIA SEVERINA VICENTIN NOGUEIRA e LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1042172-83.2023.8.26.0114 e código 15p23ky6q.

e cinquenta e oito centavos), parcelado em 96 (noventa e seis) parcelas mensais de R$2.260,42 (dois mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e dois centavos) – fls. 67/73, a serem descontadas, a partir de 05/05/2022, de sua aposentadoria e complementação de aposentadoria, que eram depositadas em conta corrente na própria Embargada.

Alega, ainda, que o contrato foi **assinado de forma eletrônica**, no dia 08/11/2021.

Ademais, argumenta que o pai dos Embargantes deixou de adimplir com os pagamentos em 05/05/2023, ou seja, quase 06 (seis) meses após o seu falecimento, ocorrendo assim o vencimento antecipado do contrato, em razão da alegada falta de pagamento.

Pelos motivos alegados, a Embargada promoveu a presente ação monitória, realizando a cobrança de toda a dívida alegada, com juros e multa, no valor de R$142.959,18 (cento e quarenta e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos) a recusa da peticionária em satisfazer o total do crédito. No entanto, os Embargantes apoiam-se aos presentes embargos para demonstrar a total improcedência da ação.

O artigo 702, do Código de Processo Civil – NCPC prevê que o réu poderá oferecer embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, os quais suspenderão a eficácia do mandado inicial.

Os Embargantes foram surpreendidos com a notícia de que seu pai, já falecido, haveria contraído um empréstimo consignado em um valor tão alto, uma vez que era aposentado como advogado da antiga FEPASA e recebia complementação de aposentadoria, o que era suficiente para seu sustento.

Estranha também a alegação de que o referido empréstimo consignado fora assinado de forma eletrônica, uma vez que se tratava de um idoso com mais de 83 anos de idade, que não possuía familiaridade com tecnologia e que já sofria com alguns problemas de saúde, como lapsos de memória por baixa irrigação sanguínea no cérebro, conforme comprovam exames ora acostados.

Mais intrigante ainda é a alegação de que deixou de cumprir com os pagamentos do referido empréstimo a partir de 05/05/2023, data em que estava quase completando 06 (seis) meses de seu

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NANA ROSE VIEIRA VICENTE e NANA ROSE VIEIRA VICENTE e foi juntado por DELLISZ NETO, NANA ROSE VIEIRA VICENTE em 06/07/2026 às 21:51:16 e consta do processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 1b9r23ky6q.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 1b9r23ky6q.

falecimento, ocorrido em 19/11/2022, quando já não havia pagamento de sua aposentadoria e complementação.

Importa destacar que o presente caso deve ser solucionado à luz do Código de Defesa do Consumidor, aqui aplicável por força de seu artigo 3º, e perante o qual a responsabilidade do banco, como prestador de serviços, é, inclusive, de caráter objetivo, consoante se infere do disposto no artigo 14 de referido Código. E, nos termos do parágrafo 3º deste mesmo artigo, o fornecedor somente não será responsabilizado quando provar: "I que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro".

O artigo 6º, inc. VIII, de referido Código, prevê, por sua vez, como um dos direitos básicos do consumidor, "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências".

No presente caso, fica evidente a hipossuficiência dos Embargantes, uma vez que foram pegos de surpresa com a notícia de suposta dívida em face de uma alegação de contratação de empréstimo consignado de forma digital por seu falecido pai, **requerendo**, assim, a inversão do ônus da prova, incumbindo ao Embargado a demonstração de todas as provas, principalmente possíveis instrumentos de contrato de empréstimo assinados fisicamente em nome do pai dos Embargantes.

O Estatuto do Idoso prescreve uma série de normas que permitem o tratamento específico da pessoa idosa na sociedade, com a criação de diversas garantias e prerrogativas em status de prioridade frente aos demais cidadãos. Algumas dessas normas, especialmente três delas (artigos 3º, 5º e 10º), não podem passar despercebidas neste caso específico, já que fazem partes das diversas outras que sofreram ofensa em face da situação fática.

O artigo 3º do mencionado estatuto prevê a responsabilidade universal de proteção e respeito ao idoso, em essência a sua dignidade, elencando diversas entidades que possuem este dever, sem limitação, englobando todo o meio social, inclusive a família, o Estado e os demais cidadãos.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NANCY e VIEIRA, JULIO CESAR DE ALMEIDA em 02/01/2023 às 21:51:16, sob o número WCAS22570003972460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 1Dp23ky6q.

O artigo 5º prevê a responsabilidade das pessoas físicas ou jurídicas por inobservância das normas referentes prevenção de ofensas ao Direito do Idoso.

Isto posto, vemos grande afronta as normas constitucionais e infraconstitucionais, o que deve ser reparado.

O Instituto Nacional do Seguro Social regulamentou o empréstimo consignado, em sua Instrução Normativa IN28, de 16/05/2008 e dentre suas disposições, ficou determinado que obrigatoriamente:

> ***a)*** *Art. 4º. A contratação de operações de crédito consignado só poderá ocorrer, desde que:*
>
> *I - **a operação financeira tenha sido realizada na própria instituição financeira ou por meio do correspondente bancário a ela vinculada**, na forma da Resolução Conselho Monetário Nacional nº 3.110, de 31 de julho de 2003, sendo a primeira responsável pelos atos praticados em seu nome; (Grifamos).*
>
> ***b)*** *Art. 3º. Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão por morte, pagos pela Previdência Social, poderão autorizar o desconto no respectivo benefício dos valores referentes ao pagamento de empréstimo pessoal e cartão de crédito concedidos por instituições financeiras, desde que:*
>
> *II - **mediante contrato firmado e assinado** com apresentação do documento de identidade e/ou Carteira Nacional de Habilitação - CNH, e Cadastro de Pessoa Física - CPF, junto com a autorização de consignação assinada, prevista no convênio. (Grifamos).*

A Referida Instrução Normativa **não permite mais que os contratos sejam firmados fora das agências bancárias** e que as contas favorecidas não sejam aquelas de titularidade do contratante, o que diminuiu, com certeza, o número de "golpes" até então facilitados. Esta atitude do Poder Público mostra seriedade do problema enfrentado.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NAYARA ALVES VIEIRA e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 06/01/2026 às 21:51:16 e sob o número WCAS25700003792026
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 15P23ky6q.

Vieira & Vieira
ADVOGADOS

Com efeito, o pai dos Embargantes não ingressou em qualquer instituição bancária com a finalidade de firmar contrato de empréstimo consignado, ou mesmo assinou qualquer documento apresentado por funcionário da instituição, especialmente na sede ou filial da empresa Embargada. E assim se afirmar – ingressar na instituição – pelo fato de que é exigência legal para a validade do contrato em discussão, conforme preceitua o artigo 4º, I da IN/INSS/PRES Nº 28.

Ainda, a manifestação expressa (artigo 3º, III, da IN/INSS Nº 28) do beneficiário é requisito essencial para a validade da consignação, onde sua inobservância produz a **nulidade do contrato** em questão. Havendo a referida ofensa, demonstra-se a inexistência da relação contratual.

É notório o fato de que o falecido pai dos Embargantes não expediu qualquer autorização direcionada à realização de consignação em seu benefício, não solicitando qualquer empréstimo consignado ao banco Embargado ou qualquer outra instituição financeira, uma vez que na alegada data de contratação, já era idoso, com problemas de saúde e não mais dirigia ou saía de casa sozinho.

Como se não bastasse, verifica-se o desrespeito às normas específicas pertinentes ao contrato de empréstimo consignado, nos moldes do caso apresentado.

De todos os lados há inobservância das regras relativas à consignação, regulamentada pelas duas instruções normativas citadas. Muito mais que inobservância, o pai dos Embargantes foi vítima de possível fraude, podendo, inclusive, ser caracterizada a existência de crime de estelionato, não sendo o objeto de análise desta demanda.

Portanto, resta **inexistente o débito** alegado pela empresa Embargada, em que o falecido pai dos Embargantes sequer autorizou a consignação nas parcelas de seu benefício, muito menos assinou qualquer contrato de empréstimo com o Embargado e/ou o solicitou junto qualquer instituição bancária.

Com esses fundamentos, deve ser reconhecida a falha na prestação do serviço oferecido pelo Embargado, para declarar a inexigibilidade do contrato, à luz da legislação consumerista (art. 14, do CDC).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NATALINO DE ARAUJO e VIEIRA, JULIANA CRISTINA DE ARAUJO e VIEIRA em 02/07/2026 às 21:51:16, sob o número WDCAS25700037962460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 15BF23kyGq.

Posto isto, os Embargantes **requerem** a Decretação da nulidade do referido contrato de empréstimo consignado e a Inexistência do Débito alegado pela Embargada.

Portanto, não há que se falar em valores devidos pelos Embargantes, mas sim por parte da Requerente, como veremos a seguir.

DA RECONVENÇÃO:

Nos termos dos artigos 343 e 702, §6º, do Novo Código de Processo Civil, o Requerido propõe, juntamente com os embargos monitórios, sua reconvenção.

O artigo 343 diz o seguinte:

> Art. 343. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

Como amplamente demonstrado e provado acima, os Embargantes/Reconvintes nada devem a Requerente, uma vez que é nulo o alegado contrato de empréstimo consignado.

Conforme demonstram os laudos de exames acostados, o pai dos Reconvintes possuía vários problemas de saúde, inclusive lapsos de memória por baixa irrigação sanguínea no cérebro. Ademais, na data da alegada contratação do empréstimo consignado, já possuía 83 anos de idade e não tinha conhecimento tecnológico para contratar digitalmente um empréstimo via computador ou aparelho celular. Além disso, já não tinha mais carta de motorista e nem dirigia. Sendo assim, não saía sozinho de casa, sendo sempre necessário que um dos filhos/Reconvintes estivesse junto.

Como já dito anteriormente, os Reconvintes foram pegos de surpresa com a notícia da alegada dívida referente a um contrato nulo. Todos os descontos efetuados na aposentadoria e complementação de seu falecido pai ocasionaram uma considerável redução nos valores a que tinham direito em herança. Portanto, todos esses descontos deverão ser restituídos em dobro pela Reconvinda, acrescidos de correção monetária e juros, nos termos do art. 42, do CDC, que define:

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NANA NOGUEIRA VIEIRA e DENIS NOGUEIRA VIEIRA
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 15pr23ky6q.

> *Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.*
>
> ***Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.*** *(Grifamos).*

Logo, nos termos do dispositivo legal acima transcrito, e restando comprovada a má-fé e o descaso da parte Reconvinda, os Reconvintes fazem jus à devolução, em dobro, dos valores relativos aos eventuais descontos indevidos promovidos nos proventos de seu falecido pai.

Deverá, ainda, o banco reconvindo indenizar os Reconvintes, posto que há evidências da culpa no procedimento da contratação, pois os responsáveis do Reconvindo pela formalização e concretização do contrato, não tomaram as providencias necessárias e obrigatórias no sentido de averiguar as referências pessoais do contratante e a aceitação da proposta de empréstimo consignado.

Na hipótese em análise, a responsabilização do Reconvindo decorre da negligência dos seus prepostos, haja vista ser consequência do risco empresarial inerente à comercialização de crédito onde o dever de vigilância deve ser superior as demais atividades empresariais.

Nestes termos, não pode o Banco Reconvindo, servindo-se de sua boa-fé, tentar eximir-se de sua responsabilidade, uma vez que infringiu um dever permanente de vigilância e cautela em sua atividade, e atuando, dessa forma, de modo negligente, razão pela qual deve recair sobre ele a regra de responsabilização extracontratual prevista no artigo 186, do Código Civil, defluindo o seu dever de indenizar os Reconvintes, por evidente negligência, nos termos do artigo 927, do mesmo diploma legal, o qual dispõe que aquele que, por ato ilícito, (artigos 186, 187) causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NAYARA ANTONIA DE OLIVEIRA e Estado de São Paulo, protocolado em 06/07/2026 às 21:51:16 e sob o número WCAS25700037262460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 15P23kyGq.

No caso exposto, por se tratar de uma relação de consumo, a reparação se dará independentemente do agente ter agido com culpa, uma vez que nosso ordenamento jurídico adota a teoria da responsabilidade objetiva (artigo 12, do CDC).

Indiscutível e notório o prejuízo moral que tal fato ocasionou aos Reconvintes, uma vez que seu falecido pai sofreu descontos em sua aposentadoria, sem os ter contratado e, não se enquadrando os transtornos por ele suportados como meros aborrecimentos, mas sim como graves contrariedades e sofrimento emocional, ainda mais considerando o período de luto que vivem atualmente.

Assim, restou evidenciado o dano moral sofrido, vez que este foram surpreendidos com um suposto empréstimo consignado contratado de forma digital por idoso com dificuldades tecnológicas, sendo iminente os descontos de parcelas mensais em seu benefício, sem que houvesse celebrado e/ou autorizado os empréstimos junto ao banco Reconvindo, transtorno que extrapola o conceito básico de "mero aborrecimento normal do cotidiano", causando sentimentos negativos de insegurança, engodo, lesão, incerteza, dentre outras sensações que merecem compensação pecuniária razoável e prudente, na forma do artigo 944, do Código Civil.

Ademais, a Doutrina e a Jurisprudência têm ensinado que o dano simplesmente moral, sem repercussão no patrimônio, prova-se tão somente pela ofensa ou constrangimento, e dela é presumido, sendo o bastante para justificar a indenização. Veja-se o ensinamento de Yussef Said Cahali:

> *"(...) Parece mais razoável, assim, caracterizar o dano moral pelos seus próprios elementos; portanto, como a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos"... (CAHALI, Yussef Said, Dano Moral, 2ª Ed., ver., atual. E apl., 3ª tiragem, Revistas dos Tribunais, 1999, PP.20-21.)"*

Assim, como é cediço, a configuração dos danos morais independem da prova de prejuízos e de reflexos ou repercussão

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NAYARA SEVERIANO VIEIRA e outro(s) em 06/01/2026 às 21:51:16, sob o número WCAS25700003762460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 15pr23y6q.

patrimonial. A esse respeito, e à guisa de mera ilustração, já tem proclamado o STF que *"a indenização, a título de dano moral, não exige comprovação de prejuízo"* (RT 614/236), por ser esta uma consequência irrecusável do fato e um *"direito subjetivo da pessoa ofendida"* (RT 124/299). Com efeito, tal entendimento se justifica porque essas decisões partem do princípio de que a prova do dano moral está no próprio fato em si, como o afirmou o juiz DEMÓCRTIO RAMOS REINALDO FILHO, em r. voto proferido como Relator no Recurso n. 0228/1998 do I Colégio Recursal Cível de Pernambuco, em Sessão de Julgamento da 3ª Turma, em 20/09/1998, verbis:

> *A indenização a título de dano moral não exige comprovação de prejuízo, por ser este uma consequência irrecusável do fato e um direito subjetivo da pessoa ofendida. Fundamenta-se no princípio de que a prova do dano (moral) está no próprio fato, não sendo correto desacreditar na existência de prejuízo diante de situações potencialmente capazes de infligir dor moral. Esta não é passível de prova, pois está ligada aos sentimentos íntimos da pessoa. Assim, é natural admitir-se a responsabilidade civil, p. ex., na maioria dos casos de ofensa à honra, à imagem ou ao conceito da pessoa, pois subentende-se feridos seus íntimos sentimentos de autoestima.*

Sendo assim, é de inteira justiça que seja reconhecido aos Reconvintes o direito básico (artigo 6, inciso VI, do CDC) de serem indenizados pelos danos sofridos, em face da conduta negligente do Reconvindo em firmar contrato não assinado pelo pai dos Reconvintes, bem como sem obediência as regras específicas de contratação estabelecidas na legislação em vigor e nas Instrução Normativas do INSS, danos esses de natureza moral que são presumidamente reconhecidos, mesmo sem a inscrição do em cadastro restritivo de crédito:

> *APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.* ***EMPRÉSTIMO NÃO PACTUADO. DESCONTO INDEVIDO DAS PARCELAS EFETUADO DIRETAMENTE NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PERCEBIDO PELA AUTORA.*** *DÍVIDA INEXISTENTE. NEGLIGÊNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.* ***DEVER DE***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NATALINO SEVERIANO VICENTE e por VIEIRA, JULIANA DE ALMEIDA em 02/07/2026 às 21:58:16, sob o número WCAS22570003972460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 15pr23ky6q.

> ***INDENIZAR CARACTERIZADO. DANOS MORAIS PRESUMIDOS.*** *PLEITO DE MINORAÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. VALOR ADEQUADO AO GRAU DE CULPA DA APELANTE. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE OBSERVADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.* ***Configura dano moral presumido, passível de indenização, a atitude negligente da instituição financeira que desconta do benefício previdenciário percebido pela autora, parcela referente a empréstimo que esta não contratou.*** *"Comete ilícito, passível de indenização por dano moral, estabelecimento bancário que desconta do benefício previdenciário do autor, parcela referente a empréstimo consignado não contratado pelo consumidor. Mantém-se o valor dos danos morais arbitrados, quando em consonância com a posição econômica e social das partes, à gravidade de sua culpa e às repercussões da ofensa, desde que respeitada a essência moral do direito." (Ap. 2007.025411-6, de Lages, rel. Monteiro Rocha, Quarta Câmara de Direito Civil, 31/10/2008). (Grifamos).*

Ainda, tal entendimento encontra eco no Enunciado n. 06 da Turma Recursal do Tribunal de Justiça de Sergipe, transcrito:

> *"O desconto indevido em aposentadoria/benefício previdenciário, decorrente de fraude de terceiro, deve ter seu ônus suportado pela instituição financeira, restando a proteção aos direitos do idoso/beneficiado assegurada mediante a responsabilização pelos danos materiais e morais ocorridos".*

Ademais, ressaltamos que não se pode imputar ao consumidor a responsabilidade pelo ocorrido e deixá-lo desamparado, sem

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NAYARA ALVES e Estado de São Paulo, protocolado em 02/07/2026 às 21:51:16 e sob o número WCAS25700037246
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 1Sbr23ky6q.

qualquer espécie de tutela jurídica, a fim de que suporte sozinho os prejuízos de ato a que não deu causa, tendo em vista que compete ao Reconvindo agir com todo o zelo necessário para impedir tal situação, na medida em que, habituada às práticas comerciais, tem o dever de buscar a máxima segurança nas relações que estabelece com os consumidores.

A intensidade da culpa, os meios empregados, a falta de mínimos cuidados que levaram ao evento danoso e a condição de idoso, deverão influir no critério deste arbitramento, árduo e delicado, puramente subjetiva, cumprindo a reprimenda função pedagógica.

A reparação do dano moral visa não só minimizar a dor experimentada pelas vítimas, como **também punir o ofensor e atuar de forma a inibir ou desestimular a prática de novos atos ofensivos.** O arbitramento do valor da indenização deve, pois, ser prudente, equitativo e razoável, suficiente para ressarcir o prejuízo acarretado ao psiquismo dos ofendidos, sem caracterizar enriquecimento ilícito por parte destes.

Corroborando com o entendimento acima exposto, colhe-se da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

> *Comete ilícito, passível de indenização por dano moral, estabelecimento bancário que desconta do benefício previdenciário do autor, parcela referente a empréstimo consignado não contratado pelo consumidor.*

Com efeito, levando-se em conta que o Reconvindo é instituição financeira bastante conhecida no país, à gravidade dos fatos narrados, a reincidência de ações irregulares praticadas pelo Requerido e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, justa a fixação dos danos morais, neste caso, de valor não inferior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais), devendo ser acrescido de juros de mora no percentual, a contar do evento danoso e correção monetária.

No caso em tela trata-se de típica relação de consumo, uma vez que as partes se enquadram nos conceitos jurídicos de consumidor e fornecedor de serviços, conforme os artigos 2º e 3º, do Código de Defesa do Consumidor, respectivamente.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZNREINAATOSEERVAICENNOVEIRA e foi protocolado em 30/07/2026 às 21:51:16 sob o número WCAS25700037962026
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 0PK2SM5Vh.

Além disto, é entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, Súmula n. 297: *"o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras"*.

Ainda, o Código de Processo Civil estabelece regras quanto ao ônus da prova, senão vejamos:

> *Art. 333: O ônus da prova incumbe:*
>
> *I- ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;*
>
> ***II- ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*** *(Grifamos).*

No caso em comento, os Reconvintes não possuem subsídios para provar o que não aconteceu, pois se trata de um fato negativo. Deste modo, na medida em que o Requerente não pode fazer prova negativa, compete ao Requerido demonstrar eficazmente a solicitação dos serviços ou qualquer outro negócio que pudesse motivar os descontos realizados nos proventos do pai dos Reconvintes, já falecido.

Nesse sentido vem decidindo a jurisprudência pátria:

> *APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - COMPRA E VENDA DE CALCÁRIO - ÔNUS DA PROVA – DISTRIBUIÇÃO -* ***FATO NEGATIVO IMPOSSÍVEL DE PROVAR*** *- DESLOCAMENTO DO ÔNUS PARA A RÉ -* ***AUSÊNCIA DE PROVA HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DA RELAÇÃO JURÍDICA ENSEJADORA DO DÉBITO*** *– RECURSO CONHECIDO - IMPROVIDO. Tratando-se de ação declaratória de inexistência de débito, que teria advindo de uma suposta relação jurídica de compra e venda, não se pode imputar à autora o ônus da prova,* ***porque se trata, no caso, de negativa indeterminada, que não pode ser provada. Em casos tais, quando à ré comparece em juízo para***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZNREINATOSEERVATICENINOVIERA e foi protocolado em 30/07/2020 22:26:31 sob o número WCAS22570003972460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 1pk2ZMV.

> ***defender-se, alegando a existência da relação jurídica, é dela o ônus da prova de tal fato, porque a ela interessa a demonstração da existência de tal relação e do débito dela advindo****. Assim, não demonstrada a ocorrência de relação jurídica pela ré, ora recorrente, correta a sentença ao declarar inexistente o débito. (AC nº 872 MS 2010.000872-2, Quarta Turma Cível, TJMS, Rel. Rêmolo Letteriello, publicado em 12.02.2010). (Grifamos).*

Sendo assim, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, requer **a inversão do ônus da prova**, incumbindo ao Reconvindo a demonstração de todas as provas referentes ao pedido desta peça, principalmente possíveis instrumentos de contrato de empréstimo, assinado de forma física, em nome do pai dos Reconvintes.

Ante o exposto, é a presente para requerer que Vossa Excelência se digne:

a) Determinar a citação do Reconvindo para que apresente, querendo, defesa no prazo legal, sob pena de revelia e julgamento antecipado da lide;
b) Julgar **TOTALMENTE IMPROCEDENTE a Ação Monitória** interposta, com a Decretação da nulidade do referido contrato de empréstimo consignado e a Inexistência do Débito alegado pela Embargada;
c) Julgar **TOTALMENTE PROCEDENTE a Reconvenção** interposta, para condenar o banco Reconvindo à devolução em dobro de todos os valores descontados do benefício de aposentadoria/complementação do pai dos Reconvindos, com incidência de correção monetária e juros até o efetivo pagamento; Condenar ainda, o BANCO DO BRASIL S.A. por danos morais no importe mínimo de R$20.000,00 (vinte mil reais), ou, caso entenda Vossa Excelência, quantia arbitrada de acordo com a concepção deste Juízo;
d) A condenação do Embargado/Reconvindo ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios no importe máximo;
e) Incluir na esperada condenação do Embargado/Reconvinte, a INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA na forma da lei em vigor, desde sua citação;

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NATALIA CRISTINA VIEIRA e outro(s) em 02/07/2026 às 21:58:16, sob o número WCAS25700037962460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 0PK2SMV.

Vieira & Vieira
ADVOGADOS

f) Seja determinada a inversão do ônus da prova ante a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência dos Embargantes/Reconvintes, de acordo com o artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, essencialmente para a juntada do alegado instrumento de contrato de empréstimo consignado, fisicamente assinado por parte do Embargado/Reconvindo, além da comprovação da veracidade de eventual assinatura, se houver o contrato, se necessário, determinando a análise por perícia judicial especializada para produção de laudo conclusivo a respeito deste fato;

g) REQUERER que sejam todas as notificações e intimações relativas ao presente feito realizadas em nome dos advogados LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA, inscrito na OAB/SP sob O nº 223.122 e LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS, inscrita na OAB/SP sob o nº 278.513, sob pena de nulidade, nos termos do art. 272, §2º do NCPC.

Protesta por todo o gênero de provas e requer a sua produção pelos meios admitidos em direito.

Dá à reconvenção o valor de R$ 75.000,00.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campinas, 29 de janeiro de 2024.

Luiz Renato Blumlein Vieira
OAB/SP nº 223.122

Lidiane Blumlein Vieira Passos
OAB/SP nº 278.513

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, NATALIA CRISTINA VIEIRA e outro(s) em 06/02/2026 às 21:51:16, sob o número WCAS22570003972460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 0PK2ZZM.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO

IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA

FILIAÇÃO

LUIZ NELSON JOSÉ VIEIRA
MARLENE BLUMLEIN VIEIRA

NATURALIDADE

CAMPINAS-SP

DATA DE NASCIMENTO

02/08/1980

RG

27.133.953-6 - SSP SP

CPF

219.234.248-90

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS

NÃO

VIA

03

EXPEDIDO EM

25/03/2013

INSCRIÇÃO:

223122

MARCOS DA COSTA
PRESIDENTE

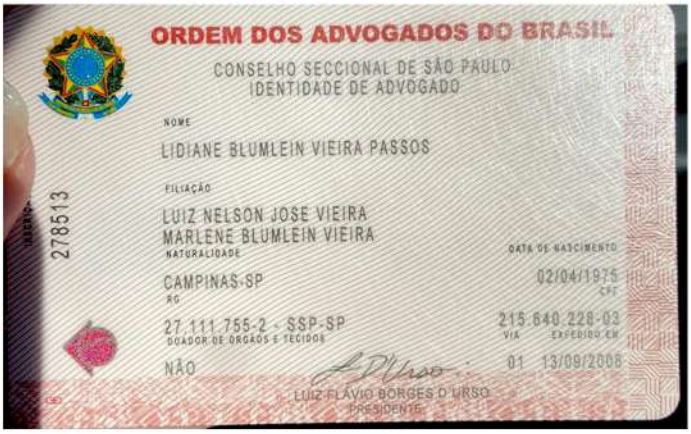
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 00777203

OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS

FILIAÇÃO
LUIZ NELSON JOSE VIEIRA
MARLENE BLUMLEIN VIEIRA

NATURALIDADE
CAMPINAS-SP

DATA DE NASCIMENTO
02/04/1975

RG
27.111.755-2 - SSP-SP

CPF
215.640.228-03

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA
01

EXPEDIDO EM
13/09/2006

LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO
PRESIDENTE

278513

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

07661128

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por VELISZNA VIEIRA ALTOE PINHEIRO e foi juntado aos autos do processo 0002412-89.2026.8.26.0114 e código 2LZ0022 em 06/01/2026 às 21:53:16 - sob o número WCAS26700003762460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0002412-89.2026.8.26.0114 e código 2LZ0022.

Selo nº 1151962PV000000038020722M
Consulte a Autenticidade do Selo Digital em https://selodigital.tjsp.jus.br/

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:
LUIZ NELSON JOSÉ VIEIRA

MATRÍCULA:
115196 01 55 2022 4 00199 034 0043718 60

PRIMEIRA VIA DE CERTIDÃO — CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL Sta Cruz 2º SUBDISTRITO - CAMPINAS-S.P.

CPF: 143.136.348-00

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE
Masculino	Branca	Viúvo, 84 anos de idade.

NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO	ELEITOR
Amparo, São Paulo	CPF nº 143.136.348-00, RG nº 3.164.433 SSP/SP	Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA
Filho de NELSON VIEIRA e de OLGA VIEIRA, falecidos. Residência do falecido: Avenida João Erbolato, nº 1407, Jardim Chapadão, Campinas, São Paulo

DATA E HORA DE FALECIMENTO	DIA	MÊS	ANO
Dezenove de novembro de dois mil e vinte e dois, às 17h30min.	19	11	2022

LOCAL DE FALECIMENTO
Hospital Vera Cruz S/A, Avenida Onze de Agosto, 495, Centro, Campinas-SP

CAUSA DA MORTE
pneumonia broncoaspirativa, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO	DECLARANTE
Cemitério Parque Flamboyant, Campinas, São Paulo	LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA, RG nº 27.133.953-6 SSP/SP, CPF/MF nº 219.234.248-90, profissão advogado, estado civil casado, residente na Rua Celso Egídio Sousa Santos, 22, Jardim Chapadão, Campinas, SP, filho do falecido

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO
João Carlos de Jesus, CRM 150213

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCER
Ato registrado no livro C-199, às folhas 34v, sob o nº 43718. Data do registro: 23 de novembro de 2022. Data do óbito: 19 de novembro de 2022. Profissão do falecido: advogado. Data de nascimento do falecido: 22 de março de 1938. Era eleitor. Viúvo de MARLENE BLUMLEIN VIEIRA, tendo sido casados aos 06/10/1972, no 3º Subdistrito de Campinas, SP, Livro B-76, folha 234, nº 19727. Deixou bens, não deixou testamento, era eleitor por Campinas, SP, deixou dois filhos maiores: LIDIANE e LUIZ. Foi realizada busca referente ao Cartório de Nascimento na CRC - Central de Informações do Registro Civil, não tendo sido localizado. Nada mais me cumpria certificar.
Certidão digitada por: Ana Paula de Sousa da Cunha, escrevente.
Desta certidão (valor recebido): Isento de emolumentos (primeira via de certidão).

ANOTAÇÕES DE CADASTRO
* As anotações de cadastro não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.
CPF nº 143.136.348-00, RG nº 3.164.433 SSP/SP

Nome do ofício
Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
Oficial registrador
Marismênia Spinola de Melo Pereira
Município/UF - Campinas-Estado de São Paulo
Endereço - Rua Delfino Cintra, 404 - Tel.(19) 2514-2100
campinas2@cartoriosantacruz.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Campinas, 23 de novembro de 2022.

Ana Paula de Sousa da Cunha, escrevente

115196 - AA000487268 07/22

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISANTA CONSERVATORIA DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS e Estado de São Paulo, protocolado sob o número 1000379-72.2023.8.26.0114 e código CYLKDZH.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código CYLKDZH.

CENTRO RADIOLÓGICO CAMPINAS
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

CENTRORADIOLOGICOCAMPINAS.COM.BR

Luiz Nelson Jose Vieira
D.N. 22/03/1938
Dr(a) Alexander Braun
Atendimento: 1138329 Data Entrada: 24/09/2020 08:30:09

ULTRASSONOGRAFIA DAS ARTÉRIAS CARÓTIDAS E VERTEBRAIS COM DOPPLER PULSADO E EM CORES

Espessamento mediointimal difuso, associado a placas de ateromas nas artérias carótidas comuns e nas bifurcações carotídeas, extensas e calcificadas em ambos os bulbo carotídeos, produzindo intensa sombra acústica posterior, impossibilitando a avaliação fidedigna do grau de estenose.
Não evidenciado fluxo na artéria vertebral direita.
Espessura do complexo mediointimal:
Lado direito: 2,3 mm
Lado esquerdo: 1,1 mm

Velocidades (cm/s)	Sistólica	Diastólica
Carótida comum direita	195	34
Carótida interna direita	106	43
Carótida externa direita	76	11
Vertebral direita	-	-
Carótida comum esquerda	118	27
Carótida interna esquerda	114	26
Carótida externa esquerda	87	12
Vertebral esquerda	24	12

Impressão Diagnóstica:
- **Doença ateromatosa carotídea.**
- **Extensas placas ateromatosas calcificadas nos bulbo carotídeos, impedindo a avaliação fidedigna do grau de estenose local. Sugerimos complementação com Angiotomografia Computadorizada das artérias carótidas.**
- **Não evidenciado fluxo na artéria vertebral direita.**

Dra. Aline Satomi Yumioka
CRM 134740

Aline Satomi Yumioka (CRM 134740) / AYUMIOKA / AYUMIOKA / ayumioka ayumioka

(19) 3739.3700
atendimento@centroradiologicocampinas.com.br

UNIDADE CASARÃO DO CAFÉ:
Av. Andrade Neves, 707- 2º andar
13013-161 - Campinas - SP

UNIDADE CASTELO:
Av. Francisco José de Camargo Andrade, 216
13070-055 - Campinas - SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DELLISZ NETO, ANA CAROLINA ALVES DE ARAUJO e ANA CAROLINA ALVES DE ARAUJO DELLISZ NETO em 02/07/2020 às 21:58:16 e sob o número WCAS25700003972020.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 5B4D7M1.

CENTRO RADIOLÓGICO CAMPINAS
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

CENTRORADIOLOGICOCAMPINAS.COM.BR

Luiz Nelson Jose Vieira
D.N. 22/03/1938
Dr(a) Alexander Braun
Atendimento: 1138450 Data Entrada: 24/09/2020 10:23:17

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE CRÂNIO

Técnica:

Exame com aquisição multiplanar sem a injeção de contraste paramagnético.

Relatório:

Lesão expansiva extra-axial com implantação meningea na porção mediana da fossa anterior (envolvendo o plano esfenoidal e a porção posterior da placa cribiforme), pouco hidratada e medindo 2,4 x 2,4 x 2,3 cm (LL x AP x CC). A lesão determina efeito expansivo com apagamento de sulcos corticais e deformidade do parênquima encefálico adjacentes (giros retos e orbitários bilaterais), sem edema. Não há sinais de invasão do parênquima adjacente. Não há invasão dos canais ópticos.

Estruturas da junção crânio-vertebral de aspecto anatômico preservado.

Moderado alargamento dos sulcos corticais dos hemisférios cerebrais, predominando nos lobos frontais e temporais, de forma bilateral e simétrica e dos hemisférios cerebelares.

Moderada dilatação compensatória do sistema ventricular supratentorial.

Diminutos e esparsos focos de hipersinal em TR longo localizados na substância branca fronto-parietal bilateral (Fazekas = 1) - habitual para a faixa etária.

A análise das estruturas mesiais dos lobos temporais demonstra hipocampos e cornos temporais de dimensões normais, com discreto alargamento das fissuras coroideas (MTA score = 2).

Ausência de lesões restritivas à difusão.

Impressão Diagnóstica:

- **Lesão extra-axial pouco hidratada na fossa anterior (mediana), compativel com meningioma de sulco olfatório.**
- **Moderada redução volumétrica encefálica difusa sem envolvimento das formações hipocampais.**
- **Focos na substância branca inespecíficos, mais frequentemente relacionados a microangiopatia leve (habitual para a faixa etária).**

Dr. Marcos Marins
CRM 95899

Marcos Marins (CRM 95899) / MMARINS / MMARINS / A.Freitas mmarins

(19) 3739.3700
atendimento@centroradiologicocampinas.com.br

UNIDADE CASARÃO DO CAFÉ:
Av. Andrade Neves, 707- 2º andar
13013-161 - Campinas - SP

UNIDADE CASTELO:
Av. Francisco José de Camargo Andrade, 216
13070-055 - Campinas - SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIZ NELSON JOSE VIEIRA e Marcos Marins Filho em 02/10/2020 às 21:51:16 e sob o número WCAS22570000379246
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 514417

CENTRO RADIOLÓGICO CAMPINAS
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

CENTRORADIOLOGICOCAMPINAS.COM.BR

Luiz Nelson Jose Vieira
D.N. 22/03/1938
Dr(a) Alexander Braun
Atendimento: 1158169 Data Entrada: 22/10/2020 14:55:59

ANGIOTOMOGRAFIA DE CARÓTIDAS E VERTEBRAIS

Técnica:
Realizadas sequências multislice com contraste.
Relatório:
Arco aórtico e troncos supra-aórticos:
Placas mistas, predominantemente calcificadas no arco aórtico e emergência dos grandes troncos, sem determinar estenoses.
Placas mistas e de superfície irregular, em grande parte das artérias subclávias, sem determinar estenose.
Placas cálcicas nas origens das artérias vertebrais, determinando estenoses acentuadas, sendo padrão oclusivo à direita e subocluso à esquerda.
Artérias vertebrais:
Oclusão de todo segmento da artéria vertebral direita no seu trajeto cervical e intracraniano. Há fluxo filiforme retrógrado no segmento proximo a junção com a artéria basilar. Alguns segmentos do trajeto cervical apresentam fluxo por via colateral, porém não contínuos.
Placas calcificadas no segmento V4 esquerdo, determinando estenoses moderadas, antes da emergência da artéria cerebelar póstero-inferior. Há placa na junção com a artéria basilar.
Afilamento do calibre da artéria basilar após a emergência das artérias cerebelares ântero-inferiores, associado a irregularidades parietais, devendo ser decorrente da existência de padrão fetal bilateral e também alterações ateromatosas.
Carótida direita:
Placa mole na carótida comum, determinando estenose leve a moderada no segmento médio e distal cervical.
Placa mista circunferencial na bifurcação e origens carotídeas, com placas predominantemente cálcicas no bulbo, com extensão de 1,8 cm determinando estenose de até 30% à 1,2 cm da sua origem.
Estenose leve da carótida externa proximal.
Placas cálcicas na carótida intracraniana cavernosa e supraclinóide, com estenoses leves (menor que 20%).
Carótida esquerda:
Placa mista na carótida comum, determinando estenose leve no segmento médio e distal cervical.
Placa mista circunferencial na bifurcação e origens carotídeas, com placas mistas no bulbo, com extensão de 2,0 cm determinando estenose de até 58% na sua origem. Ainda há placa cálcica no segmento cervical distal da artéria carótida interna, determinando estenose leve a moderada.
Placas cálcicas na carótida intracraniana cavernosa e supraclinóide, com estenoses leves (menor que 20%).
Impressão Diagnóstica:
Ateromatose com padrão misto cervical e intra-craniano, com comprometimento de grandes troncos, do sistema vértebro-basilar e carotídeo, destacando-se:
Oclusão da artéria vertebral direita.
Estenose de 58% do bulbo esquerdo.

Dra. Rafaela C. Nivoloni
CRM 109081

Rafaela Contesini Nivoloni (CRM 109081) / RNIVOLONI / RNIVOLONI / rnivoloni rnivoloni

(19) 3739.3700
atendimento@centroradiologicocampinas.com.br

UNIDADE CASARÃO DO CAFÉ:
Av. Andrade Neves, 707- 2º andar
13013-161 - Campinas - SP

UNIDADE CASTELO:
Av. Francisco José de Camargo Andrade, 216
13070-055 - Campinas - SP

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELLISZ NREIN AATKOSEER JAVICENIN NOVEIRA GIEES LUTRA Filho e foi juntado ao processo 0024152-89.2026.8.26.0114 e código 9A4D7M1 em 06/01/2026 às 21:51:16 - sob o número WCAS22570007972460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0024152-89.2026.8.26.0114 e código 9A4D7M1.

CENTRO RADIOLÓGICO CAMPINAS
DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

CENTRORADIOLOGICOCAMPINAS.COM.BR

Luiz Nelson Jose Vieira
D.N 22/03/1938
Dr(a) Alexander Braun
Atendimento: 1198389 Data Entrada: 29/01/2021 07:58:33

RADIOGRAFIA DIGITAL DO TÓRAX

Fios metálicos de cerclagem esternal.

Proeminência e ateromatose cálcica na crossa aórtica.

Parênquima pulmonar normotransparente.

Alterações osteodegenerativas da coluna torácica.

Dr Divaldo F Queiroz
CRM 12999

Divaldo Ferreira de Queiroz (CRM 12999) / DQUEIROZ / DQUEIROZ / vfilho dqueiroz

Página 1/1

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por DIVELLISZ NETO NATOS FERNANDES (Estado de São Paulo), protocolado em 30/01/2026 às 21:58:16 sob o número WCAS25700003762026
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0009245-89.2026.8.26.0114 e código 01A4D7M.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
4ª VARA CÍVEL
Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 32 e 34 - Bloco C - Jardim Santana
CEP: 13088-901 - Campinas - SP
Telefone: (19) 2101-3312 - E-mail: upj1a4campinascv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: 13h00min às17h00min

SENTENÇA

Processo nº:	**1042172-83.2023.8.26.0114**
Classe - Assunto	**Monitória - Contratos Bancários**
Requerente e Reconvinte:	**BANCO DO BRASIL S/A e outros**
Reconvindo e Requerido:	**BANCO DO BRASIL S/A e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **FERNANDA PEREIRA DE ALMEIDA MARTINS**

Vistos.

BANCO DO BRASIL S/A ajuizou ação monitória em face do **ESPÓLIO DE LUIZ NELSON JOSE VIEIRA**, nestes autos representado por **LUIS RENATO BLUMLEIN VIEIRA E LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS**. Alega que LUIZ NELSON firmou contrato de empréstimo consignado n° 978819262, assinado de forma eletrônica, em 08/11/2021, n o valor de R$129.404,58, parcelado em 96 parcelas mensais de R$2.260,42, a serem descontadas, a partir de 05/05/2022, de sua aposentadoria e complementação de aposentadoria, que eram depositadas em conta corrente junto à autora. Narra que o óbito ocorreu em 19/11/2022. Argumenta que o contratante deixou de adimplir com os pagamentos em 05/05/2023, ocorrendo assim o vencimento antecipado do contrato, em razão da alegada falta de pagamento. Requer sejam os herdeiros condenados a adimplir toda a dívida alegada, com juros e multa, no valor de R$142.959,18. Juntou documentos (fls. 08/135).

Citados (fls. 153/154), os réus/reconvintes apresentaram embargos monitórios com reconvenção (fls. 155/168). Argumentam ser o pai pessoa de idade com problema de irrigação no cérebro, de modo que o autor foi negligente ao não auferir as condições pessoais do contratante. Requer a decretação de nulidade do negócio jurídico pactuado e a indenização de R$20.000,00 por danos morais. Juntou documentos (fls. 169/177).

Houve réplica e contestação à reconvenção (fls. 183/215).

Instadas a se manifestarem, o autor/reconvindo pugnou pelo julgamento antecipado da lide (fls. 220/221) e os réus/reconvintes quedaram-se inertes (fl. 222).

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do art. 355, inciso I do Código de Processo Civil, pois reputo desnecessária a produção de outras provas, sendo suficientes aquelas já apresentadas nos autos para a solução da controvérsia instaurada.

Aplicáveis ao caso as disposições do Código de Defesa do Consumidor, tratando-se de relação de consumo, haja vista que a citada legislação também se ajusta às instituições financeiras, na esteira do entendimento sumulado pelo C. Superior Tribunal de Justiça na Súmula n° 297: *"O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras"*; logo, é direito da parte autora a facilitação da defesa de seus interesses em juízo, notadamente no tocante à inversão do ônus

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FERNANDA PEREIRA DE ALMEIDA MARTINS, liberado nos autos em 10/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1042172-83.2023.8.26.0114 e código 01DC23W.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
4ª VARA CÍVEL
Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 32 e 34 - Bloco C - Jardim Santana
CEP: 13088-901 - Campinas - SP
Telefone: (19) 2101-3312 - E-mail: upj1a4campinascv@tjsp.jus.br
Horário de Atendimento ao Público: 13h00min às17h00min

probatório.

De acordo com as normas constantes do CDC, especificamente de seu art. 14, caput, o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, constando ainda do 3º parágrafo do dispositivo mencionado algumas hipóteses em que é possível o afastamento da responsabilidade do fornecedor, bastando para tanto que comprove a inexistência do defeito imputado ou, ainda, que esse decorreu da culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Com efeito, os documentos de fls. 67/76; 119/121 demonstram a relação contratual entre as partes.

Nos embargos monitórios, os embargantes não impugnaram a existência da contratação, mas tão somente alegaram vício na manifestação da vontade do falecido genitor na pactuação do referido empréstimo consignado, em razão de questões de saúde e idade avançada.

Nesta senda, ainda que haja a inversão do ônus da prova, a comprovação de que a vontade do contratante não estava eivada de qualquer vício, seria produção de prova negativa, que, como tal, é impossível de ser realizada. Além disso, o genitor dos embargantes não estava à época da contratação, formalmente interditado, de modo que, para todos os efeitos, o contrato é válido.

Diante disso, o pedido reconvencional de indenização por danos morais, tendo em vista a regularidade da cobrança da referida dívida, é improcedente.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido monitório e **IMPROCEDENTES** os embargos monitórios para constituir de pleno direito o título executivo com obrigação de pagar quantia certa de R$ 142.959,18 (cento e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), sendo devedora a parte requerida e credora a parte autora, com incidência de correção monetária pela Tabela Prática do E. TJSP a partir do vencimento da obrigação e com juros de mora de 1% ao mês a partir do vencimento da dívida, até o limite da herança nos termos do art. 796 do Código de Processo Civil.

Nesses termos, **JULGO EXTINTO** o feito, com conhecimento de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Por fim, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido reconvencional e **EXTINTO** o feito, com conhecimento de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Diante da sucumbência, condeno os embargantes/reconvintes ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação.

P.I.C.

Campinas, 07 de agosto de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CAMPINAS - 4ª VARA CÍVEL, em 10/08/2024 às 15:25
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0024150-89.2026.8.26.0114 e código 110123W.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
4ª VARA CÍVEL
Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 32 e 34 - Bloco C - Jardim Santana
CEP: 13088-901 - Campinas - SP
Telefone: (19) 2101-3312 - E-mail: upj1a4campinascv@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº:	**1042172-83.2023.8.26.0114**
Classe - Assunto	**Monitória - Contratos Bancários**
Requerente e Reconvinte:	**BANCO DO BRASIL S/A e outros**
Reconvindo e Requerido:	**BANCO DO BRASIL S/A e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Fabio Varlese Hillal**

Vistos.

Recebo os embargos declaratórios, por serem tempestivos. No mérito, porém, improcedem, na medida que encerram conteúdo evidentemente infringente.

O embargante deverá valer-se da medida adequada se pretende alterar a sentença proferida, que examinou de forma clara e coerente todos os pontos que foram colocados sob apreciação.

Acrescento, finalmente, que o órgão judicial para expressar sua convicção não está adstrito a todos os argumentos levantados pela parte. Deve dizer o direito, pronunciando-se sobre as questões de fato e direito com as quais concluiu seu julgado, de forma deixar claras as razões que o levaram a concluir pela procedência ou não do pedido.

Posto isso, julgo improcedentes os embargos e mantenho a sentença em todos os seus termos.

Intime-se.

Campinas, 11 de outubro de 2024.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FABIO VARLESE HILLAL, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1042172-83.2023.8.26.0114 e código 26700766460

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000172079

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1042172-83.2023.8.26.0114, da Comarca de Campinas, em que são apelantes LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA e LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS, é apelado BANCO DO BRASIL S/A.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 16ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores COUTINHO DE ARRUDA (Presidente) E SIMÕES DE VERGUEIRO.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

MARCELO IELO AMARO
Relator
Assinatura Eletrônica

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO IELO AMARO, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1042172-83.2023.8.26.0114 e código 01HZZMQ0/h.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO Nº 4975
APELAÇÃO Nº: 1042172-83.2023.8.26.0114
COMARCA: CAMPINAS
APELANTE: LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA (CAUSA PROPRIA)
APELANTE: LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS (CAUSA PROPRIA)
APELADO: BANCO DO BRASIL S/A

MONITÓRIA − Contrato de Crédito Direto ao Consumidor - Sentença de procedência da ação monitória e improcedência dos embargos monitórios e reconvenção − Apelo dos embargantes − Contrato assinado eletronicamente (via mobile), com informações e sobre a forma de contratação − Incontroverso o crédito do recurso financeiro pelo Banco na conta do devedor (de cujus) − Alegação genérica de nulidade contratual por incapacidade em razão de idade avançada do contratante ou de possível fraude − Não acolhimento − Ausência de comprovação da incapacidade do devedor à época da contratação − Embargantes que instados a especificarem provas a produzir, quedaram-se inertes, deixando transcorrer in albis o prazo para postularem por eventual prova pericial documentoscópica digital para se aferir se a assinatura eletrônica via mobile se originou de aparelho pertencente ao falecido e cadastrado regularmente perante o Banco − Validade da contratação – Mantida a constituição do título executivo e a condenação dos embargantes ao pagamento do débito até o limite da herança (art. 796 CPC),, bem como a improcedência dos embargos monitórios e o pleito reconvencional − SENTENÇA MANTIDA, majorada a verba honorária, nos termos do §11, art. 85, CPC − **RECURSO NÃO PROVIDO**.

A r. sentença de fls. 226/227, de relatório adotado, julgou improcedentes os Embargos Monitórios e pedido reconvencional e julgou procedente o pedido formulado na Ação Monitória ajuizada por **BANCO DO BRASIL S/A** em face de **ESPOLIO DE LUIZ NELSON JOSE VIEIRA, representado por LUIS RENATO BLUMLEIN VIEIRA E LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS**, *para "constituir de pleno direito o título executivo com obrigação de pagar quantia certa de R$ 142.959,18 (cento e cinquenta e dois mil e novecentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos), sendo devedora a parte requerida e credora a parte autora, com incidência de correção monetária pela Tabela Prática do E. TJSP a partir do vencimento da obrigação e com juros de mora de 1% ao mês a partir do vencimento da dívida, <u>até o limite da herança nos termos</u>*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIZ ANTONIO DE LIMA VIDIGAL, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1042172-83.2023.8.26.0114 e código 01HZ1KD/h.

do art. 796 do Código de Processo Civil. Nesses termos, JULGO EXTINTO o feito, com conhecimento de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil. Por fim, JULGO IMPROCEDENTE o pedido reconvencional e EXTINTO o feito, com conhecimento de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno os embargantes/reconvintes ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação". Embargos de declaração opostos pelos embargantes e rejeitados às fls. 233.

Inconformados, apelam os embargantes visando a reforma do r. Julgado. Invocam a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor à hipótese e a inversão do ônus da prova. Aduzem que *"não deferiu a inversão do ônus da prova para solicitar que o Banco Apelado apresentasse o contrato assinado fisicamente, uma vez que os apelantes desconheciam a alegada contratação de empréstimo consignado por seu pai já falecido. Esse desconhecimento se trata de impugnação a existência da contratação"* (fl. 239). Asseveram que o contrato é nulo, porquanto pois seu falecido genitor era idoso, 83 anos de idade, com sérios problemas de saúde, foi vítima de possível fraude, sendo impossível ter assinado o contrato dentro de uma das agências bancárias, conforme determina a IN/INSS Nº 28, pois não saía de casa e nem dirigia (fl. 241), nem tampouco conhecimento tecnológico para contratar digitalmente um empréstimo via computador ou aparelho celular. Requerem a reforma da sentença para julgar procedentes os embargos monitórios para declarar a nulidade do contrato de empréstimo sub judice e a inexistência de débitos a ele referentes, bem como a procedência da reconvenção para condenar o Banco apelado a restituição em dobro de valores indevidamente descontados e indenização por danos morais, com inversão das verbas de sucumbência (fls. 236/252).

Recursos tempestivo, regularmente processado, com complementação do preparo pelos embargantes (fls. 290/291). Contrarrazões às fls. 258/283. Aguarda conhecimento em Segundo Grau de Jurisdição.

É o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FELIPE CONRADO DE ANDRADE, Tribunal de Justiça de São Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1042172-83.2026.8.26.0114 e código 01JKZMQ7H.

Inicialmente, vale registrar que a relação jurídica discutida nos autos é de consumo, submetendo-se assim, especialmente, à Lei nº 8.078/90, sem exclusão das normas pertencentes a ramos jurídicos distintos, naquilo que for pertinente (diálogo das fontes).

Trata-se de ação monitória promovida pelo Banco apelado com a finalidade de receber quantia relativa ao contrato de Crédito Direto ao Consumidor nº 978819262, no valor de R$ 142.959,18 (setembro/2023). O instrumento contratual no qual se lastreia o pedido monitório está acostado à fls. 67/73, assinado eletronicamente via mobile em 08/11/2021, acompanhado de planilha demonstrativa de evolução do débito (fls. 74/76), cópia de contrato físico de adesão a produtos e serviços, quando da abertura da conta em 13/08/2010, assinado de próprio punho pelo contratante (fls. 119/121) e notificação extrajudicial (fls. 122/123) o que atende ao conceito de "prova escrita sem eficácia de título executivo" previsto no art. 700, do CPC.

Não obstante a combatividade com que os apelantes (ambos advogados em causa própria e filhos do falecido) sustentam a invalidade da contratação, anota-se que não houve negativa quanto ao recebimento do crédito em conta pelo falecido Luiz Nelson Jorge Vieira. Observa-se ainda, que não se trata de empréstimo modalidade consignado, como sustentam os apelantes, mas de Crédito Direito ao Consumidor, modalidade BB Renovação de Consignação, mediante descontos das parcelas mediante débito no dia 05 do mês, na agência/conta corrente: 4893-3/190.273-3 (fl. 67).

Ressalta-se, ademais, que os recorrentes limitam-se a invocar a cópia do contrato assinado fisicamente, discorrendo genericamente sobre a limitação de seu falecido genitor em razão da idade avançada, ou seja, falta de manifestação inequívoca de vontade do de cujus ao efetuar a contratação, todavia, a assinatura ocorreu na modalidade eletrônica, por meio de autoatendimento mobile, o que, por si só, não implica em nenhuma irregularidade.

Insta mencionar que por se tratar de empréstimo realizado por meio eletrônico, o próprio titular da conta corrente adere aos termos da contratação, no caso via mobile, mediante confirmação por senha pessoal e token. Inexiste, na hipótese,

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LUIZ ANTONIO RIBEIRO MARCONDES FILHO, em 24/02/2026 às 15:30, sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1042172-83.2023.8.26.0114 e código 01HZZMV.

instrumento físico, com assinatura manuscrita pelo contratante como pretendem os apelantes.

No tocante a alegação de que o devedor à época da contratação *"já sofria com alguns problemas de saúde , como lapsos de memória por baixa irrigação do cérebro"* (fl 239, razões recursais), dos exames de fls. 174/177 não consta nenhum diagnóstico acerca da incapacidade mental do falecido (como demência ou alzheimer), ou seja, não há prova de sua incapacidade absoluta ou mesmo relativa para os atos da vida civil na época da contratação, nem sequer de eventual ajuizamento de processo de interdição.

A propósito, destacou o Magistrado sentenciante:

> *"Nos embargos monitórios, os embargantes não impugnaram a existência da contratação, mas tão somente alegaram vício na manifestação da vontade do falecido genitor na pactuação do referido empréstimo consignado, em razão de questões de saúde e idade avançada.*
>
> *Nesta senda, ainda que haja inversão do ônus da prova, a comprovação de que a vontade do contratante não estava eivada de qualquer vício, seria produção de prova negativa, que como tal, é impossível de ser realizada. Além disso, o genitor dos embargantes não estava à época da contratação, formalmente interditado, de modo que, para todos os efeitos, o contrato é válido"* (fl. 227).

Oportuno destacar ainda, que não há verossimilhança na alegação genérica de "possível fraude" na contratação, uma vez que os apelantes não impugnaram o crédito em conta contratado pelo falecido, e quando instados a especificarem provas a produzir (fl. 217), os embargantes quedaram-se inertes (certidão fl. 122), deixando correr *in albis* o prazo para postularem por eventual perícia documentocópica digital para constatar se o aparelho do qual se originou a assinatura eletrônica via mobile pertencia ao falecido devedor e estava cadastrado regularmente junto ao Banco, ônus que lhe incumbia (art. 373, II, CPC). Observa-se que nas razões recursais, nem cogitaram alegação de nulidade da sentença, por cerceamento de defesa, limitando-se e requererem a declaração de invalidade do contrato, com devolução de valores em dobro e indenização por danos morais.

A propósito, já decidiu este E. Tribunal, em casos semelhantes:

> *DIREITO PROCESSUAL CIVIL.* ***AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO FORMALIZADO EM AMBIENTE ELETRÔNICO. PROVA DOCUMENTAL***

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por FELIPE CONRADO DE ABREU ZIOBRO, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1042172-83.2026.8.26.0114 e código 01HZMQV.

> ***SUFICIENTE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS MONITÓRIOS. LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE ÀS FORÇAS DA HERANÇA.*** *INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. TÍTULO CERTO, LÍQUIDO E EXIGÍVEL. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.* (Apelação Cível nº 1009618-25.2023.8.26.0590, Núcleo de Justiça 4.0, Rel. Paulo Sergio Mangerona, DJ 04/02/2025 - grifei).
>
> ***AÇÃO MONITÓRIA. Contrato de Crédito ao Consumidor acompanhado do demonstrativo de débito. Existência de prova escrita sem eficácia de título executivo. Dicção do art. 700, do CPC. Devedor falecido. Recebimento do crédito não negado nos autos. Impugnação genérica da assinatura lançada no contrato. Descabimento. Assinatura eletrônica válida. Precedentes desta Corte. Pretensa nulidade do negócio jurídico em razão de incapacidade do devedor. Impossibilidade. Ausência de comprovação de que estava incapacitado para os atos da vida civil no momento da contratação. Inexistência de processo de interdição.*** *Honorários advocatícios. Redução descabida. Tema Repetitivo 1.076, do STJ. Impossibilidade de arbitramento por equidade. Sentença mantida. RECURSOS DESPROVIDOS.* (Apelação Cível nº 1009059-78.2021.8.26.0286, 38ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Anna Paula Dias Costa, DJ 15/03/2024 – grifei).

Feitas tais considerações, demonstrada a existência da contratação do empréstimo *sub judice* cobrado na presente ação monitória e ausente prova de pagamento, deve ser mantida a r. sentença de procedência da ação monitória, que condenou os embargantes ao pagamento do debito, até o limite da herança (art. 796, CPC), bem como mantida a improcedência dos pleito reconvencional.

Quanto à honorária recursal, sob Tema Repetitivo 1059 (1.865.553/PR, 1.865.223/SC e 1.864.633/RS), julgado em 09/11/2023, formou-se a seguinte tese jurídica de eficácia vinculante: "*A majoração dos honorários de sucumbência prevista no art. 85 § 11 do CPC pressupõe que o recurso tenha sido integralmente desprovido ou não conhecido pelo tribunal, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente. Não se aplica o art. 85 § 11 do CPC em caso de provimento total ou parcial do recurso, ainda que mínima a alteração do resultado do julgamento, limitada a consectários da condenação*"; assim, em razão do improvimento do recurso, majoram-se a verba honorária fixada em 10% do valor da causa, para 15%.

Por fim, sedimentado entendimento de que não está obrigado o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES, Tribunal de Justiça de São Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1042172-83.2026.8.26.0114 e código 01HZ2MQ.

julgador a citar todos os artigos de lei e da Constituição Federal para fins de prequestionamento, ficando, então, consideradas prequestionadas toda a matéria e disposições legais discutidas pelas partes.

Por todo o exposto, **nega-se provimento ao recurso.**

MARCELO IELO AMARO
Relator

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO IELO AMARO, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1042172-83.2023.8.26.0114 e código QLHZMOV.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SJ 3.2 - Unidade de Processamento Judicial de Direito Privado 2
Pátio do Colégio, 73 - 3º andar - Centro Histórico de São Paulo - CEP: 01016-040 - São Paulo/SP - 3292-4900 r2216

CERTIDÃO

Processo nº:	**1042172-83.2023.8.26.0114**
Classe – Assunto:	**Apelação Cível - Contratos Bancários**
Apelante	**Luiz Renato Blumlein Vieira e outro**
Apelado	**Banco do Brasil S/A**
Relator(a):	**MARCELO IELO AMARO**
Órgão Julgador:	**16ª Câmara de Direito Privado**

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o v. acórdão transitou em julgado em 26/03/2025.

São Paulo, 14 de abril de 2025.

Linda Inês Boa Vista Acioly - Matrícula: M378742
Escrevente Técnico Judiciário

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por LINDA INES BOA VISTA ACIOLY e foi juntado aos autos do processo 1042172-83.2023.8.26.0114 e código QUKDMM7 em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 1042172-83.2023.8.26.0114 e código QUKDMM7.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

fls. 106

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
53300000638	2038	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: BANCO DO BRASIL S.A.

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

DFN2199357936

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	017			ATA DE REUNIAO DO CONSELHO ADMINISTRACAO
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

BRASILIA
Local

5 Agosto 2021
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐

___/___/_____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐

___/___/_____ Data _____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9uRwqeH.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/098.695-6	DFN2199357936	26/07/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	05/08/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br

Selo Ouro - Certificado Digital

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

BANCO DO BRASIL

2021/24

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM DOIS DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM

Em dois de julho de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, realizou-se reunião extraordinária não presencial do Conselho de Administração do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8), secretariada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte - Brasília (DF), CEP 70040-912, sob presidência da Sra. Iêda Aparecida de Moura Cagni e com a participação dos conselheiros Aramis Sá de Andrade, Débora Cristina Fonseca, Fausto de Andrade Ribeiro, Paulo Roberto Evangelista de Lima, Rachel de Oliveira Maia e Walter Eustáquio Ribeiro. Ausente o Sr. Waldery Rodrigues Júnior.

O Conselho de Administração (CA):

1. ELEIÇÃO/REELEIÇÃO DE MEMBROS PARA A DIRETORIA EXECUTIVA – elegeu, nos termos do art. 21, X, do Estatuto Social, como membro da Diretoria Executiva do BB, o Sr. Thiago Affonso Borsari, adiante qualificado, e reelegeu, nos mesmos termos, também para a Diretoria Executiva, os membros abaixo qualificados, todos para exercício do mandato 2021-2023, esclarecido que atendem às exigências legais e estatutárias:

<u>Vice-presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos:</u>

Ana Paula Teixeira de Sousa, brasileira, nascida em 02.09.1970, divorciada, bancária, inscrita no CPF/MF sob o nº 536.875.581-34, portadora da Carteira de Identidade nº 1200819, expedida em 28.06.1988, pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

<u>Vice-presidente de Governo e Sustentabilidade Empresarial:</u>

Antônio José Barreto de Araújo Júnior, brasileiro, nascido em 28.03.1977, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 273.163.698-09, portador da Carteira de Identidade nº 24737957-8, expedida em 29.05.2010 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço:

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Vice-Presidente de Negócios de Varejo:

Carlos Motta dos Santos, brasileiro, nascido em 03.09.1970, solteiro, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 933.876.287-49, portador da Carteira de Identidade nº 082099037, expedida em 23.03.1994 pelo Instituto de Identificação Félix Pacheco do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Vice-presidente Corporativo:

Ênio Mathias Ferreira, brasileiro, nascido em 30.03.1971, casado sob o regime de comunhão universal de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 725.078.106-53, portador da Carteira de Identidade nº 1309413, expedida em 23.04.2009 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Vice-presidente de Negócios de Atacado:

João Carlos de Nobrega Pecego, brasileiro, nascido em 12.03.1964, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.263.938-06, portador da Carteira de Identidade nº 12471966-1, expedida em 08.09.2005 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores:

José Ricardo Fagonde Forni, brasileiro, nascido em 27.02.1971, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 455.261.501-78, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 595174265, expedida em 21.05.2018 pela Departamento Nacional de Trânsito do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Vice-presidente de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia:

Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima, brasileiro, nascido em 25.10.1966, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 875.177.797-53, portador da Carteira de Identidade nº 06959497-6, expedida em 11.10.2017 pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Vice-presidente de Agronegócios:

Renato Luiz Bellinetti Naegele, brasileiro, nascido em 07.10.1962, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF/MF sob o nº 308.076.621-00, portador da Carteira de Identidade nº 552950, expedida em 12.11.2018 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 15° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Controles Internos:

Adelar Valentim Dias, brasileiro, nascido em 07.10.1959, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 296.062.179-49, portador da Carteira de Identidade nº 14426945, expedida em 14.10.2002, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 7° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Agronegócios:

Antonio Carlos Wagner Chiarello, brasileiro, nascido em 03.02.1981, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 956.263.100-10, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00623245660, expedida em 14.05.2019 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 11º andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Diretora de Clientes Varejo MPE e PF:

Carla Nesi, brasileira, nascida em 19.08.1971, divorciada, bancária, inscrita no CPF/MF sob o nº 101.295.868-03, portadora da Carteira de Identidade nº 19520816-x, expedida em 14.02.2000 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 3° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio:

Eder Luiz Menezes de Faria, brasileiro, nascido em 19.08.1969, casado sob o regime de separação total de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 626.084.106-00, portador da Carteira de Identidade nº 3617452, expedida em 26.10.1995 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 13° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Meios de Pagamentos e Serviços:

Edson Rogério da Costa, brasileiro, nascido em 29.12.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 510.309.260-34, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01524123140, expedida em 16.12.2017, pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 2° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Contadoria:

Eduardo Cesar Pasa, brasileiro, nascido em 02.09.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 541.035.920-87, portador da Carteira de Identidade nº 1044834388, expedida em 28.07.1986 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 4° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Diretor de Crédito:

Felipe Guimarães Geissler Prince, brasileiro, nascido em 25.05.1978, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 036.435.856-50, portador da Carteira de Identidade nº 7717266, expedida em 06.01.2009 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 7° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor *Corporate and Investment Banking*:

Francisco Augusto Lassalvia, brasileiro, nascido em 26.10.1979, solteiro, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 288.355.918-05, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02638356679, expedida em 08.05.2017 pela Departamento nacional de Trânsito do Estado do Espírito Santo. Endereço: Avenida Paulista, 1230, Edifício BB São Paulo, 8º andar, Bela Vista, CEP 1310-901- São Paulo (SP);

Diretor Gestão de Riscos:

Gerson Eduardo de Oliveira, brasileiro, nascido em 12.01.1969, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 435.431.620-04, portador da Carteira de Identidade nº 5027284818, expedida em 22.01.1982 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Note, 6° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Operações:

João Leocir Dal Rosso Frescura, brasileiro, nascido em 03.08.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 488.634.670-72, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01392271360, expedida em 18.08.2020 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Note, 12° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Diretor de Controladoria:

João Vagnes de Moura Silva, brasileiro, nascido em 10.10.1971, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 584.043.411-68, portador da Carteira de Identidade nº 1169742, expedida em 08.05.1987 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 4° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretora Jurídica:

Lucinéia Possar, brasileira, nascida em 08.02.1966, solteira, advogada, inscrita no CPF/MF sob o nº 540.309.199-87, portadora da Carteira de Identidade nº 01654419, expedida em 31.03.2009 pela Ordem dos Advogados do Brasil. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 8° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Segurança Institucional:

Luiz Fernando Ferreira Martins, brasileiro, nascido em 17.09.1968, casado sob o regime de separação total de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 843.144.517-34, portador da Carteira de Identidade nº 07578650-9, expedida em 04.09.2002 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 14° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Soluções em Empréstimos e Financiamentos:

Marco Túlio de Oliveira Mendonça, brasileiro, nascido em 30.06.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 749.403.336-04, portador da Carteira de Identidade nº M-4247863, expedida em 02.09.1985 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 2° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Diretor Estratégia e Organização:

Márvio Melo Freitas, brasileiro, nascido em 09.11.1977, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 692.983.941-87, portador da Carteira de Identidade nº 1416328, expedida em 21.12.2005 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 12° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Finanças:

Mauricio Nogueira, brasileiro, nascido em 10.08.1970, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 991.894.537-00, portador da Carteira de Identidade nº 07996270-0, expedida em 10.08.2010 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 5° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretora Marketing e Comunicação:

Paula Sayão Carvalho Araujo, brasileira, nascida em 20.06.1975, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, bancária, inscrita no CPF/MF sob o nº 539.989.951-53, portadora da Carteira de Identidade nº 1478696, expedida em 27.09.1991 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 6° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Governo:

Paulo Augusto Ferreira Bouças, brasileiro, nascido em 28.10.1971, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 652.066.736-68, portador da Carteira de Identidade nº 4180817, expedida em 20.08.2019 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Sul, 10° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Diretor Governança de Entidades Ligadas:

Rodrigo Felippe Afonso, brasileiro, nascido em 26.05.1973, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 173.173.698-37, portador da Carteira de Identidade nº 19128425, expedida em 31.08.1984 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 12° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor de Reestruturação de Ativos Operacionais:

Ronaldo Simon Ferreira, brasileiro, nascido em 11.06.1972, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 117.685.018-07, portador da Carteira de Identidade nº 19803715-6, expedida em 26.01.2016 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 8° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Gestão da Cultura e de Pessoas:

Thiago Affonso Borsari, brasileiro, nascido em 07.10.1983, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 305.759.718-19, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02054050926, expedida em 15.01.2020 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Central, 7° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Diretor Atendimento e Canais:

Thompson Soares Pereira César, brasileiro, nascido em 08.04.1969, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, bancário, inscrito no CPF/MF sob o nº 995.503.187-53, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 00647283518, expedida em 03.10.2017 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado de São Paulo. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 3° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

2. ELEIÇÃO DE MEMBRO PARA O COMITÊ DE PESSOAS, REMUNERAÇÃO E ELEGIBILIDADE (COREM) - elegeu como membro do Corem, para o mandato 2021/2023, nos termos do art. 21, XVI, do Estatuto Social, na qualidade de membro independente escolhido a critério do Conselho de Administração (art. 3º, §1°, III, do Regimento Interno do Corem), o Sr. Aramis Sá de Andrade, a seguir qualificado, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias e que, conforme art. 34, §8º, do Estatuto Social, será investido em seu cargo nesta data, independentemente de assinatura do termo de posse:

Aramis Sá de Andrade, brasileiro, nascido em 24.01.1965, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 215.819.592-49, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02434530902, expedida em 04.11.2019 pelo Departamento Nacional de Trânsito do Distrito Federal. Endereço: SAUN, Quadra 5, Lote B, Edifício Banco do Brasil, Torre Norte, 16° andar, Asa Norte, CEP 70040-912 - Brasília (DF);

Foi registrado que o conselheiro Aramis Sá de Andrade se absteve da deliberação de sua própria eleição como membro do Corem, de forma a se elidir qualquer potencial conflito de interesse.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, (Ass. Rodrigo Nunes Gurgel), Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros.

Ass.) Iêda Aparecida de Moura Cagni, Aramis Sá de Andrade, Débora Cristina Fonseca, Fausto de Andrade Ribeiro, Paulo Roberto Evangelista de Lima, Rachel de Oliveira Maia e Walter Eustáquio Ribeiro.

ESTE DOCUMENTO É PARTE TRANSCRITA DO LIVRO 30, PÁGINAS 143 A 152

Iêda Aparecida de Moura Cagni
Presidente do Conselho de Administração

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/098.695-6	DFN2199357936	26/07/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
820.132.251-72	IEDA APARECIDA DE MOURA CAGNI	06/08/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br

Selo Ouro - Certificado Digital

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BANCO DO BRASIL S.A., de CNPJ 00.000.000/0001-91 e protocolado sob o número 21/098.695-6 em 04/08/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1717531, em 09/08/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador THAIZE DOS SANTOS COSTA.
Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	05/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
820.132.251-72	IEDA APARECIDA DE MOURA CAGNI	06/08/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 05/08/2021

Documento assinado eletronicamente por THAIZE DOS SANTOS COSTA, Servidor(a) Público(a), em 09/08/2021, às 09:51.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisdf informando o número do protocolo 21/098.695-6.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO

Brasília. segunda-feira, 09 de agosto de 2021

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1717531 em 09/08/2021 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFN2199357936 04/08/2021. Autenticação: EAF198B12D134332EF70AE6D55C9B0C5E9A1C14. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 21/098.695-6 e o código de segurança jWzb Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 09/08/2021 por Maxmiliam Patriota Carneiro – Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

fls. 120

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
53300000638	2038	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: BANCO DO BRASIL S.A.

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

DFE2200409437

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	019			ESTATUTO SOCIAL

BRASILIA
Local

8 Agosto 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável

☐ NÃO ___/___/_____ _____ Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐

___/___/_____ Data _____ Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐

___/___/_____ Data _____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justiça do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9uRwqeH.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/094.588-8	DFE2200409437	08/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	08/08/2022

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br

Selo Ouro - Certificado Digital

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 16313/2022–BCB/Deorf/Difin
PE 212467

Brasília, 3 de agosto de 2022.

Ao
Banco do Brasil S.A.
SAUN Quadra 5, Lote B, Ed. Banco do Brasil – 16º Andar – Torre Norte
70040-912 Brasília – DF

A/C do Senhor Paulo Eduardo da Silva Guimarães
Diretor de Estratégia e Organização

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito – Reforma estatutária.

Prezado Senhor,

Comunicamos que este Banco Central, por despacho de 2 de agosto de 2022, aprovou a reforma estatutária deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2022.

2. Anexamos cópia digitalizada do estatuto consolidado com as alterações aprovadas na referida assembleia, atestando, para fins de arquivamento no Registro do Comércio, que esse documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,

André Ricardo Moncaio Zanon
Chefe de Divisão
(Assinado digitalmente)

Victor Teodoro de Melo Sanches
Analista
(Assinado digitalmente)

Anexo: 1 documento; 29 folhas.

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Divisão de Organização do Sistema Financeiro e de Pagamentos (Difin)
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 19° andar – Asa Sul – 70074-900 Brasília – DF
Tel.: (61) 3414-2854

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

ESTATUTO SOCIAL

Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10.3.1942, arquivada no Registro do Comércio, sob o número 17.298, em 7.4.1942; e modificado pelas seguintes Assembleias Gerais com seus respectivos registros: 24.6.1952 **(23.896 de 15.07.52)**, 19.4.1956 **(43.281 de 29.05.56)**, 03.08.1959 **(68.010 de 09.10.1959)**, 15.05.1961 (**122 de 14.07.61)**, 06.11.1961 **(205 de 15.12.61)**, 25.4.1962 **(291 de 27.06.62)**, 26.4.1963 **(439 de 29.05.63)**, 03.08.1964 **(675 de 10.09.64)**, 01.02.1965, **(836 de 18.03.65)** 04.02.1966 **(1.162 de 29.03.66)**, 08.07.1966 **(1.305 de 18.08.66)**, 20.04.1967 **(1.513 de 06.09.67)**, 15.08.1967 **(1544 de 11.10.67)** 25.02.1969 **(2.028 de 22.05.69)** 18.12.1969 **(2.360 de 19.02.70)**, 31.07.1970 **(2.638 de 06.10.70)**, 24.11.1971 **(3.241 de 28.12.71)**, 17.04.1972, **(3.466 de 11.07.72)** 01.09.1972 **(3.648 de 21.11.72)**, 18.09.1973 **(4.320 de 18.10.73)** 09.10.1974 **(5.121 de 12.11.74)**, 15.04.1975 **(5.429 de 22.04.75)**, 23.10.1975 **(5.853 de 25.11.75)**, 02.04.1976, **(6.279 de 15.06.76)** 08.11.1976 **(6.689 de 02.12.76)**, 18.04.1977 **(7.078 de 19.05.77)**, 10.11.1977 **(7.535 de 09.12.77)**, 12.03.1979 **(8.591 de 08.05.79)**, 23.04.1980 **(53.925.4 de 09.05.80)**, 28.04.1981 **(53.1002.9 de 01.06.81)**, 31.03.1982 **(53.1.2908 de 03.06.82)**, 27.04.1983 **(53.1.3670 de 25.07.83)**, 29.03.1984 **(53.1.4194 de 21.05.84)**, 31.07.1984 **(53.1.4440 de 21.09.84)**, 05.03.1985 **(53.1.4723 de 08.04.85)**, 23.12.1985 **(15361 de 16.04.86)** 07.04.1986 **(15420 de 15.05.86)**, 27.04.1987 **(16075 de 04.06.87)**, 05.08.1987 **(16267 de 10.09.87)**, 20.04.1988 **(16681 de 26.05.88)**, 15.02.1989 **(531711.0 de 10.03.89)**, 19.04.1989 **(531719.1 de 22.05.89)**, 08.03.1990 **(531712.4 de 24.04.90)**, 14.05.1990 **(531727.8 de 02.07.90)**, 29.06.1990 **(531735.6 de 01.08.90)**, 24.04.1991 **(531780.2 de 31.05.91)**, 12.11.1991 **(539724.2 de 06.12.91)**, 29.04.1992 **(5310645.4 de 22.05.92)**, 10.12.1992 **(5312340,0 de 01.02.93)**, 30.12.1992 **(5312485,0 de 01.03.93)**, 30.04.1993 **(5313236,6 de 24.06.93)**, 05.10.1993 **(5314578,8 de 07.12.93)**, 27.12.1993 **(5314948,6 de 28.01.94)**, 27.01.1994 **(5312357,1 de 10.03.94)**, 28.04.1994 **(5315254.1 de 20.07.94)**, 25.04.1995 **(5317742,5 de 14.09.95)**, 14.11.1995 **(5318223,1 de 13.12.95)**, 29.03.1996 **(5318902,9 de 09.05.96)**, 23.04.1996 **(5319068,7 de 12.06.96)**, 17.06.1996 **(5319241,0 de 05.07.96)**, 25.09.1996 **(960476369 de 13.11.96)**, 23.04.1997 **(970343256 de 20.06.97)**, 13.10.1997 **(970662831 de 13.11.97)**, 24.04.1998 **(980316812 de 02.07.98)**, 29.09.1998 **(980531535 de 09.11.98)**, 30.04.1999 **(990269655 de 15.06.99)**, 25.04.2000 **(000288004 de 26.05.2000)**, 30.04.2001 **(20010388893 de 13.07.2001)**, 27.08.2001 **(20010578382 de 8.10.2001)**, 29.11.2001 **(20020253346 de 10.5.2002)**, 07.06.2002 **(20020425961, de 30.07.2002)**, 22.04.2003 **(20030387515, de 18.07.2003)**, 12.11.2003 **(20030709806 de 11.12.2003)**, 22.12.2004 **(20050003739 de 04.01.2005)**, 26.04.2005 **(20050420810 de 11.07.2005)**, 28.04.2006 **(20060339098 de 07.08.2006)**, 22.05.2006 **(20060339101 de 07.08.2006)**, 24.08.2006 **(20060482842 de 05.10.2006)**, 28.12.2006 **(20070117900 de 05.04.2007)**, 25.04.2007 **(2007034397, de 14.06.2007)**, 12.07.2007 **(20070517410 de 16.08.2007)**, 23.10.2007 **(20070819807 de 19.12.2007)**, 24.01.2008 **(20080389414, de 19.05.2008)**, 17.04.2008 **(20080635695, de 14.08.2008)**, 23.04.2009 **(20091057000, de 10.12.2009)**, 18.08.2009 **(20091057477, de 10.12.2009)**, 30.11.2009 **(20100284574, de 22.04.2010)**, 13.04.2010 **(20100628060, de 12.08.2010)**, 05.08.2010 **(20100696040, de 02.09.2010)**, 06.09.2011 **(20110895207, de 31.01.2012)**, 26.04.2012 **(20120445450, de 28.06.2012)**, 19.09.2012 **(20120907496, de 20.11.2012)**, 18.12.2012 **(20130248410, de 12.03.2013)**, 19.12.2013 **(20140228632, de 01.04.2014)**, 29.04.2014 **(20140529101, de 07.07.2014)**, 28.04.2015 **(20150701756, de 26.08.2015)**, 27.04.2017 **(20170701468, de 05.12.2017)** e 25.04.2018 **(1106583, de 10.10.2018)**, 26.04.2019 **(1368788, de 12.03.2020)**, 27.11.2019 **(1603197, de 19.08.2020),** 30.07.2020 **(1627387, de 17.11.2020),** 09.12.2020 **(1696287, de 10.06.2021)**, 12.11.2021 **(1794937, de 25.01.2022)** e 27.04.2022 **(a registrar)**.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Capítulo I - Denominação, características e natureza do Banco

Art. 1º. O Banco do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, de economia mista, que explora atividade econômica, na forma do artigo 173 da Constituição Federal, organizado sob a forma de banco múltiplo, está sujeito ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, sendo regido por este Estatuto, pelas Leis nº 4.595/1964, nº 6.404/1976, nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, e demais normas aplicáveis.

§1º O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

§2º O Banco tem domicílio e sede em Brasília, podendo criar e suprimir sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento nas demais praças do País e no exterior.

§3º Com a admissão do Banco do Brasil no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), o Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal sujeitam-se às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3.

§4º As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas nos artigos 60 e 61 deste Estatuto.

Capítulo II - Objeto Social

Seção I - Objeto social e vedações

Objeto social

Art. 2º. O Banco tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, inclusive por meio de plataformas digitais.

§1º O Banco poderá, também, atuar na comercialização de produtos agropecuários, além de promover a circulação de bens e serviços em geral.

§2º Compete-lhe, ainda, como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, exercer as funções que lhe são atribuídas em lei, especialmente aquelas previstas no artigo 19 da Lei nº 4.595/1964, observado o disposto nos artigos 5º e 6º deste Estatuto.

Art. 3º. A administração de recursos de terceiros será realizada:

I. pelo Banco, observado o estabelecido no artigo 32, inciso III, deste Estatuto e demais normas aplicáveis; ou

II. mediante a contratação de sociedade subsidiária, controlada ou coligada do Banco.

Vedações

Art. 4º. Ao Banco é vedado, além das proibições fixadas em lei:

I. realizar operações com garantia exclusiva de ações de outras instituições financeiras;

II. comprar ou vender bens de qualquer natureza a membros do Conselho de Administração e dos comitês a ele vinculados, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

III. realizar transferências de recursos, serviços ou outras obrigações entre o Banco e suas Partes Relacionadas em desconformidade com sua Política de Transações com Partes Relacionadas;

IV. emitir ações preferenciais ou de fruição, debêntures e partes beneficiárias;

V. participar do capital de outras sociedades, salvo em:

a) sociedades das quais o Banco participe na data da aprovação do presente Estatuto;

b) instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

c) entidades de previdência privada, sociedades de capitalização, de seguros ou de corretagem, financeiras, promotoras de vendas, sociedades de processamento de serviços de suporte operacional

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

e de processamento de cartões, desde que conexas às atividades bancárias;

d) câmaras de compensação e liquidação e demais sociedades ou associações que integram o sistema de pagamentos;

e) sociedades ou associações de prestação de serviços de cobrança e reestruturação de ativos, ou de apoio administrativo ou operacional ao próprio Banco;

f) associações ou sociedades sem fins lucrativos;

g) sociedades em que a participação decorra de dispositivo legal ou de operações de renegociação ou recuperação de créditos, tais como dação em pagamento, arrematação ou adjudicação judicial e conversão de debêntures em ações; e

h) outras sociedades, mediante aprovação do Conselho de Administração.

§1º As participações de que trata a alínea "g", do inciso V, deste artigo, decorrentes de operações de renegociação ou recuperação de créditos, deverão ser alienadas no prazo fixado pelo Conselho de Administração.

§2º É permitido ao Banco constituir controladas, inclusive na modalidade de subsidiárias integrais ou sociedades de propósito específico, que tenham por objeto social participar, direta ou indiretamente, inclusive minoritariamente e por meio de outras empresas de participação, dos entes listados no inciso V.

Seção II - Relações com a União

Art. 5º. O Banco contratará, na forma da lei ou regulamento, diretamente com a União ou com a sua interveniência:

I. a execução dos encargos e serviços pertinentes à função de agente financeiro do Tesouro Nacional e às demais funções que lhe forem atribuídas por lei;

II. a realização de financiamentos de interesse governamental e a execução de programas oficiais mediante aplicação de recursos da União ou de fundos de qualquer natureza; e

III. a concessão de garantia em favor da União.

Parágrafo único. A contratação de que trata este artigo fica condicionada, conforme o caso:

I. à colocação dos recursos correspondentes à disposição do Banco e ao estabelecimento da devida remuneração;

II. à prévia e formal definição dos prazos e da adequada remuneração dos recursos a serem aplicados em caso de equalização de encargos financeiros;

III. à prévia e formal definição dos prazos e da assunção dos riscos e da remuneração, nunca inferior aos custos dos serviços a serem prestados; e

IV. à prévia e formal definição do prazo para o adimplemento das obrigações e das penalidades por seu descumprimento.

Seção III - Relações com o Banco Central do Brasil

Art. 6º. O Banco poderá contratar a execução de encargos, serviços e operações de competência do Banco Central do Brasil, desde que observado o disposto no parágrafo único do artigo 5º deste Estatuto.

Capítulo III - Capital e Ações

Capital social e ações ordinárias

Art. 7º. O capital social é de R$ 90.000.023.475,34 (noventa bilhões, vinte e três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), dividido em 2.865.417.020 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e dezessete mil e vinte) ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

§1º Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas, salvo na hipótese de adoção do voto múltiplo para a eleição de Conselheiros de

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Administração.

§2º As ações escriturais permanecerão em depósito neste Banco, em nome dos seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração prevista em lei.

§3º O Banco poderá adquirir as próprias ações, mediante autorização do Conselho de Administração, a fim de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria para posterior alienação.

§4º O capital social poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei, vedada a capitalização direta do lucro sem trâmite pela conta de reservas.

Capital autorizado

Art. 8º. O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas e nas condições determinadas por aquele órgão, aumentar o capital social até o limite de R$ 120.000.000.000,00 (cento e vinte bilhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

Parágrafo único. A emissão de ações, até o limite do capital autorizado, para venda em Bolsas de Valores ou subscrição pública, ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, poderá ser efetuada sem a observância do direito de preferência aos antigos acionistas, ou com redução do prazo para o exercício desse direito, observado o disposto no inciso I do artigo 10 deste Estatuto.

Capítulo IV - Assembleias Gerais de Acionistas

Convocação e funcionamento

Art. 9º. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão:

I. ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e

II. extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, a legislação ou as disposições deste Estatuto Social exigirem.

§1º As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, por deliberação do Conselho de Administração, ou, nas hipóteses admitidas em lei, pelo Conselho Diretor, pelo Conselho Fiscal, por grupo de acionistas ou por acionista isoladamente.

§2º Os trabalhos das Assembleias Gerais de Acionistas serão dirigidos pelo Presidente do Conselho de Administração, por seu substituto ou, na ausência ou impedimento de ambos, por um dos acionistas ou administradores do Banco presentes, escolhido pelos acionistas.

§3º O presidente da mesa convidará dois acionistas ou administradores do Banco para atuarem como secretários da Assembleia Geral.

§4º Nas Assembleias Gerais de Acionistas, tratar-se-á, exclusivamente, do objeto declarado nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão, na pauta da Assembleia, de assuntos gerais.

§5º Observadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos nulos e em branco.

§6º As atas das Assembleias Gerais de Acionistas serão lavradas de forma sumária no que se refere aos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conterão a transcrição apenas das deliberações tomadas, observadas as disposições legais.

Competência

Art. 10. Compete à Assembleia Geral de Acionistas, dentre outras atribuições previstas na Lei nº 6.404/1976 e demais normas aplicáveis, deliberar sobre:

I. alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social do Banco ou de suas controladas, abertura do capital, aumento do capital social por subscrição de novas ações, renúncia a direitos de subscrição de ações ou debêntures conversíveis em ações de empresas controladas, venda de

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

debêntures conversíveis em ações de titularidade do Banco de emissão de empresas controladas, ou, ainda, emissão de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no País ou no exterior;

II. transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa;

III. permuta de ações ou outros valores mobiliários;

IV. práticas diferenciadas de governança corporativa e celebração de contrato para essa finalidade com bolsa de valores;

V. celebração de transações com Partes Relacionadas, alienação ou contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais do Banco constantes do último balanço aprovado.

§1º A escolha da instituição ou empresa especializada para apuração do preço justo do Banco, nas hipóteses previstas nos artigos 60 e 61 deste Estatuto, é de competência privativa da Assembleia Geral de Acionistas, mediante apresentação de lista tríplice pelo Conselho de Administração, e deverá ser deliberada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação, presentes na respectiva Assembleia Geral, não computados os votos nulos e em branco.

§2º A Assembleia Geral de Acionistas que irá deliberar sobre a escolha prevista no §1º deste artigo, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das ações em circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes dessas ações.

Capítulo V - Administração e organização do Banco

Seção I - Normas comuns aos órgãos de administração

Requisitos

Art. 11. São órgãos de administração do Banco:

I. o Conselho de Administração; e

II. a Diretoria Executiva, composta pelo Conselho Diretor e pelos demais Diretores, na forma estabelecida no artigo 24 deste Estatuto.

§1º O Conselho de Administração tem, na forma prevista em lei e neste Estatuto, atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas.

§2º A representação do Banco é privativa da Diretoria Executiva, na estrita conformidade das competências administrativas estabelecidas neste Estatuto.

§3º Os cargos de Presidente e de Vice-Presidente do Conselho de Administração não poderão ser acumulados com o de Presidente do Banco, ainda que interinamente.

§4º Os órgãos de administração do Banco serão integrados por brasileiros, todos residentes no país, dotados de notórios conhecimentos, inclusive sobre as melhores práticas de governança corporativa, *compliance*, integridade e responsabilização corporativas, experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo, observados os requisitos impostos pela Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis, e pela Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco.

§5º Sempre que a Política de Indicação e Sucessão de Administradores pretender impor requisitos adicionais àqueles constantes da legislação aplicável para os Conselheiros de Administração e para os Conselheiros Fiscais, tais requisitos deverão ser encaminhados para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Investidura

Art. 12. Os membros dos órgãos de administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse, no livro de atas do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

ou do Conselho Diretor, conforme o caso, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da eleição ou nomeação.

§1º Os eleitos para os órgãos de administração tomarão posse independentemente da prestação de caução.

§2º O termo de posse mencionado no caput contemplará sujeição à cláusula arbitral referida no artigo 55 deste Estatuto, em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

Impedimentos e vedações

Art. 13. Não podem ingressar ou permanecer nos órgãos de administração, bem assim nos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, os impedidos ou vedados pela Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis, pela Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e, também:

I. os que estiverem inadimplentes com o Banco ou que lhe tenham causado prejuízo ainda não ressarcido;

II. os que detenham controle ou participação relevante no capital social de pessoa jurídica inadimplente com o Banco ou que lhe tenha causado prejuízo ainda não ressarcido, estendendo-se esse impedimento aos que tenham ocupado cargo de administração em pessoa jurídica nessa situação, no exercício social imediatamente anterior à data da eleição ou nomeação;

III. os que estiverem impedidos por lei especial ou houverem sido condenados por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a administração pública ou contra a licitação, por atos de improbidade administrativa, ou condenados a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

IV. os que sejam ou tenham sido sócios ou acionistas controladores ou participantes do controle ou com influência significativa no controle, administradores ou representantes de pessoa jurídica condenada, cível ou administrativamente, por atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, referente aos fatos ocorridos no período de sua participação e sujeitos ao seu âmbito de atuação;

V. os declarados inabilitados para cargos de administração em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em outras instituições sujeitas à autorização, controle e fiscalização de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, incluídas as entidades de previdência privada, as sociedades seguradoras, as sociedades de capitalização e as companhias abertas;

VI. os que estiverem respondendo pessoalmente, como controlador ou administrador de pessoa jurídica, por pendências relativas a protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas;

VII. os declarados falidos ou insolventes;

VIII. os que detiveram o controle ou participaram da administração de pessoa jurídica em recuperação judicial ou extrajudicial, falida ou insolvente, no período de 5 (cinco) anos anteriores à data da eleição ou nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial;

IX. sócio, ascendente, descendente ou parente colateral ou afim, até o terceiro grau, cônjuge ou companheiro de membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva;

X. os que ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, ou em comitês vinculados ao Conselho de Administração, e os que tiverem interesse conflitante com o Banco;

§1º É incompatível com a participação nos órgãos de administração do Banco a candidatura a mandato público eletivo, devendo o interessado requerer seu afastamento, sob pena de perda do cargo, a partir do momento em que tornar pública sua pretensão à candidatura.

§2º Durante o período de afastamento não será devida qualquer remuneração ao membro do órgão de administração, o qual perderá o cargo a partir da data do registro da candidatura.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Art.14. Aos integrantes dos órgãos de administração é vedado intervir no estudo, deferimento, controle ou liquidação de qualquer operação em que:

I. sejam interessadas, direta ou indiretamente, sociedades de que detenham, ou que seus cônjuges ou parentes consanguíneos ou afins até terceiro grau detenham, o controle ou participação igual ou superior a 10% (dez por cento) do capital social;

II. tenham interesse conflitante com o do Banco.

Parágrafo único. O impedimento de que trata o inciso I deste artigo se aplica, ainda, quando se tratar de empresa em que ocupem, ou tenham ocupado, cargo de administração nos 6 (seis) meses anteriores à investidura no Banco.

Perda do cargo

Art. 15. Perderá o cargo:

I. salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho de Administração que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4 (quatro) reuniões ordinárias alternadas durante o prazo de gestão; e

II. o membro da Diretoria Executiva que se afastar, sem autorização, por mais de 30 (trinta) dias.

Remuneração

Art. 16. A remuneração dos integrantes dos órgãos de Administração será fixada anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas, observadas as disposições da legislação e das demais normas aplicáveis.

§1º A Assembleia Geral de Acionistas, nos exercícios em que forem pagos o dividendo obrigatório aos acionistas e a participação nos lucros aos empregados, poderá atribuir participação nos lucros do Banco aos membros da Diretoria Executiva, desde que o total não ultrapasse a remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva e nem um décimo dos lucros (artigo 152, §1º, da Lei nº 6.404/1976), prevalecendo o limite que for menor.

§2º A proposta de remuneração dos integrantes dos órgãos de administração seguirá os princípios estabelecidos pela Política de Remuneração de Administradores do Banco do Brasil e atenderá aos interesses da companhia.

Dever de informar e outras obrigações

Art. 17. Sem prejuízo das vedações e dos procedimentos de autorregulação previstos nas normas e regulamentos aplicáveis, bem como na política específica do Banco sobre negociação dos valores mobiliários de sua emissão, os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária deverão:

I. comunicar ao Banco e à Comissão de Valores Mobiliários - CVM:

a) até o primeiro dia útil após a investidura no cargo, a quantidade e as características dos valores mobiliários ou derivativos de que sejam titulares, direta ou indiretamente, de emissão do Banco e de suas controladas, além daqueles de titularidade de seus respectivos cônjuges do qual não estejam separados judicial ou extrajudicialmente, de companheiros e de quaisquer dependentes incluídos na declaração anual do imposto de renda;

b) as negociações com os valores mobiliários de que trata a alínea "a" deste inciso, até o quinto dia após a negociação.

II. restringir suas negociações com os valores mobiliários de que trata a alínea "a" do inciso I deste artigo de acordo com as exigências da política específica do Banco sobre negociação dos valores mobiliários de sua emissão.

Seção II - Conselho de Administração

Composição e prazo de gestão

Art. 18. O Conselho de Administração, órgão independente de decisão colegiada, será composto por pessoas naturais, eleitas pela Assembleia Geral e por ela destituíveis, e terá 8 (oito) membros, com

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, dentre os quais 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, sendo permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas.

§1º O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros.

§2º É assegurado aos acionistas minoritários o direito de eleger ao menos 2 (dois) conselheiros de administração, se maior número não lhes couber pelo processo de voto múltiplo.

§3º A União indicará, à deliberação da Assembleia Geral, para o preenchimento de 6 (seis) vagas no Conselho de Administração:

I. o Presidente do Banco;

II. 4 (quatro) representantes indicados pelo Ministro de Estado da Economia;

III. 1 (um) representante eleito pelos empregados do Banco do Brasil S.A., na forma do §4º deste artigo;

§4º O representante dos empregados será escolhido pelo voto direto de seus pares, dentre os empregados ativos da empresa, em eleição organizada e regulamentada pelo Banco, em conjunto com as entidades sindicais que os representam, observadas as exigências e procedimentos previstos na legislação e o disposto nos parágrafos 5º e 6º deste artigo.

§5º Para o exercício do cargo, o conselheiro representante dos empregados está sujeito a todos os critérios, exigências, requisitos, impedimentos e vedações previstos em lei, regulamento e neste Estatuto.

§6º Sem prejuízo dos impedimentos e vedações previstos nos artigos 13 e 14 deste Estatuto, o conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, bem como nas demais hipóteses em que ficar configurado o conflito de interesses.

§7º Na composição do Conselho de Administração, observar-se-ão, ainda, as seguintes regras:

I. no mínimo 30% (trinta por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, assim definidos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado da B3, estando nessa condição os conselheiros eleitos nos termos do §2º deste artigo;

II. a condição de Conselheiro Independente será deliberada na Assembleia Geral de Acionistas que o eleger, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na legislação em vigor;

III. quando, em decorrência da observância do percentual referido no inciso I deste parágrafo, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento, conforme a seguir:

a) para o número inteiro imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); e

b) para o número inteiro imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

IV. O Ministro de Estado da Economia deverá indicar os membros independentes do Conselho de Administração, caso os demais acionistas não o façam, de forma a garantir o atingimento do percentual de que trata o inciso I deste parágrafo.

§8º Na hipótese de adoção do processo de voto múltiplo previsto no §2º deste artigo, não será considerada a vaga destinada ao representante dos empregados.

§9º Atingido o prazo máximo a que se refere o caput, o retorno do membro ao Conselho de Administração só poderá ser efetuado após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§10º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos pelo próprio Conselho, na forma da legislação vigente, observado o previsto no §3º do artigo 11 deste Estatuto.

Voto múltiplo

Art. 19. É facultado aos acionistas, observado o percentual mínimo estabelecido pela Comissão de

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Valores Mobiliários - CVM, solicitar, em até 48 horas antes da Assembleia Geral de Acionistas, mediante requerimento escrito dirigido ao Presidente do Conselho de Administração do Banco, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o disposto neste artigo.

§1º Caberá à mesa que dirigir os trabalhos da Assembleia Geral de Acionistas informar previamente aos acionistas, à vista do "Livro de Presença", o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho.

§2º Adotado o voto múltiplo, em substituição às prerrogativas previstas no §2º do artigo 18 deste Estatuto, os acionistas que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações em circulação, com direito a voto, terão direito de eleger e destituir um membro do Conselho de Administração, em votação em separado na Assembleia Geral de Acionistas, excluído o acionista controlador.

§3º Somente poderão exercer o direito previsto no §2º acima os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária ali exigida durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral de Acionistas.

§4º Será mantido registro com a identificação dos acionistas que exercerem a prerrogativa a que se refere o §2º deste artigo.

Vacância e substituições

Art. 20. Excetuada a hipótese de destituição de membro do Conselho de Administração eleito pelo processo de voto múltiplo, no caso de vacância do cargo de conselheiro, os membros remanescentes no Colegiado nomearão substituto para servir até a próxima Assembleia Geral de Acionistas, observados os requisitos, impedimentos, vedações e composição previstos nos artigos 11, 13 e 18 deste Estatuto. Se houver a vacância da maioria dos cargos, estejam ou não ocupados por substitutos nomeados, a Assembleia Geral de Acionistas será convocada para proceder a uma nova eleição.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho será substituído pelo Vice-Presidente e, nas ausências deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente. No caso de vacância, a substituição dar-se-á até a escolha do novo titular do Conselho, o que deverá ocorrer na primeira reunião do Conselho de Administração subsequente.

Atribuições

Art. 21. Compete ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições previstas na Lei nº 6.404/1976, na Lei nº 13.303/2016 e seu Decreto regulamentador, nas demais normas aplicáveis e no seu Regimento Interno:

I. aprovar as Políticas, o Código de Ética, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, o Regulamento de Licitações, a Estratégia Corporativa, o Plano de Investimentos, o Plano Diretor, o Orçamento Geral do Banco, o Relatório da Administração e o Programa de *Compliance*;

II. deliberar sobre:

a) distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

b) pagamento de juros sobre o capital próprio;

c) aquisição das próprias ações, em caráter não permanente;

d) participações do Banco em sociedades, no País e no exterior;

e) captações por meio de instrumentos elegíveis ao capital principal; e

f) alteração dos valores estabelecidos nos incisos I e II do artigo 29 da Lei nº 13.303/2016.

III. aprovar, ao menos trimestralmente, as demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

IV. manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em Assembleia;

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

V. supervisionar os sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos;

VI. definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e dos membros da Diretoria Executiva, por proposta do Conselho Diretor;

VII. identificar a existência de ativos não de uso próprio do Banco e avaliar a necessidade de mantê-los, de acordo com as informações prestadas pelo Conselho Diretor;

VIII. definir as atribuições da Auditoria Interna, regulamentar o seu funcionamento, bem como nomear e dispensar o seu titular;

IX. escolher e destituir os auditores independentes, cujos nomes poderão ser objeto de veto, devidamente fundamentado, pelo Conselheiro eleito na forma do §2º do artigo 19 deste Estatuto, se houver;

X. fixar o número, eleger os membros da Diretoria Executiva, definir suas atribuições e fiscalizar sua gestão, observado o artigo 24 deste Estatuto e o disposto no artigo 21 da Lei nº 4.595/1964;

XI. aprovar o seu Regimento Interno e decidir sobre a criação, a extinção e o funcionamento de comitês de assessoramento não estatutários no âmbito do próprio Conselho de Administração;

XII. aprovar os Regimentos Internos dos comitês de assessoramento a ele vinculados;

XIII. decidir sobre a participação dos empregados nos lucros ou resultados do Banco;

XIV. apresentar à Assembleia Geral de Acionistas lista tríplice de empresas especializadas para determinação do preço justo da companhia, para as finalidades previstas no §1º do artigo 10;

XV. estabelecer meta de rentabilidade que assegure a adequada remuneração do capital próprio;

XVI. eleger e destituir os membros dos comitês constituídos no âmbito do próprio Conselho;

XVII. avaliar formalmente, ao término de cada ano, o seu próprio desempenho, o da Diretoria Executiva, da Secretaria Executiva, dos comitês a ele vinculados e do Auditor Geral e, ao final de cada semestre, o desempenho do Presidente do Banco;

XVIII. manifestar-se formalmente quando da realização de ofertas públicas de aquisição de ações de emissão do Banco;

XIX. deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto Social, limitado a questões de natureza estratégica de sua competência; e

XX. aprovar os termos e condições dos Contratos de Indenidade que vierem a ser firmados pelo Banco, observado o disposto no artigo 58 deste Estatuto.

§1º A Estratégia Corporativa do Banco será fixada para um período de 5 (cinco) anos, devendo ser revista anualmente. O Plano de Investimentos será fixado para o exercício anual seguinte.

§2º Para assessorar a deliberação do Conselho de Administração, as propostas de fixação das atribuições e de regulamentação do funcionamento da Auditoria Interna, referidas no inciso VIII, deverão conter parecer prévio das áreas técnicas envolvidas e do Comitê de Auditoria.

§3º A fiscalização da gestão dos membros da Diretoria Executiva, de que trata o inciso X deste artigo, poderá ser exercida isoladamente por qualquer conselheiro, o qual terá acesso aos livros e papéis do Banco e às informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos que considere necessários ao desempenho de suas funções, assegurada a disponibilização dos documentos e informações aos demais membros do Conselho. As providências daí decorrentes, inclusive propostas para contratação de profissionais externos, serão submetidas à deliberação do Conselho de Administração.

§4º A manifestação formal, favorável ou contrária, de que trata o inciso XVIII, realizar-se-á mediante parecer prévio fundamentado, que tenha por objeto as ações de emissão do Banco, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de ações, abordando, pelo menos:

I. a conveniência e a oportunidade da oferta pública de ações quanto ao interesse do Banco e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações;

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

II. as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses do Banco;

III. os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação ao Banco;

IV. as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado;

V. outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

VI. alerta aos acionistas de que são responsáveis pela decisão final sobre a aceitação da oferta pública de aquisição de ações.

§5º O processo de avaliação de desempenho citado no inciso XVII, deste artigo, no caso de administradores e dos membros de comitês, será realizado de forma individual e coletiva, conforme procedimentos previamente definidos pelo próprio Conselho de Administração, devendo ser avaliados na forma prevista na legislação.

Funcionamento

Art. 22. O Conselho de Administração reunir-se-á com a presença de, no mínimo, a maioria dos seus membros em exercício:

I. ordinariamente, pelo menos 8 (oito) vezes por ano; e

II. extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente, ou a pedido de, no mínimo, 2 (dois) conselheiros.

§1º As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente.

§2º A reunião extraordinária solicitada pelos conselheiros, na forma do inciso II deste artigo, deverá ser convocada pelo Presidente nos 7 (sete) dias que se seguirem ao pedido. Esgotado esse prazo sem que o Presidente a tenha convocado, qualquer conselheiro poderá fazê-lo.

§3º O Conselho de Administração delibera por maioria de votos, sendo necessário:

I. o voto favorável de 5 (cinco) conselheiros para a aprovação das matérias de que tratam os incisos I, VIII, IX e XI do artigo 21; ou

II. o voto favorável da maioria dos conselheiros presentes para a aprovação das demais matérias, prevalecendo, em caso de empate, o voto do Presidente do Conselho, ou do seu substituto no exercício das funções.

§4º Fica facultada eventual participação dos conselheiros na reunião, por telefone, videoconferência, ou outro meio de comunicação que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

§5º Nas reuniões do Conselho de Administração, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

§6º Caso o estabelecido no parágrafo anterior não seja observado, qualquer outra pessoa presente à reunião poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a ocorrência conforme seu Regimento Interno e a legislação aplicável.

Avaliação

Art. 23. O Conselho de Administração realizará anualmente uma avaliação formal do seu desempenho.

§1º O processo de avaliação citado no *caput* deste artigo será realizado conforme procedimentos previamente definidos pelo próprio Conselho de Administração e que deverão estar descritos em seu Regimento Interno.

§2º Caberá ao Presidente do Conselho conduzir o processo de avaliação.

Seção III - Diretoria Executiva

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Composição e prazo de gestão

Art. 24. A administração do Banco competirá à Diretoria Executiva, que terá entre 10 (dez) e 37 (trinta e sete) membros, sendo:

I. o Presidente, nomeado e demissível *"ad nutum"* pelo Presidente da República, na forma da lei;

II. até 9 (nove) Vice-Presidentes, eleitos na forma da lei;

III. até 27 (vinte e sete) Diretores, eleitos na forma da lei.

§1º No âmbito da Diretoria Executiva, o Presidente e os Vice-Presidentes formarão o Conselho Diretor.

§2º O cargo de Diretor é privativo de empregados da ativa do Banco.

§3º Os eleitos para a Diretoria Executiva terão prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas até 3 (três) reconduções consecutivas, observado, além do disposto na legislação, e nas demais normas aplicáveis, que:

I. não é considerada recondução a eleição de membro para atuar em outra área da Diretoria Executiva;

II. uma vez realizada a eleição, o prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos membros;

III. em se atingindo o prazo máximo a que se refere este §3º, o retorno do membro à mesma área da Diretoria Executiva só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§4º Além dos requisitos previstos nos artigos 11 e 13 deste Estatuto, é condição para o exercício de cargos na Diretoria Executiva do Banco ser graduado em curso superior e ter exercido nos últimos 5 (cinco) anos, por pelo menos 2 (dois) anos, cargo de direção ou gestão superior em:

I. sociedade empresária integrante do Sistema Financeiro Nacional; ou

II. sociedade empresária cujas atividades sejam reguladas ou fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários ou pela Superintendência de Seguros Privados; ou

III. entidades ligadas ao Banco do Brasil S.A., compreendendo suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, administradas, patrocinadas e fundações; ou

IV. sociedade empresária, em atividades que guardem afinidade com as atribuições do cargo para o qual se deu a indicação; ou

V. órgão ou entidade da administração pública cujas atividades guardem afinidade com as atribuições do cargo para o qual se deu a indicação.

§5º Para as hipóteses objeto dos incisos I, II e IV do §4º deste artigo, a sociedade empresária deverá apresentar capital social igual ou superior a 1% (um por cento) do capital social do Banco do Brasil S.A.

§6º Ressalvam-se em relação às condições previstas nos incisos I a V do §4º deste artigo os:

I. membros da Diretoria Executiva em exercício no Banco; ou

II. ex-administradores que tenham exercido por mais de 5 (cinco) anos cargo de diretor estatutário ou de sócio-gerente em outras instituições do Sistema Financeiro Nacional, observado o que dispõe o §5º deste artigo.

§7º Após o término da gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva ficam impedidos, por um período de 6 (seis) meses, contados do término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares, de:

I. exercer atividades ou prestar qualquer serviço a sociedades ou entidades concorrentes das sociedades integrantes do Conglomerado Banco do Brasil;

II. aceitar cargo de administrador ou conselheiro, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos 6 (seis) meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares; e

III. patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica, perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos 6

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

(seis) meses anteriores ao término da gestão, se maior prazo não for fixado nas normas regulamentares.

§8º Durante o período de impedimento de que trata o §7º deste artigo, os ex-membros da Diretoria Executiva fazem jus à remuneração compensatória equivalente à da função que ocupavam nesse órgão, observado o disposto no §9º deste artigo.

§9º Não terão direito à remuneração compensatória de que trata o §8º deste artigo os ex-membros do Conselho Diretor não oriundos do quadro de empregados do Banco que, respeitado o §7º deste artigo, optarem pelo retorno, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função ou cargo, efetivo ou superior, que, anteriormente à sua investidura, ocupavam na administração pública ou privada.

§10 Finda a gestão, os ex-membros da Diretoria Executiva oriundos do quadro de funcionários do Banco sujeitam-se às normas internas aplicáveis a todos os empregados, observado o disposto no §8º deste artigo.

§11 Salvo dispensa do Conselho de Administração, na forma do §13, o descumprimento da obrigação de que trata o §7º implica, além da perda da remuneração compensatória prevista no §8º, a devolução do valor já recebido a esse título e o pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total da remuneração compensatória que seria devida no período, sem prejuízo do ressarcimento das perdas e danos a que eventualmente der causa.

§12 A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

§13 O Conselho de Administração pode, a requerimento do ex-membro da Diretoria Executiva, dispensá-lo do cumprimento da obrigação prevista no §7º, sem prejuízo das demais obrigações legais a que esteja sujeito. Nessa hipótese, não é devido o pagamento da remuneração compensatória a que alude o §8º, a partir da data em que o requerimento for recebido.

Vedações

Art. 25. A investidura em cargo da Diretoria Executiva requer dedicação integral, sendo vedado a qualquer de seus membros, sob pena de perda do cargo, o exercício de atividades em outras sociedades com fim lucrativo, salvo:

I. em sociedades subsidiárias ou controladas do Banco, ou em sociedades das quais este participe, direta ou indiretamente, observado o §1º deste artigo; ou

II. em outras sociedades, por designação do Presidente da República, ou por autorização prévia e expressa do Conselho de Administração.

§1º É vedado, ainda, a qualquer membro da Diretoria Executiva, o exercício de atividade em instituição ou empresa ligada ao Banco que tenha por objeto a administração de recursos de terceiros, exceto na qualidade de membro de Conselho de Administração.

§2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, consideram-se ligadas ao Banco as instituições ou empresas assim definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Vacância e substituições

Art. 26. Sem prejuízo de outras autorizações cabíveis, nos termos da legislação aplicável, serão concedidos afastamentos de até 30 (trinta) dias:

I. aos Vice-Presidentes e Diretores, pelo Presidente do Banco; e

II. ao Presidente do Banco, pelo Conselho de Administração.

§1º As atribuições individuais do Presidente do Banco serão exercidas, durante seus afastamentos:

I. de até 30 (trinta) dias consecutivos, por um dos Vice-Presidentes por ele designado; e

II. superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, por quem, na forma da lei, for nomeado interinamente pelo Presidente da República.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

§2º No caso de vacância, o cargo de Presidente será ocupado, até a posse do seu sucessor, por Vice-Presidente indicado pelo Conselho de Administração.

§3º As atribuições individuais dos Vice-Presidentes e dos Diretores serão exercidas em caráter temporário por outro Vice-Presidente ou Diretor, respectivamente, nos casos de afastamentos, bem como no caso de vacância, mediante designação do Presidente.

§4º A temporariedade de que trata o §3º deste artigo será exercida até a data de retorno do membro da Diretoria Executiva ausente, nos casos de afastamentos, ou até a eleição de novo membro pelo Conselho de Administração nos casos de vacância.

§5º Nas hipóteses previstas nos §§1º a 4º deste artigo, o Vice-Presidente ou Diretor acumulará suas funções com as do Presidente, do Vice-Presidente ou do Diretor, conforme for designado, sem acréscimo de remuneração.

§6º O acúmulo de funções pelo Vice-Presidente ou Diretor não implica acúmulo do direito de voto nas decisões dos órgãos colegiados de que participe.

Representação e constituição de mandatários

Art. 27. A representação judicial e extrajudicial e a constituição de mandatários do Banco competem, isoladamente, ao Presidente ou a qualquer dos Vice-Presidentes e, nos limites de suas atribuições e poderes, aos Diretores. A outorga de mandato judicial compete ao Presidente, aos Vice-Presidentes e ao Diretor Jurídico.

§1º Os instrumentos de mandato devem especificar os atos ou as operações que poderão ser praticados e a duração do mandato, podendo ser outorgados, isoladamente, por qualquer membro da Diretoria Executiva, observada a hipótese do §2º do artigo 29 deste Estatuto. O mandato judicial poderá ser por prazo indeterminado.

§2º Os instrumentos de mandato serão válidos ainda que o seu signatário deixe de integrar a Diretoria Executiva do Banco, salvo se o mandato for expressamente revogado.

Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 28. Cabe à Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração e exercer as atribuições que lhe forem definidas por esse Conselho, observando os princípios de boa técnica bancária e de boas práticas de governança corporativa, e, também, o disposto na Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e em seu Regimento Interno.

Competências do Conselho Diretor

Art. 29. São competências do Conselho Diretor:

I. submeter ao Conselho de Administração as propostas à sua deliberação, em especial sobre as matérias relacionadas nos incisos I, II, XII e XIII do artigo 21 deste Estatuto;

II. fazer executar as Políticas, a Estratégia Corporativa, o Plano de Investimentos, o Plano Diretor e o Orçamento Geral do Banco;

III. aprovar e fazer executar o Acordo de Trabalho;

IV. aprovar e fazer executar a alocação de recursos para atividades operacionais e para investimentos;

V. autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais, a prestação de garantias a obrigações de terceiros, a renúncia de direitos, a transação e o abatimento negocial, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

VI. decidir sobre os planos de cargos, salários, vantagens e benefícios e aprovar o Regulamento de Pessoal do Banco, observada a legislação vigente;

VII. distribuir e aplicar os lucros apurados, na forma da deliberação da Assembleia Geral de Acionistas ou do Conselho de Administração, observada a legislação vigente;

VIII. decidir sobre a criação, instalação e supressão de sucursais, filiais ou agências, escritórios, dependências e outros pontos de atendimento no País e no exterior, facultada a outorga desses

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

poderes com limitação expressa;

IX. aprovar o seu Regimento Interno e o da Diretoria Executiva;

X. decidir sobre a organização interna do Banco, a estrutura administrativa das diretorias e das demais unidades e a criação, extinção e funcionamento de comitês no âmbito da Diretoria Executiva;

XI. fixar as atribuições e alçadas dos comitês e das unidades administrativas, dos órgãos regionais, das redes de distribuição e dos demais órgãos da estrutura interna, bem como dos empregados do Banco, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

XII. autorizar, verificada previamente a segurança e a adequada remuneração em cada caso, a concessão de créditos a entidades assistenciais e a empresas de comunicação, bem como o financiamento de obras de utilidade pública, facultada a outorga desses poderes com limitação expressa;

XIII. decidir sobre a concessão, a fundações criadas pelo Banco, de contribuições para a consecução de seus objetivos sociais, limitadas, em cada exercício, a 5% (cinco por cento) do resultado operacional;

XIV. aprovar os critérios de seleção e a indicação de conselheiros, diretores e membros de comitês, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, para integrarem os conselhos, as diretorias e os comitês de empresas e instituições das quais o Banco, suas subsidiárias, controladas ou coligadas participem ou tenham direito de indicar representante; e

XV. decidir sobre situações não compreendidas nas atribuições de outro órgão de administração e sobre casos extraordinários, no âmbito de sua competência.

§1º As decisões do Conselho Diretor obrigam toda a Diretoria Executiva.

§2º As outorgas de poderes previstas nos incisos V, VIII, X e XI deste artigo, quando destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão formalizadas por meio de instrumento de mandato assinado pelo Presidente e 1 (um) Vice-Presidente ou por 2 (dois) Vice-Presidentes.

Atribuições individuais dos membros da Diretoria Executiva

Art. 30. Cabe a cada um dos membros da Diretoria Executiva cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas e do Conselho de Administração, as decisões colegiadas do Conselho Diretor e os direcionamentos da Diretoria Executiva, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal, observando os princípios de boa técnica bancária e de boas práticas de governança corporativa, e, também, o disposto na Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e em seu Regimento Interno. Além disso, são atribuições:

I. do Presidente:

a) convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva e supervisionar a sua atuação;

b) propor, ao Conselho de Administração, o número de membros da Diretoria Executiva, indicando-lhe, para eleição, os nomes dos Vice-Presidentes e dos Diretores;

c) propor ao Conselho de Administração as atribuições dos Vice-Presidentes e dos Diretores, bem como eventual remanejamento;

d) supervisionar e coordenar a atuação dos Vice-Presidentes, dos Diretores e titulares de unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

e) nomear, remover, ceder, promover, comissionar, punir e demitir empregados, podendo outorgar esses poderes com limitação expressa;

f) indicar, dentre os Vice-Presidentes, coordenador com a finalidade de convocar e presidir, em suas ausências ou impedimentos, as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva;

g) autorizar afastamentos de até 30 dias aos Vice-Presidentes e Diretores, bem como definir o responsável pelo exercício temporário das atribuições do membro afastado, podendo outorgar esses poderes com limitação expressa.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

II. de cada Vice-Presidente:

a) administrar, supervisionar e coordenar as áreas que lhe forem atribuídas e a atuação dos Diretores e dos titulares das unidades que estiverem sob sua supervisão direta;

b) coordenar as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, quando designado pelo Presidente.

III. de cada Diretor:

a) administrar, supervisionar e coordenar as atividades da diretoria e unidades sob sua responsabilidade;

b) prestar assessoria aos trabalhos do Conselho Diretor no âmbito das respectivas atribuições; e

c) executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo membro do Conselho Diretor ao qual estiver vinculado.

§1º O Coordenador designado pelo Presidente para convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva não proferirá voto de qualidade no exercício dessa função.

Funcionamento

Art. 31. O funcionamento da Diretoria Executiva e do Conselho Diretor será disciplinado por meio dos seus Regimentos Internos, observado o disposto neste artigo.

§1º A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente do Banco ou pelo Coordenador por este designado.

§2º O Conselho Diretor:

I. é órgão de deliberação colegiada, devendo reunir-se, ordinariamente, pelo menos 2 (duas) vezes por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pelo Coordenador por este designado, sendo necessária, em qualquer caso, a presença de, no mínimo, a maioria de seus membros;

II. as deliberações exigem, no mínimo, aprovação da maioria dos membros presentes; em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente; e

III. uma vez tomada a decisão, cabe aos membros do Conselho Diretor a adoção das providências para sua implementação.

§3º O Conselho Diretor será assessorado por 1 (uma) Secretaria Executiva, cabendo ao Presidente designar o seu titular.

§4º Nas reuniões do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

§5º Caso o estabelecido no parágrafo anterior não seja observado, qualquer outra pessoa presente à reunião poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o Conselho Diretor ou a Diretoria Executiva, conforme o caso, deliberar sobre o conflito conforme seu Regimento Interno e a legislação aplicável.

Seção IV - Segregação de funções

Art. 32. Os órgãos de administração devem, no âmbito das respectivas atribuições, observar as seguintes regras de segregação de funções:

I. as diretorias ou unidades responsáveis por funções relativas à gestão de riscos e controles internos não podem ficar sob a supervisão direta de Vice-Presidente a que estiverem vinculadas diretorias ou unidades responsáveis por atividades negociais.

II. as diretorias ou unidades responsáveis pelas atividades de análise de risco de crédito não podem ficar sob a supervisão direta de Vice-Presidente a que estiverem vinculadas diretorias ou unidades responsáveis por atividades de concessão de créditos ou de garantias, exceto nos casos de

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

recuperação de créditos; e

III. os Vice-Presidentes, Diretores ou quaisquer responsáveis pela administração de recursos próprios do Banco não podem administrar recursos de terceiros.

Seção V - Comitês vinculados ao Conselho de Administração

Comitê de Auditoria

Art. 33. O Comitê de Auditoria, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas aplicáveis e no seu Regimento Interno, será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, em sua maioria independentes, e com mandato de 3 (três) anos não coincidente para cada membro.

§1º É permitida 1 (uma) única reeleição, observadas as seguintes condições:

I. até 1/3 (um terço) dos membros do Comitê de Auditoria poderá ser reeleito para o mandato de 3 (três) anos;

II. os demais membros do Comitê de Auditoria poderão ser reeleitos para o mandato de 2 (dois) anos.

§2º Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos pelo Conselho de Administração e obedecerão às condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno, e, adicionalmente, aos seguintes critérios:

I. ao menos 1 (um) membro será escolhido dentre os indicados pelos Conselheiros de Administração eleitos pelos acionistas minoritários;

II. os demais membros serão escolhidos pelos Conselheiros de Administração indicados pela União;

III. pelo menos 1 (um) membro deverá possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade societária e auditoria;

IV. pelo menos 1 (um) membro será um Conselheiro de Administração Independente, assim definido no artigo 18, §7º, inc. I, deste Estatuto.

§3º O mesmo membro pode acumular as características referidas nos incisos III e IV do §2º deste artigo.

§4º O membro do Comitê de Auditoria somente poderá voltar a integrar tal órgão após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final de seu mandato anterior, observado o disposto no §1º deste artigo.

§5º É indelegável a função de membro do Comitê de Auditoria.

§6º Perderá o cargo o membro do Comitê de Auditoria que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4 (quatro) reuniões alternadas durante o período de 12 (doze) meses, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, e, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração.

§7º O Comitê de Auditoria é um órgão de caráter permanente, ao qual compete assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização.

§8º Cabe ao Comitê de Auditoria supervisionar permanentemente as atividades e avaliar os trabalhos da auditoria independente, bem como exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas que adotarem o regime de Comitê de Auditoria único.

§9º Cabe, ainda, ao Comitê de Auditoria acompanhar e avaliar as atividades de auditoria interna, avaliar e monitorar, em cooperação com o Comitê de Riscos e de Capital, as exposições de risco do Banco, acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações, bem como assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias de sua competência, notadamente aquelas relacionadas com a fiscalização da gestão do Banco e a rigorosa observância dos princípios e regras de conformidade, responsabilização corporativa e governança.

§10 O funcionamento do Comitê de Auditoria será regulado por meio do seu Regimento Interno, observado que:

I. reunir-se-á, no mínimo, trimestralmente com o Conselho Diretor, com a Auditoria Interna e com a

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Auditoria Independente, em conjunto ou separadamente, a seu critério; e com o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, sempre que por estes solicitado, com vistas a discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências, e de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação;

II. o Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo, 4 (quatro) reuniões mensais, podendo convidar para participar, sem direito a voto:

a) membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Riscos e de Capital;

b) o titular e outros representantes da Auditoria Interna; e

c) quaisquer membros da Diretoria Executiva ou empregados do Banco.

§11 A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, a ser definida pela Assembleia Geral de Acionistas, será compatível com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho de Administração, observado que:

I. a remuneração dos membros do Comitê não será superior ao honorário médio percebido pelos Diretores;

II. no caso de servidores públicos, a sua remuneração pela participação no Comitê de Auditoria ficará sujeita às disposições estabelecidas na legislação e regulamento pertinentes;

III. os integrantes do Comitê de Auditoria que também forem membros do Conselho de Administração, deverão receber remuneração apenas do Comitê de Auditoria.

§12 Ao término do mandato, os ex-membros do Comitê de Auditoria sujeitam-se ao impedimento previsto no §7º do artigo 24 deste Estatuto, observados, no que couber, os §§8º a 13 do mesmo artigo.

§13 O Comitê de Auditoria disporá de meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas ao Banco, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades, conforme vier a ser estabelecido em instrumento adequado.

§14 Os membros do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade

Art. 34. O Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitidas no máximo 3 (três) reconduções, nos termos das normas vigentes.

§1º Os membros do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade serão eleitos pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno.

§2º Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade não deverá ser membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva.

§3º Os integrantes do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade deverão possuir a qualificação e a experiência necessárias para avaliar de forma independente as políticas de: gestão de pessoas; remuneração de administradores; e indicação e sucessão.

§4º Perderá o cargo o membro do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade que deixar de comparecer, com ou sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) reuniões alternadas durante o período de 12 (doze) meses, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, e, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração.

§5º Os membros somente poderão voltar a integrar o Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade depois de decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final do seu mandato anterior.

§6º São atribuições do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade, além de outras previstas na legislação própria:

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

I. avaliar políticas e práticas de gestão de pessoas do Banco;

II. assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento da Política de Gestão de Pessoas, da Política de Remuneração de Administradores e da Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco do Brasil;

III. exercer suas atribuições e responsabilidades relacionadas à remuneração de administradores junto às sociedades controladas pelo Banco do Brasil que adotarem o regime de Comitê de Remuneração único.

IV. opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e Conselheiros Fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;

V. verificar a conformidade dos processos de indicação e avaliação dos administradores, dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, dos Conselheiros Fiscais, do Auditor Geral e do Ouvidor.

§7º O funcionamento do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade será regulado por meio de Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, observado que o Comitê reunir-se-á:

I. no mínimo semestralmente para avaliar e propor ao Conselho de Administração a remuneração fixa e variável dos administradores do Banco e de suas controladas que adotarem o regime de Comitê de Remuneração único;

II. nos 3 (três) primeiros meses do ano para avaliar e propor o montante global anual de remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais de Acionistas do Banco e das sociedades que adotarem o regime de Comitê de Remuneração único;

III. por convocação do coordenador, para opinar sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações dos indicados para cargos nos órgãos de administração, no Conselho Fiscal, nos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, de Auditor Geral e de Ouvidor;

IV. por convocação do coordenador, sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros ou por solicitação do Conselho de Administração do Banco.

§8º Os membros do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade que também forem integrantes de outros comitês de assessoramento ao CA, empregados do Banco ou membros da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração, não receberão remuneração adicional.

§9º Os membros do Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Comitê de Riscos e de Capital

Art. 35. O Comitê de Riscos e de Capital, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos nas normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, com mandato de 2 (dois) anos, admitidas até 3 (três) reconduções consecutivas, nos termos das normas vigentes.

§1º Os membros do Comitê de Riscos e de Capital serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno.

§2º São atribuições do Comitê de Riscos e de Capital, além de outras previstas na legislação aplicável e no seu Regimento Interno:

I. assessorar o Conselho de Administração na gestão de riscos e de capital; e

II. avaliar e reportar ao Conselho de Administração relatórios que tratem de processos de gestão de riscos e de capital.

§3º Os membros do Comitê de Riscos e de Capital serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

§4º Ao término do mandato, os ex-membros do Comitê de Riscos e de Capital sujeitam-se aos mesmos impedimentos previstos para a Diretoria Executiva no §7º do artigo 24 do Estatuto Social, observados, no que couber, os §§8º a 13 do mesmo artigo.

§5º Os membros do Comitê de Riscos e de Capital que forem empregados do Banco ou membros da Diretoria Executiva não receberão remuneração adicional.

§6º Os membros do Comitê de Riscos e de Capital que forem apenas membros do Conselho de Administração ou de outro comitê de assessoramento ao CA deverão optar pela remuneração relativa a somente um dos cargos.

Comitê de Tecnologia e Inovação

Art. 36. O Comitê de Tecnologia e Inovação, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos nas normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, não remunerados, com mandato de 2 (dois) anos, admitidas até 3 (três) reconduções consecutivas, nos termos das normas vigentes.

§1º Os membros do Comitê de Tecnologia e Inovação serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno.

§2º São atribuições do Comitê de Tecnologia e Inovação, além de outras previstas na legislação aplicável e no seu Regimento Interno:

I. avaliar cenários, tendências tecnológicas e novos modelos de negócios, bem como seus impactos sobre o comportamento do consumidor e sobre os negócios do Banco do Brasil;

II. apoiar o Conselho de Administração nas discussões sobre as estratégias de tecnologia e inovação e emitir pareceres e recomendações para subsidiar as decisões daquele Conselho;

III. avaliar projetos, iniciativas e propostas de investimentos em tecnologia e inovação, emitindo recomendações ao Conselho de Administração; e

IV. monitorar a performance de indicadores e ações estratégicas relacionadas a iniciativas de tecnologia e inovação.

§3º Os membros do Comitê de Tecnologia e Inovação serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Comitê de Sustentabilidade Empresarial

Art. 37. O Comitê de Sustentabilidade Empresarial, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos nas normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, será formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, não remunerados, com mandato de 2 (dois) anos, admitidas até 3 (três) reconduções consecutivas.

§1º Os membros do Comitê Sustentabilidade Empresarial serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto e em seu Regimento Interno.

§2º São atribuições do Comitê de Sustentabilidade Empresarial, além de outras previstas no seu Regimento Interno:

I. assessorar o Conselho de Administração na incorporação da sustentabilidade na estratégia dos negócios e nas práticas administrativas da empresa e monitorar a sua evolução;

II. propor e acompanhar a execução de iniciativas que melhorem o desempenho socioambiental do Banco; e

III. avaliar e acompanhar o desempenho sustentável do Banco e a efetividade das ações previstas no Plano de Sustentabilidade do Banco do Brasil.

§3º Os membros do Comitê de Sustentabilidade Empresarial serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Seção VI - Auditoria Interna

Art. 38. O Banco disporá de uma Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração e responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo das demonstrações financeiras, observadas, ainda, demais competências impostas pela Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador e demais normas aplicáveis.

§1º O titular da Auditoria Interna, escolhido dentre empregados da ativa do Banco, será nomeado e dispensado pelo Conselho de Administração, observadas as disposições do artigo 22, §3º, I, deste Estatuto, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e na legislação aplicável.

§2º O titular da Auditoria Interna terá mandato de 3 (três) anos, prorrogável por igual período. Finda a prorrogação, o Conselho de Administração poderá, mediante decisão fundamentada, estendê-la por mais 365 dias.

Seção VII - Ouvidoria

Art. 39. O Banco disporá de uma Ouvidoria que terá a finalidade de atender em última instância as demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário do Banco do Brasil, e de atuar como canal de comunicação com estes clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos por meio de registro de demandas.

§1º Além de outras previstas na legislação, constituem atribuições da Ouvidoria:

I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;

II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta;

III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;

IV. propor ao Conselho de Administração medidas corretivas ou de aprimoramento dos procedimentos e rotinas da instituição e mantê-lo informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los.

§2º A atuação da Ouvidoria será pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção, sendo dotada de condições adequadas para o seu efetivo funcionamento.

§3º A Ouvidoria terá assegurado o acesso às informações necessárias para sua atuação, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, observada a legislação relativa ao sigilo bancário.

§4º O Ouvidor será empregado da ativa do Banco, detentor de função compatível com as atribuições da Ouvidoria, sendo nomeado e destituído, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, obedecendo as condições mínimas de elegibilidade e as vedações para o exercício da função dispostas na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco e nas normas aplicáveis, bem como ao disposto neste Estatuto.

§5º O titular da Ouvidoria terá mandato de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável por igual período. Finda a prorrogação, o Conselho de Administração poderá, mediante decisão fundamentada, estendê-la por mais 12 (doze) meses.

§6º O empregado nomeado para o exercício das funções de Ouvidor deverá ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos.

§7º Constituem motivos para a destituição do Ouvidor:

I. perda do vínculo funcional com a instituição ou alteração do regime de trabalho previsto no §4º deste artigo;

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

II. prática de atos que extrapolem sua competência, nos termos estabelecidos por este artigo;

III. conduta ética incompatível com a dignidade da função;

IV. outras práticas e condutas desabonadoras que justifiquem a destituição.

§8º No procedimento de destituição a que se referem os incisos II, III e IV do parágrafo anterior será assegurado o contraditório e o direito à ampla defesa.

§9º O empregado nomeado para o exercício das atribuições de Ouvidor não perceberá outra remuneração além daquela prevista para a comissão que originalmente ocupa.

§10 O Diretor responsável pela Ouvidoria deverá elaborar e encaminhar à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, nas datas base de 30 de junho e 31 de dezembro, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

Seção VIII - Gestão de Riscos e Controles Internos

Art. 40. O Banco disporá de áreas dedicadas à gestão de riscos e aos controles internos, com liderança de Vice-Presidente estatutário e independência de atuação, segundo mecanismos estabelecidos no artigo 32 deste Estatuto, e vinculação ao Presidente do Banco.

§1º São atribuições da área responsável pela gestão de riscos, além de outras previstas na legislação própria e nas instruções normativas do Banco: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos a que estão sujeitos os negócios e processos do Banco, bem como aprimorar a gestão dos riscos.

§2º São atribuições da área responsável pelos controles internos, além de outras previstas na legislação própria e nas instruções normativas do Banco, a avaliação e o monitoramento da eficácia dos controles internos e do estado de conformidade corporativo.

§3º A área responsável pelo processo de controles internos deverá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento de integrante da Diretoria Executiva em irregularidades ou quando um membro se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação à situação de irregularidade a ele relatada.

Capítulo VI - Conselho Fiscal

Composição

Art. 41. O Conselho Fiscal, com as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na Lei nº 6.404/1976, Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, demais normas e regulamentos aplicáveis e no seu Regimento Interno, funcionará de modo permanente e será constituído por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um prazo de atuação de 2 (dois) anos, sendo permitidas até 2 (duas) reconduções consecutivas. Fica assegurada aos acionistas minoritários a eleição de 2 (dois) membros.

§1º Podem ser membros do Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública, de conselheiro fiscal ou de administrador de empresa, observando-se, ainda, o disposto na Lei nº 6.404/1976, na Lei nº 13.303/2016 e seu respectivo Decreto regulamentador, nas demais normas aplicáveis e na Política de Indicação e Sucessão de Administradores do Banco.

§2º Os representantes da União no Conselho Fiscal serão indicados pelo Ministro de Estado da Economia, dentre os quais um representante do Tesouro Nacional, que deverá ser servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública Federal.

§3º A remuneração dos conselheiros fiscais será fixada pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger.

§4º Além das pessoas a que se refere o artigo 13 deste Estatuto, não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal membros dos órgãos de administração e empregados do Banco, ou de sociedade por este controlada, e o cônjuge ou parente, até o terceiro grau, de administrador do Banco.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

§5º Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura de termo de posse, desde a data da respectiva eleição pela Assembleia Geral de Acionistas.

§6º O termo de posse mencionado no §5º deste artigo contemplará sujeição à cláusula arbitral referida no artigo 55 deste Estatuto, em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado da B3.

§7º Atingido o prazo máximo a que se refere o *caput*, o retorno de membro do Conselho Fiscal só poderá ser efetuado após decorrido período equivalente a um prazo de atuação.

§8º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes até a posse do novo titular.

§9º Na hipótese de vacância, o Presidente do Conselho Fiscal convocará o respectivo suplente, que o substituirá até a eleição do novo titular pela Assembleia Geral de Acionistas.

Funcionamento

Art. 42. Observadas as disposições deste Estatuto, o Conselho Fiscal, por voto favorável de, no mínimo, quatro de seus membros, elegerá o seu Presidente e aprovará o seu Regimento Interno.

§1º O Conselho Fiscal reunir-se-á em sessão ordinária, 1 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que julgado necessário por qualquer de seus membros ou por proposição da Administração do Banco.

§2º Perderá o cargo, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o membro do Conselho Fiscal que deixar de comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 4 (quatro) reuniões ordinárias alternadas durante o prazo de atuação.

§3º Exceto nas hipóteses previstas no *caput* deste artigo, a aprovação das matérias submetidas à deliberação do Conselho Fiscal exige voto favorável de, no mínimo, 3 (três) de seus membros.

§4º Nas reuniões do Conselho Fiscal, anteriormente à deliberação, o membro que não seja independente em relação à matéria em discussão deve manifestar seu conflito de interesses ou interesse particular, retirando-se da reunião.

§5º Caso o estabelecido no parágrafo anterior não seja observado, qualquer outra pessoa presente à reunião poderá manifestar o conflito, caso dele tenha ciência, devendo o Conselho Fiscal, conforme o caso, deliberar sobre o conflito conforme seu Regimento Interno e a legislação aplicável.

Art. 43. Os Conselheiros Fiscais assistirão às reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal far-se-á representar por, pelo menos, um de seus membros nas reuniões da Assembleia Geral de Acionistas e responderá aos pedidos de informação formulados pelos acionistas.

Dever de informar e outras obrigações

Art. 44. Os membros do Conselho Fiscal acionistas do Banco devem observar, também, os deveres previstos no art. 17 deste Estatuto.

Capítulo VII - Exercício social, lucro, reservas e dividendos

Exercício social

Art. 45. O exercício social coincidirá com o ano civil, com término no dia 31 de dezembro de cada ano.

Demonstrações financeiras

Art. 46. Serão levantadas demonstrações financeiras ao final de cada semestre e, facultativamente, balanços intermediários em qualquer data, inclusive para pagamento de dividendos, observadas as prescrições legais.

§1º As demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais, além dos requisitos legais e regulamentares, devem conter:

I. balanço patrimonial consolidado, demonstrações do resultado consolidado e dos fluxos de caixa;

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

II. demonstração do valor adicionado;

III. comentários acerca do desempenho consolidado;

IV. posição acionária de todo aquele que detiver, direta ou indiretamente, mais de 5% (cinco por cento) do capital social do Banco;

V. quantidade e características dos valores mobiliários de emissão do Banco de que o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente;

VI. evolução da participação das pessoas referidas no inciso anterior, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores; e

VII. quantidade de ações em circulação e o seu percentual em relação ao total emitido.

§2º Nas demonstrações financeiras do exercício, serão apresentados, também, indicadores e informações sobre o desempenho socioambiental do Banco.

Art. 47. As demonstrações financeiras trimestrais, semestrais e anuais serão também elaboradas em inglês, sendo que pelo menos as demonstrações financeiras anuais serão também elaboradas de acordo com os padrões internacionais de contabilidade.

Destinação do lucro

Art. 48. Após a absorção de eventuais prejuízos acumulados e deduzida a provisão para pagamento do imposto de renda, do resultado de cada semestre serão apartadas verbas que, observados os limites e condições exigidos na legislação e demais normas aplicáveis, terão, pela ordem, a seguinte destinação:

I. constituição de Reserva Legal;

II. constituição, se for o caso, de Reserva de Contingência e de Reservas de Lucros a Realizar;

III. pagamento de dividendos, observado o disposto nos artigos 49 e 50 deste Estatuto;

IV. do saldo apurado após as destinações anteriores:

a) constituição das seguintes Reservas Estatutárias:

1. Reserva para Margem Operacional, com a finalidade de garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social;

2. Reserva para Equalização de Remuneração do Capital, com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de remuneração do capital, constituída pela parcela de até 50% (cinquenta por cento) do saldo do lucro líquido, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital;

b) demais reservas e retenção de lucros previstas na legislação.

Parágrafo único. Na constituição de reservas serão observadas, ainda, as seguintes disposições:

I. as reservas e retenção de lucros de que trata o inciso IV não poderão ser aprovadas em prejuízo da distribuição do dividendo mínimo obrigatório;

II. o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;

III. as destinações do resultado, no curso do exercício, serão realizadas por proposta do Conselho Diretor, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral Ordinária de que trata o inciso I do artigo 9º deste Estatuto, ocasião em que serão apresentadas as justificativas dos percentuais aplicados na constituição das reservas estatutárias de que trata a alínea "a" do inciso IV do *caput* deste artigo.

Dividendo obrigatório

Art. 49. Aos acionistas é assegurado o recebimento semestral de dividendo mínimo e obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, como definido em lei e neste

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Estatuto.

§1º O dividendo correspondente aos semestres de cada exercício social será declarado por ato do Conselho Diretor, aprovado pelo Conselho de Administração.

§2º Os valores dos dividendos devidos aos acionistas sofrerão incidência de encargos financeiros na forma da legislação aplicável, a partir do encerramento do semestre ou do exercício social em que forem apurados até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada em lei, pela Assembleia Geral de Acionistas ou por deliberação do Conselho Diretor.

§3º É admitida a distribuição de dividendos intermediários em períodos inferiores ao previsto no *caput* deste artigo, observado o disposto nos artigos 21, II, "a", 29, I e VII, e 49, §1º, deste Estatuto.

Juros sobre o capital próprio

Art. 50. Observada a legislação vigente e na forma da deliberação do Conselho de Administração, o Conselho Diretor poderá autorizar o pagamento ou crédito aos acionistas de juros, a título de remuneração do capital próprio, bem como a imputação do seu valor ao dividendo mínimo obrigatório.

§1º Caberá ao Conselho Diretor fixar o valor e a data do pagamento ou crédito de cada parcela dos juros, autorizado na forma do *caput* deste artigo.

§2º Os valores dos juros devidos aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, sofrerão incidência de encargos financeiros, na forma do artigo 49, §2º, deste Estatuto.

Capítulo VIII - Relações com o mercado

Art. 51. O Banco:

I. realizará, pelo menos 1 (uma) vez por ano, reunião pública com analistas de mercado, investidores e outros interessados, para divulgar informações quanto à sua situação econômico-financeira, bem como no tocante a projetos e perspectivas;

II. realizará, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação dos resultados trimestrais, apresentação pública sobre as informações divulgadas, presencialmente ou por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a participação a distância dos interessados;

III. enviará à bolsa de valores em que suas ações forem mais negociadas, além de outros documentos a que esteja obrigado por força de lei:

a) o calendário anual de eventos corporativos;

b) programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos de emissão do Banco, destinados aos seus empregados e administradores, se houver; e

c) os documentos colocados à disposição dos acionistas para deliberação na Assembleia Geral de Acionistas.

IV. divulgará, em sua página na Internet, além de outras, as informações:

a) referidas nos artigos 46 e 47 deste Estatuto;

b) divulgadas nas reuniões públicas referidas nos incisos I e II deste artigo; e

c) prestadas à bolsa de valores na forma do inciso III deste artigo.

V. adotará medidas com vistas à dispersão acionária na distribuição de novas ações, tais como:

a) garantia de acesso a todos os investidores interessados; ou

b) distribuição, a pessoas físicas ou a investidores não institucionais, de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações emitidas.

Parágrafo único. O disposto no inciso V não se aplica às ofertas públicas de distribuição de ações com esforços restritos.

Capítulo IX – Disposições especiais

Ingresso nos quadros do Banco

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Art. 52. Somente a brasileiros será permitido ingressar no quadro de empregados do Banco no País.

Parágrafo único. Os portugueses residentes no País poderão também ingressar nos serviços e quadros do Banco, desde que amparados por igualdade de direitos e obrigações civis e estejam no gozo de direitos políticos legalmente reconhecidos.

Art. 53. O ingresso no quadro de empregados do Banco dar-se-á mediante aprovação em concurso público.

§1º Os empregados do Banco estão sujeitos à legislação do trabalho e aos regulamentos internos da Companhia.

§2º Poderão ser contratados, a termo e demissíveis *"ad nutum"*, profissionais para exercerem as funções de assessoramento especial ao Presidente, observada a dotação máxima de 3 (três) Assessores Especiais do Presidente e 1 (um) Secretário Particular do Presidente.

Publicações oficiais

Art. 54. O Conselho Diretor fará publicar, no sítio eletrônico da empresa na internet, o Regulamento de Licitações do Banco do Brasil, observadas as disposições legais e as melhores práticas empresariais de contratação preferencial de empresas de que participa.

Arbitragem

Art. 55. O Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/1976, na Lei nº 6.404/1976, no Estatuto Social do Banco, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

§1º O disposto no *caput* não se aplica às disputas ou controvérsias que se refiram às atividades próprias do Banco, como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, e às atividades previstas no artigo 19 da Lei nº 4.595/1964, e demais leis que lhe atribuam funções de agente financeiro, administrador ou gestor de recursos públicos.

§2º Excluem-se, ainda, do disposto no *caput*, as disputas ou controvérsias que envolvam direitos indisponíveis.

Defesa, contratação de seguro e contrato de indenidade

Defesa

Art. 56. O Banco assegurará aos integrantes e ex-integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e dos demais órgãos de assessoramento técnicos ou consultivos criados por este Estatuto, bem como aos seus empregados, a defesa em processos judiciais, administrativos e arbitrais contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função, desde que, na forma definida pelo Conselho de Administração, não haja incompatibilidade com os interesses do Banco do Brasil, de suas subsidiárias integrais, controladas ou coligadas.

Contratação de seguro

Art. 57. O Banco contratará seguro de responsabilidade civil em favor de integrantes e ex-integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e dos demais órgãos de assessoramento técnicos ou consultivos criados por este Estatuto, obedecidas a legislação e as normas aplicáveis.

Parágrafo único. O Banco poderá, ainda, contratar extensões de cobertura, cláusulas particulares e coberturas adicionais à cobertura básica do seguro de responsabilidade civil, conforme admitido pela legislação aplicável.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Contrato de Indenidade

Art. 58. O Banco poderá celebrar Contratos de Indenidade em favor de integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e dos demais órgãos de assessoramento técnicos ou consultivos criados por este Estatuto, bem como de seus empregados e prepostos que legalmente atuem por delegação dos administradores do Banco, de forma a fazer frente a determinadas despesas relacionadas a processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados no exercício de suas atribuições ou poderes, desde a data de sua posse ou do início do vínculo contratual com o Banco.

§1º Excluem-se da cobertura do Contrato de Indenidade os seguintes atos praticados pelas pessoas identificadas no *caput*:

I. considerados ilegais ou danosos ao Banco, mesmo que no exercício de suas atribuições e poderes;

II. com má-fé, dolo, culpa grave, mediante fraude ou simulação, ou em interesse próprio ou de terceiros, ou em detrimento do interesse social do Banco, incluídos, mas não se limitando, aos de ação social prevista no art. 159 da Lei nº 6.404/1976 ou aos de ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, §5º, II da Lei nº 6.385/1976, bem como os atos previstos na Lei nº 13.506/2017;

III. fora das atribuições e poderes dos cargos para os quais foram nomeados, ou em descumprimento de seus deveres fiduciários;

IV. que no exercício de suas atribuições e poderes usaram, em interesse próprio ou de terceiros, com ou sem prejuízo para o Banco, oportunidades negociais de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;

V. que no exercício das atribuições e poderes não observaram condições razoáveis ou equitativas segundo as práticas de mercado;

VI. que não tenha havido prévia e expressa comunicação ao Banco sobre a existência de qualquer demanda judicial que possa acarretar responsabilidade da pessoa ou do Banco;

VII. que deixaram de guardar reserva sobre os negócios e informações estratégicas e confidenciais do Banco ou de guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada ao mercado, obtida em razão do cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação dos valores mobiliários de emissão do Banco ou a eles referenciados, na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários, e na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pelo Banco ou a eles referenciados; e

VIII. que tenham resultado em sua condenação criminal, por decisão transitada em julgado.

§2º O Contrato de Indenidade deverá ser divulgado e prever, no mínimo:

I. as exclusões de cobertura de que trata o §1º deste artigo;

II. o valor limite da cobertura oferecida;

III. o prazo de vigência;

IV. os tipos de despesas que poderão ser pagas, adiantadas ou reembolsadas com base no contrato;

V. as hipóteses de resolução contratual;

VI. o procedimento decisório relativo ao pagamento da cobertura, que deverá garantir a independência das decisões e assegurar que elas sejam tomadas no interesse do Banco; e

VII. a obrigatoriedade de devolução ao Banco dos valores adiantados, nos casos em que, após decisão final irrecorrível, restar comprovado que o ato praticado pelo beneficiário não é passível de indenização, nos termos do Contrato de Indenidade firmado.

§3º O Contrato de Indenidade de que trata o *caput* deste artigo poderá ser firmado com administradores, conselheiros fiscais e integrantes de órgãos de assessoramento técnicos ou consultivos indicados pelo Banco em suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, administradas, patrocinadas e fundações, desde que sejam empregados ou administradores do Banco

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

e não tenham celebrado Contrato de Indenidade específico com essas entidades.

§4º Os Contratos de Indenidade celebrados pelo Banco podem ser acionados após o término do mandato ou do vínculo contratual com os beneficiários relacionados no *caput* deste artigo, desde que envolvam atos praticados no exercício de suas atribuições ou poderes.

Capítulo X - Obrigações do acionista controlador

Alienação de controle

Art. 59. A alienação do controle acionário do Banco, direta ou indireta, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a, observando as condições e prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado da B3, fazer oferta pública de aquisição das ações tendo por objeto as ações de emissão do Banco de titularidade dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Parágrafo único. No caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído ao Banco para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição das ações bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Fechamento de capital

Art. 60. Na hipótese de fechamento de capital do Banco e consequente cancelamento do registro de companhia aberta, deverá ser ofertado um preço mínimo às ações, correspondente ao preço justo apurado por empresa especializada escolhida pela Assembleia Geral de Acionistas, na forma da legislação aplicável e conforme previsto no §2º do artigo 10 deste Estatuto.

§1º Os custos com a contratação da empresa especializada de que trata o *caput* deste artigo serão suportados pelo acionista controlador.

§2º O laudo de avaliação destinado a apurar o preço justo do Banco será elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão do Banco, de seus administradores e/ou do acionista controlador, além de satisfazer os requisitos do §1º, do artigo 8º, da Lei nº 6.404/1976, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º desse mesmo artigo.

Saída do Novo Mercado

Art. 61. Observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado, na legislação e na regulamentação em vigor, a saída do Banco do Novo Mercado pode ocorrer:

I. de forma voluntária, em decorrência da decisão do Banco;

II. de forma compulsória, em decorrência do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; ou

III. em decorrência do cancelamento de registro de companhia aberta do Banco ou da conversão de categoria do registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

§1º A saída do Banco do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição das ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e nas disposições do Regulamento do Novo Mercado.

§2º A saída voluntária do Banco do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização da oferta pública de aquisição das ações mencionada no §1º deste artigo, na hipótese de dispensa aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas.

Reorganização societária

Art. 62. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária do Banco, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral de Acionistas que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo único. Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da companhia presentes

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 - 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

na Assembleia Geral de Acionistas deve anuir com essa estrutura.

Ações em circulação

Art. 63. O acionista controlador promoverá medidas tendentes a manter em circulação, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações de emissão do Banco.

Capítulo XI

Disposições transitórias

Art. 64. Excetua-se do disposto no artigo 24, §2º, as indicações para o cargo de Diretor que atendam os seguintes requisitos cumulativos:

I. Diretor em exercício que venha a requerer benefício de complementação de aposentadoria, inclusive antecipada, perante a Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil;

II. o requerimento do benefício de complementação de aposentadoria deverá ocorrer a partir do dia 9 de dezembro de 2020, inclusive.

§1º O Diretor enquadrado na hipótese do *caput* deste artigo poderá permanecer no cargo até a conclusão do prazo de gestão para o qual foi eleito, sendo permitidas até 2 (duas) reconduções consecutivas para o cargo de Diretor, em qualquer área da Diretoria Executiva, observados os regramentos legais e estatuários aplicados aos administradores do Banco.

§2º O disposto no artigo 24, §3º, inciso I, não se aplica às reconduções previstas no §1º deste artigo.

§3º A eleição com base neste artigo é prerrogativa do Conselho de Administração, após indicação do Presidente do Banco.

§4º Este dispositivo tem validade para eleições que ocorram até 31 de julho de 2027.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/094.588-8	DFE2200409437	08/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	08/08/2022

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br

Selo Ouro - Certificado Digital

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BANCO DO BRASIL S.A., de CNPJ 00.000.000/0001-91 e protocolado sob o número 22/094.588-8 em 08/08/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1880418, em 08/08/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador MICHELLE OLIVEIRA RIBEIRO. Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	08/08/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
768.660.926-04	LUIZ GUILHERME DE OLIVEIRA PROCOPIO	08/08/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 04/08/2022

Documento assinado eletronicamente por MICHELLE OLIVEIRA RIBEIRO, Servidor(a) Público(a), em 08/08/2022, às 11:25.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisdf informando o número do protocolo 22/094.588-8.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO

Brasília. segunda-feira, 08 de agosto de 2022

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1880418 em 08/08/2022 da Empresa BANCO DO BRASIL S.A., CNPJ 00000000000191 e protocolo DFE2200409437 08/08/2022. Autenticação: A134D2472E3EE3542645EF29EE631C72AFC879BD. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/094.588-8 e o código de segurança nWzm Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/08/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 26/02/2026 às 15:16 , sob o número WCAS26700766460
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código G9dRwqeH.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
4ª VARA CÍVEL
Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 32 e 34 - Bloco C - Jardim Santana
CEP: 13088-901 - Campinas - SP
Telefone: (19) 2101-3312 - E-mail: upj1a4campinascv@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº:	**0003450-89.2026.8.26.0114**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Contratos Bancários**
Exequente:	**BANCO DO BRASIL S/A**
Executado:	**Luiz Renato Blumlein Vieira e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). ELIANE CASSIA DA CRUZ

Vistos.

Intime-se o exequente para recolher a taxa de instauração do cumprimento de sentença, nos termos do Lei Estadual nº 17.785/23 (2% sobre o valor do crédito a ser satisfeito ou sobre o valor da causa, nos casos de obrigação de fazer em que não for possível delimitar o conteúdo econômico da pretensão).

Observe-se os valores mínimo e máximo a recolher-se, equivalerão a 5 (cinco) e a 3.000 (três mil) UFESPs - Unidades Fiscais do Estado de São Paulo, respectivamente, segundo o valor de cada UFESP vigente no primeiro dia do mês em que deva ser feito o recolhimento, consoante §1º do art.4º da Lei Estadual n° 11.608/2003.

Após, conclusos.

Intime-se.

Campinas, 09 de março de 2026

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIANE CASSIA DA CRUZ, liberado nos autos em 09/03/2026 às 22:49 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código hkxuUBAj.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0443/2026, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)	DJEN

Teor do ato: "Vistos. Intime-se o exequente para recolher a taxa de instauração do cumprimento de sentença, nos termos do Lei Estadual nº 17.785/23 (2% sobre o valor do crédito a ser satisfeito ou sobre o valor da causa, nos casos de obrigação de fazer em que não for possível delimitar o conteúdo econômico da pretensão). Observe-se os valores mínimo e máximo a recolher-se, equivalerão a 5 (cinco) e a 3.000 (três mil) UFESPs - Unidades Fiscais do Estado de São Paulo, respectivamente, segundo o valor de cada UFESP vigente no primeiro dia do mês em que deva ser feito o recolhimento, consoante §1º do art.4º da Lei Estadual n° 11.608/2003. Após, conclusos. Intime-se."

Campinas, 9 de março de 2026.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 09/03/2026 às 23:21 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código uGF5lh66.

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diário de Justiça Eletrônico Nacional de 10/03/2026
Certidão de publicação 217343
Intimação

Número do processo: 0003450-89.2026.8.26.0114
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENçA
Tribunal: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Órgão: Foro de Campinas - 4ª Vara Cível
Tipo de documento: Intimação
Disponibilizado em: 10/03/2026
Inteiro teor: Clique aqui
Destinatário(a): BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(a): NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB SP - 128341

Teor da Comunicação

Processo 0003450-89.2026.8.26.0114 (processo principal 1042172-83.2023.8.26.0114) - Cumprimento de sentença - C ontratos Bancários - BANCO DO BRASIL S/A - Vistos. Intime-se o exequente para recolher a taxa de instauração do c umprimento de sentença, nos termos do Lei Estadual nº 17.785/23 (2% sobre o valor do crédito a ser satisfeito ou sobre o valor da causa, nos casos de obrigação de fazer em que não for possível delimitar o conteúdo econômico da pretensão) . Observe-se os valores mínimo e máximo a recolher-se, equivalerão a 5 (cinco) e a 3.000 (três mil) UFESPs - Unidades Fiscais do Estado de São Paulo, respectivamente, segundo o valor de cada UFESP vigente no primeiro dia do mês em q ue deva ser feito o recolhimento, consoante §1º do art.4º da Lei Estadual n° 11.608/2003. Após, conclusos. Intime-se. - ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP)

De acordo com as disposições dos artigos 4º, §3º, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e 224 do Código de Processo Civil, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação.

A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.

https://comunicaapi.pje.jus.br/api/v1/comunicacao/nqe4VJb6aBsrQ4vuzTn1dDlZKk7AgO/certidao
Código da certidão: nqe4VJb6aBsrQ4vuzTn1dDlZKk7AgO

AO JUÍZO DO 4ª VARA DO FORO DE CAMPINAS - SP.

PROCESSO: Nº. 0003450-89.2026.8.26.0114

BANCO DO BRASIL S/A, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº. 00.000.000/0001-91, com sede em Brasília – Distrito Federal, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Torre I**,** por seus advogados, nos autos da ação epigrafada, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., proceder a juntada de comprovante de pagamento das custas.

Por fim, requer seja anotado na contracapa e/ou habilitado nos autos eletrônicos exclusivamente o advogado **NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES, inscrito na OAB/SP sob nº 128.341**, constituído na procuração outorgada, bem como que sejam feitas as publicações de todos os atos processuais em nome do mesmo, sob pena de nulidade nos termos do §5º do art. 272 do CPC.

Por oportuno o autor informa que possui uma equipe negocial, que busca sempre a viabilização de acordo, para tanto caso a parte ré tenha interesse em realizar autocomposição extrajudicial informa contato para tratativas: (67) 3056-8070 ou 0800 024 4388.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Campo Grande/MS, 20 de março de 2026

NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

OAB/SP nº 128.341

+55 (67) 3056-8050
Rua Goiás, 461
Jardim dos Estados - 79026-100
nwadv.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/03/2026 às 10:19 , sob o número WCAS26701176801
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código zvJt1URi.

Comprovante de Pagamento de Título/Boleto/Guia

```
SISBB  -  SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
20/03/2026  -    PORTAL JURIDICO    -   17:48:18
          OUVIDORIA BB  0800 729 5678
            COMPROVANTE DE PAGAMENTO
BANCO DO BRASIL S A
CPF/CNPJ: 00.000.000/0001-91
AGENCIA: 04893-3
================================================
         CONVENIO SEFAZ/SP-AMBIENTEPAG
CODIGO DE BARRAS   85870000046-4   43660185112-5
          60590058820-8   85520260323-5
DATA DO PAGAMENTO                     20.03.2026
VALOR TOTAL                             4.643,66
------------------------------------------------
               AUTENTICACAO SISBB:
              D.EB9.06C.415.9F2.A03
```


Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/03/2026 às 10:19 , sob o número WCAS26701176801
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código crM5jxnb.

85870000046-4 43660185112-5 60590058820-8 85520260323-5

Evite Fraudes! Antes de finalizar o pagamento no seu banco verifique os dados do beneficiário!

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Banco do Brasil Sa	07 - Data de Vencimento 23/03/2026
02 - Endereço SBS Qd. 4 Lt. 3/4 Ed. Matriz I BRASILIA DF	08 - Valor Total R$ 4.643,66
03 - CNPJ Base / CPF 00.000.000 / 04 - Telefone (61)3101-5850 / 05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **260590058820855** Emissão: 16/03/2026
06 - Observações	

10 - Autenticação Mecânica

Via do Banco

260590058820855-0001

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento

DARE-SP

Documento Detalhe

01 - Código de Receita – Descrição **230-6** Custas - judiciárias pertencentes ao Estado, referentes a atos judiciais			02 - Código do Serviço – Descrição TJ - 1123027 - Cumprimento de sentença	19 - Qtde Serviços: 1
15 - Nome do Contribuinte Banco do Brasil Sa	03 - Data de Vencimento 23/03/2026 04 - Cnpj ou Cpf 00.000.000/0001-91	06 -	09 - Valor da Receita R$ 4.643,66	12 -
16 - Endereço SBS Qd. 4 Lt. 3/4 Ed. Matriz I BRASILIA DF	05 -	07 - Referência	10 - Juros de Mora R$ 0,00	13 -
18 - Nº do Documento Detalhe **260590058820855-0001** Emissão: 16/03/2026	17 - Observações Proc. Origem 0003450-89.2026.8.26.0114 - Foro De Campinas	08 -	11 - Multa de Mora ou Multa Por Infração R$ 0,00	14 - Valor Total **R$ 4.643,66**

85870000046-4 43660185112-5 60590058820-8 85520260323-5

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda e Planejamento
Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais

DARE-SP

Documento Principal

01 - Nome / Razão Social Banco do Brasil Sa	07 - Data de Vencimento 23/03/2026
02 - Endereço SBS Qd. 4 Lt. 3/4 Ed. Matriz I BRASILIA DF	08 - Valor Total R$ 4.643,66
03 - CNPJ Base / CPF 00.000.000 / 04 - Telefone (61)3101-5850 / 05 - Quantidade de Documentos Detalhe 1	09 - Número do DARE **260590058820855** Emissão: 16/03/2026
06 - Observações	

10 - Autenticação Mecânica

Via do Contribuinte

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES e Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, protocolado em 23/03/2026 às 10:19 , sob o número WCAS26701176801
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código 6RFC55sP.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
4ª VARA CÍVEL
Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 32 e 34 - Bloco C - Jardim Santana
CEP: 13088-901 - Campinas - SP
Telefone: (19) 2101-3312 - E-mail: upj1a4campinascv@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº:	**0003450-89.2026.8.26.0114**
Classe - Assunto	**Cumprimento de sentença - Contratos Bancários**
Exequente:	**BANCO DO BRASIL S/A**
Executado:	**Luiz Renato Blumlein Vieira e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ELIANE CASSIA DA CRUZ**

Vistos.

Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado na pessoa de seu procurador, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver.

Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo comprovar o prévio recolhimento das taxas previstas no art. 2º, inc. XI, da Lei Estadual 14.838/12, calculadas por cada diligência a ser efetuada.

Certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil.

Fica autorizado que a cópia desta decisão, impressa e encaminhada pelo advogado da parte credora, sirva como CERTIDÃO comprobatória do ajuizamento da execução para fins de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto (art. 799, IX, c/c art. 828 do CPC).

Por fim, fica autorizado, desde já, as pesquisas nos sistemas INFOJUD (para obtenção de declarações de imposto de renda), PREVJUD (para obtenção do extrato CNIS) e SNIPER, em caso de insucesso nas buscas de bens pelos sistemas SISBAJUD e RENAJUD, mediante prévio pedido do exequente e recolhimento de custas, se o caso.

Intime-se.

Campinas, 08 de abril de 2026.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIANE CASSIA DA CRUZ, liberado nos autos em 08/04/2026 às 15:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código bxNi6NWe.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
4ª VARA CÍVEL
Rua Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300, Salas 32 e 34 - Bloco C - Jardim Santana
CEP: 13088-901 - Campinas - SP
Telefone: (19) 2101-3312 - E-mail: upj1a4campinascv@tjsp.jus.br

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ELIANE CASSIA DA CRUZ, liberado nos autos em 08/04/2026 às 15:28 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código bxNi6NWe.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0663/2026, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)	DJEN
Luiz Renato Blumlein Vieira (OAB 223122/SP)	DJEN

Teor do ato: "Vistos. Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado na pessoa de seu procurador, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo comprovar o prévio recolhimento das taxas previstas no art. 2º, inc. XI, da Lei Estadual 14.838/12, calculadas por cada diligência a ser efetuada. Certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Fica autorizado que a cópia desta decisão, impressa e encaminhada pelo advogado da parte credora, sirva como CERTIDÃO comprobatória do ajuizamento da execução para fins de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto (art. 799, IX, c/c art. 828 do CPC). Por fim, fica autorizado, desde já, as pesquisas nos sistemas INFOJUD (para obtenção de declarações de imposto de renda), PREVJUD (para obtenção do extrato CNIS) e SNIPER, em caso de insucesso nas buscas de bens pelos sistemas SISBAJUD e RENAJUD, mediante prévio pedido do exequente e recolhimento de custas, se o caso. Intime-se."

Campinas, 8 de abril de 2026.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por Tribunal de Justica do Estado de Sao Paulo, liberado nos autos em 08/04/2026 às 18:41 .
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0003450-89.2026.8.26.0114 e código rzXQ7DDD.

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diário de Justiça Eletrônico Nacional de 09/04/2026
Certidão de publicação 208196
Intimação

Número do processo: 0003450-89.2026.8.26.0114
Classe: CUMPRIMENTO DE SENTENçA
Tribunal: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Órgão: Foro de Campinas - 4ª Vara Cível
Tipo de documento: Intimação
Disponibilizado em: 09/04/2026
Inteiro teor: Clique aqui
Destinatários(as): LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA
LIDIANE BLUMLEIN VIEIRA PASSOS
BANCO DO BRASIL S/A
Advogado(as): NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB SP - 128341
LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA - OAB SP - 223122

Teor da Comunicação

Processo 0003450-89.2026.8.26.0114 (processo principal 1042172-83.2023.8.26.0114) - Cumprimento de sentença - C ontratos Bancários - BANCO DO BRASIL S/A - Luiz Renato Blumlein Vieira - - Lidiane Blumlein Vieira Passos - Vist os. Na forma do artigo 513 §2º, intime-se o executado na pessoa de seu procurador, para que, no prazo de 15 (quinze) d ias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o pr azo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua i mpugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de d ez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo comprovar o prévio recolhimento das taxas previstas no art. 2º, inc. XI, da Lei Estadual 14.838/12, calculadas por cada diligência a ser efetuada. Certificado o trâns ito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Fica autorizado que a cópia desta decisão, impressa e encaminhada pelo advogado da parte cr edora, sirva como CERTIDÃO comprobatória do ajuizamento da execução para fins de averbação no registro de imóvei s, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto (art. 799, IX, c/c art. 828 do CPC). Por fi m, fica autorizado, desde já, as pesquisas nos sistemas INFOJUD (para obtenção de declarações de imposto de renda), P REVJUD (para obtenção do extrato CNIS) e SNIPER, em caso de insucesso nas buscas de bens pelos sistemas SISBAJ UD e RENAJUD, mediante prévio pedido do exequente e recolhimento de custas, se o caso. Intime-se. - ADV: NELSO N WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA (OAB 223122/SP), LUIZ RENATO BLUMLEIN VIEIRA (OAB 223122/SP)

De acordo com as disposições dos artigos 4º, §3º, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e 224 do Código de Processo Civil, considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação.

A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil que seguir ao da publicação.

https://comunicaapi.pje.jus.br/api/v1/comunicacao/19VxvmERMwsm5Q9fmT8oVz4Z4eny8l/certidao
Código da certidão: 19VxvmERMwsm5Q9fmT8oVz4Z4eny8l